UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Paulo Fernando Lara Pereira de Araujo

**A condução da política econômica no Governo da Unidade Popular, de
Salvador Allende – 1970/1973**

NÍVEL: MESTRADO

**São Paulo
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A condução da política econômica no Governo da Unidade Popular, de Salvador Allende – 1970/1973

Paulo Fernando Lara Pereira de Araujo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Osvaldo Luis Angel Coggiola

Data: _____

**São Paulo
2019**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A658c

Araujo, Paulo Fernando Lara Pereira de

A condução da política econômica no Governo da Unidade Popular, de Salvador Allende – 1970/1973 / Paulo Fernando Lara Pereira de Araujo; orientador Osvaldo Luis Angel Coggiola. - São Paulo, 2019. 161 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Política Econômica. 2. Unidade Popular. 3. Salvador Allende. 4. Chile. 5. Socialismo. I. Coggiola, Osvaldo Luis Angel, orient. II. Título.

Nome: ARAUJO, Paulo F. L. P. de.

Título: A condução da política econômica no Governo da Unidade Popular, de Salvador Allende – 1970/1973

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Agradecimentos

O caminho para a conclusão desta pesquisa foi duro, cansativo e desafiante, mas a presença de pessoas especiais tornou esse caminho menos sombrio. Sem vocês nada teria acontecido.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao professor Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola por ter me aceitado como seu orientando e ter me ajudado na conclusão desta dissertação de mestrado. Muito obrigado por ter tornado esta pesquisa possível.

A lista de professores que contribuíram com a minha trajetória é imensa, entretanto, não posso deixar de agradecer alguns professores. À professora, e hoje comadre, Cecília Lamper que durante meu ensino médio me incentivou a trilhar esse maravilhoso caminho da História. À professora Dra. Ana Paula Tavares Magalhães que durante praticamente toda a minha graduação me conduziu pelos caminhos da pesquisa acadêmica, que naquele período de minha vida versavam sobre temas medievais. Ao professor Dr. Rodrigo Medina Zagni que além de ter me auxiliado a superar a barreira do vestibular, também teve papel central para que hoje esta pesquisa tenha sido concretizada. Ao professor Dr. Wilson do Nascimento Barbosa pelo exemplo de intelectual e militante que há muito tempo me inspira em minha caminhada. Ao professor Dr. Guilherme Grandi pelas conversas, leituras e pela grande ajuda dada para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao professor e grande amigo Dr. Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares pelas suas aulas, conversas e ensinamentos que representaram um ponto crucial na minha formação como pesquisador, político e ser humano.

Gostaria de agradecer uma pessoa muito importante que me ajudou em um momento muito particular da minha vida. Meu grande amigo Laszlo Csabi. Esse húngaro que tive o prazer de dividir o mesmo teto na Austrália me ajudou quando brasileiros viraram as costas. A você minha admiração e respeito!

Um agradecimento especial à classe trabalhadora do Estado de São Paulo que através dos pesados impostos mantém toda a estrutura da Universidade de São Paulo, o que permitiu me graduar e hoje concluir esta dissertação de mestrado. Que minha pesquisa possa ajudar na compreensão desse momento tão especial para a classe trabalhadora internacional em sua luta por uma sociedade melhor e mais justa.

Não existe a possibilidade de não utilizar este espaço para agradecer ao Cursinho Comunitário Pré-Universitário Gauss. Esse Cursinho, seus fundadores, voluntários, alunos e professores são responsáveis por momentos maravilhosos da minha vida. Poder sair de uma escola pública do município de Atibaia, interior de São Paulo, e ingressar na Universidade de São Paulo superando as injustiças econômicas, sociais e educacionais de nosso país só foi possível devido à existência de um projeto social como o Cursinho Gauss. Foi nessa instituição que conheci amigos maravilhosos (que não citarei nomes para não cometer injustiças), histórias de superação e o melhor de tudo, minha esposa (que falarei mais adiante). Obrigado Curso Comunitário Pré-Universitário Gauss por tudo que você fez pela minha vida! Serei eternamente grato pela sua existência!

Aos meus irmãos, Pedro e Cláudia, aos meus cunhados e sobrinhos. Vocês são parte essencial da minha vida. Que continuem sempre do lado da classe trabalhadora na luta de classes!

Aos meus pais, Paulo e Celina! Não existem palavras que possam representar o AMOR que sinto por vocês. Espero que vocês consigam sentir o quanto eu amo, respeito e admiro vocês dois. Vocês são responsáveis por tudo de bom que já fiz, faço e farei, pois, as coisas erradas ou ruins são os desvios do bom caminho que vocês me ensinaram.

À minha esposa, Daniela Lima Lara Pereira de Araujo. Sou a pessoa mais sortuda por ter uma lutadora como você ao meu lado. Você é o maior motivo para eu acordar e lutar por uma sociedade sem classes sociais, sem injustiças e sem a exploração que vivemos hoje. Obrigado por ser minha amiga, minha companheira de luta, minha revisora particular (que já deve saber mais do governo Allende do que eu). A você, Dani, meu amor, minha vida, enfim, tudo o que tenho e sou.

A Deus. Mesmo sendo contraditória a ideia de um comunista que não seja ateu, gostaria de agradecer a essa força primordial do universo, não por qualquer intervenção mágica que muitos crentes atribuem de forma aleatória e mirabolante, mas sim por manter aberto os caminhos da luta social, política e econômica por um mundo sem classes sociais e sem injustiças.

“Mesmo os mortos não estarão à salvo do inimigo se este vencer; e este inimigo só tem colecionado vitórias.”

BENJAMIN, Illuminations. Apud ANDERSON, Considerações sobre o Marxismo Ocidental. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 124

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a condução da política econômica do Governo da Unidade Popular (1970-1973), liderado pelo presidente Salvador Allende (1908-1973), em sua tentativa de realizar uma transição pacífica, plural e democrática do Chile para uma sociedade socialista, transição essa conhecida como “via chilena para o socialismo.

Reconstituindo o desenvolvimento histórico do Chile entre a crise de 1929 e a vitória eleitoral de Allende, apresentamos como o atraso e a dependência econômica chilena forneceram as bases para a formulação do plano econômico da Unidade Popular enquanto as peculiaridades do sistema político chileno, estabilidade e predomínio dos poderes civis, permitiram a esquerda ambicionar uma transição para o socialismo utilizando o sistema político existente.

A partir do complexo e frágil equilíbrio entre avanços econômicos em direção à construção de uma economia socialista, com grande presença estatal, e a busca pela hegemonia político-eleitoral, o governo da Unidade Popular teve que enfrentar uma oposição política que gradativamente se fortaleceu com o intuito de deter as mudanças econômicas propostas pela esquerda.

Por meio da verificação dos dados econômicos do período estudado, apresentamos os pontos centrais para o entendimento do desenvolvimento da administração Allende, desde a euforia dos resultados alcançados no ano de 1971, como o avanço da política redistributiva e as diversas nacionalizações no setor industrial e da mineração, até a crise geral da economia durante o ano de 1973 e o golpe de Estado dado pelos militares chilenos, com o apoio dos setores conservadores da sociedade chilena e pelo governo dos Estados Unidos.

Palavras-chave: História Econômica, Unidade Popular, Salvador Allende, Chile, Socialismo, Democracia.

Abstract

This research has as objective to analyze the conduct of the economic policy of the Government of Popular Unity (1970-1973), led by President Salvador Allende (1908-1973), in his attempt to achieve a peaceful, plural and democratic transition from Chile to a society socialist, transition known as "the Chilean way to socialism.

Reconstituting the historical development of Chile between the 1929 crisis and Allende's electoral victory, we present how the Chilean economic backwardness and dependence provided the basis for the formulation of the economic plan of the Popular Unity while the peculiarities of the Chilean political system, stability and predominance of the civil powers, allowed the left to aspire to a transition to socialism using the existing political system.

From the complex and fragile balance between economic advances towards building a socialist economy with a large state presence and the search for political and electoral hegemony, the Popular Unity government had to face a political opposition that gradually strengthened with the the economic changes proposed by the left.

Through the verification of the economic data of the period studied, we present the central points for understanding the development of the Allende administration, from the euphoria of the results achieved in 1971, such as the advancement of redistributive politics and the various nationalizations in the industrial and until the general crisis of the economy during 1973 and the coup d'etat given by the Chilean military, with the support of the conservative sectors of Chilean society and the United States government.

Keywords: Economic History, Popular Unity, Salvador Allende, Chile, Socialism, Democracy.

Lista de Tabelas

- Tabela 1** - Impacto de la Gran Depresión sobre la economía chilena (porcentaje).
- Tabela 2** - Crescimento dos sindicatos industriais e profissionais em anos selecionados, 1932 a 1942.
- Tabela 3** - Índice do Custo de Vida em Santiago (%).
- Tabela 4** - As eleições presidenciais de 1958.
- Tabela 5** - Eleições presidenciais de 1964.
- Tabela 6** - Número de greves, trabalhadores em greve e número de filiados aos sindicatos.
- Tabela 7** - Evolução das principais variáveis macroeconômica, 1970-71 (em %).
- Tabela 8** - Información económica básica de la minería del cobre, Chile 1925-70.
- Tabela 9** - Nacionalização do Cobre – Cálculo da indenização (em milhões de dólares).
- Tabela 10** - Comparação da sindicalização em 1966 e 1970 – Sindicatos Agrícolas.
- Tabela 11** - Expropriações da Reforma Agrária.
- Tabela 12** - Número de empresas requisadas e intervenidas por períodos bimensuales, noviembre 1970 - diciembre 1971.
- Tabela 13** - FOREIGN AID TO CHILE FROM U.S. GOVERNMENT AGENCIES AND INTERNATIONAL INSTITUTIONS - TOTAL OF LOANS AND GRANTS (in millions of dollars).
- Tabela 14** - Operações do Fisco (Em milhares de milhões de Escudos).
- Tabela 15** - O Parlamento em outubro de 1970.
- Tabela 16** - Resumo das 90 empresas destinadas a Área Social.
- Tabela 17** - As eleições Nacionais da CUT, 1972.
- Tabela 18** - Techniques of Covert Action - Expenditures in Chile, 1963-1973.
- Tabela 19** - Comparación de los votos recibidos por la oposición y los partidos de la Unidad Popular e las elecciones parlamentarias de 1969 y 1973.
- Tabela 20** - Tasas anuales de inflación, diciembre 1970 - septiembre 1973.
- Tabela 21** - Empregados e Operários por atividade econômica, 1970.
- Tabela 22** - Número de estabelecimentos industriais segundo pessoas ocupadas, 1967.
- Tabela 23** - Número de greves entre 1964 e 1972.
- Tabela 24** - Reformas estructurales básicas de la economía chilena. Década del 70.

Lista de Figuras

Figura 1 - Capa do Programa Basico de Gobierno de la Unidad Popular.

Figura 2 - Capa do Jornal El Mercurio e a manchete do atentado contra o General Schneider.

Figura 3 - Manifestação contra o jornal El Mercurio.

Figura 4 - Momento simbólico do Tancazo: o cineasta Leonardo Henrichsen filmou sua própria morte.

Figura 5 - Allende é recebido por Brejnev durante sua visita à União Soviética.

A condução da política econômica no Governo da Unidade Popular, de Salvador Allende – 1970/1973

Introdução	15
I – Um mundo em disputa	16
II – A Política Econômica da Unidade Popular como objeto da nossa pesquisa.....	20
III – “Sobre os ombros de gigantes”: estudos sobre um caso singular	22
IV – Estrutura de desenvolvimento da pesquisa	27
<u>CAPÍTULO I</u> – Um longo caminho para a construção de uma sociedade socialista no Chile	29
1 – Os anos de estabilidade democrática	29
1.1 – <i>Da crise de 1929 até o fim da Frente Popular</i>	<i>30</i>
1.2 – <i>Os governos de Jorge Alessandri e Eduardo Frei</i>	<i>37</i>
2 – Um Programa de Governo para o Chile	45
2.1 – <i>Introducción: a realidade chilena segundo a Unidade Popular</i>	<i>48</i>
2.2 – <i>A Construção da Nova Economia</i>	<i>53</i>
<u>CAPÍTULO II</u> – Avanços e desequilíbrios da economia dentro da “via chilena para o Socialismo”	62
1 – As transformações na economia como instrumento para atingir a hegemonia eleitoral	63
1.1 – <i>Condução da política econômica entre final de 1970 e final 1971.....</i>	<i>64</i>
1.2 – <i>Nacionalização do Cobre</i>	<i>67</i>
1.3 – <i>Estatização dos bancos e Reforma Agrária</i>	<i>73</i>
1.4 – <i>Estatização das indústrias</i>	<i>77</i>
2 – O esgotamento da política econômica da Unidade Popular	81

2.1 – <i>Primeiros sinais de crise econômica</i>	82
2.2 – <i>Conflitos políticos dentro do Parlamento</i>	89
2.3 – <i>Medidas econômicas adotadas pelo governo</i>	93
 <u>CAPÍTULO 3 – A derrocada do governo Allende e a ação da classe trabalhadora na luta de classes</u>	102
1 – A atuação da oposição chilena e dos Estados Unidos para derrubar o Governo Allende	102
1.1 – <i>Os Estados Unidos, o Chile e a Comissão Church</i>	102
1.2 – <i>A unidade para derrubar o governo</i>	112
2 – A decomposição do governo e a classe trabalhadora	123
2.1 <i>A política econômica após outubro de 1972 e a paralisação do governo</i>	124
2.2 – <i>A classe trabalhadora durante a ‘via chilena’ para o Socialismo</i>	130
2.3 <i>A fraqueza do governo e a ação independente dos trabalhadores</i>	134
 Conclusão	148
 Fontes	153
 Referências Bibliográficas	155

Introdução

Nossa pesquisa visa explorar um aspecto específico de um capítulo original da história do Chile. Nas páginas que se seguem, desejamos apresentar ao leitor interessado em história uma análise sobre as políticas econômicas adotadas pelo governo de Salvador Allende¹ durante os anos em que a aliança política de esquerda, denominada Unidade Popular, governou o Chile (1970-1973) e tentou levar a cabo mudanças estruturais que pudessem conduzir o país rumo ao socialismo.

Claro que não temos a pretensão de esgotar o assunto, muito menos creditar à política econômica da Unidade Popular papel único nos desdobramentos da situação geral da sociedade chilena que permitiram a articulação de diversos setores contrários ao governo em torno dos militares, resultando no fatídico 11 de setembro de 1973, em que um violentíssimo golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet² destituiu Salvador Allende e iniciou um dos mais repressivos regimes militares do cone sul. Acreditamos que o entendimento sobre a elaboração e implementação da política econômica da Unidade Popular (com seus erros e acertos), assim como a reação de parte da sociedade chilena e de setores internacionais, seja apenas um passo na reconstituição do complexo cenário da luta de classes existente nesse peculiar país latino americano.

A experiência da ‘revolução chilena’ liderada por Salvador Allende trouxe à tona a perspectiva de uma ‘via pacífica’ para o socialismo através da organização da classe trabalhadora e da conquista do poder político pela vitória eleitoral. Como mostra Carlos Altamirano³, ex-senador do Partido Socialista durante o governo da Unidade Popular, em seu livro ‘Dialética de uma Derrota’, *“A tarefa assumida pelo governo de Salvador Allende constituiu-se em [...] transformar a velha estrutura capitalista usando uma institucionalidade cujos pressupostos ideológicos estão enraizados na mais pura tradição*

¹ Salvador Allende Gossens (Valparaíso, 26 de junho de 1908 – Santiago do Chile, 11 de setembro de 1973) foi um médico e político chileno. Governou o Chile de 1970 a 1973, quando foi deposto por um golpe de estado liderado pelo general Augusto Pinochet.

² Augusto José Ramón Pinochet Ugarte (Valparaíso, 25 de novembro de 1915 — Santiago, 10 de dezembro de 2006) foi general do exército e ditador do Chile entre 1973 e 1990, servindo posteriormente como senador vitalício, cargo que foi criado exclusivamente para ele.

³ Carlos Altamirano Orrego (Santiago, Chile, 18 de dezembro de 1922) é um advogado e político socialista do Chile, muito conhecido pela liderança que exerceu dentro da Unidade Popular. Foi secretário geral do Partido Socialista entre 1971 e 1979, deputado (1961-1965) e senador da República (1965-1973).

*liberal*⁴”. A ideia de uma revolução na estrutura econômica burguesa em direção ao socialismo, iniciada a partir da conquista do Poder Executivo, do acúmulo de poder político e dentro das regras dadas pela sociedade burguesa, chamou a atenção de diversos personagens políticos, intelectuais e partidos de esquerda espalhados pelo mundo⁵. Além disso, o surgimento de uma nova força política de esquerda, anticapitalista e anti-imperialista no continente americano fez soar o alarme de preocupação nos Estados Unidos, a grande potência ocidental capitalista, que passou a empreender grandes esforços no sentido de apoiar as forças conservadoras da sociedade chilena e de desestabilizar o governo Allende.

Desta forma, muito mais do que apenas discorrer isoladamente sobre as políticas econômicas que foram praticadas pelo governo da Unidade Popular, é preciso entender sua importância dentro da luta de classes e da manutenção, ou não, do modelo capitalista no mundo. Neste cenário, da luta de classes, é fundamental abordar não apenas o apoio americano aos grupos de direita e extrema direita no Chile, mas também a participação da classe trabalhadora nas esferas de poder que foram abertas pelo governo popular e naquelas esferas construídas pelos próprios trabalhadores, muitas vezes até em rota de colisão com o próprio governo, demonstrando não apenas a criatividade e a consciência construída durante décadas de lutas, mas também interesses específicos que conflitavam com a visão pragmática do poder público.

I – Um mundo em disputa

É impossível pensar o Chile e a construção política feita pela esquerda chilena entre as décadas de 50 e 70 sem levar em consideração a agitação política dos anos da Guerra Fria e a disputa entre Estados Unidos e União Soviética pela hegemonia mundial, que se intensificou após o término da Segunda Grande Guerra Mundial. Dentro desse cenário agitado, tumultuado por espionagens, guerras no ‘Terceiro Mundo’, como a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnam, e o medo de um ‘apocalipse nuclear’, encontramos o Chile

⁴Altamirano, Carlos. *Dialética de uma Derrota. Chile 1970 -1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 43.

⁵Diversos partidos comunistas europeus, principalmente os da França, Itália e Espanha, estudaram formas e mecanismos para realizar a passagem pacífica para o socialismo, pois acreditavam que as condições que permitiram a Revolução Russa não mais iriam acontecer. Nesse sentido, a experiência chilena foi um caso de estudo importante e representativo para os partidos comunistas. In, Altamirano, Carlos. *Op. cit.* p. 54.

em um processo constante de urbanização, com uma classe trabalhadora organizada, com partidos de esquerda com grande representação política e com instituições políticas maduras e estáveis. Entretanto, a organização dos trabalhadores e dos partidos populares era contrabalanceada por uma elite econômica alinhada aos Estados Unidos e que controlava o poder político usando de todos os artifícios e subterfúgios existentes.

Apesar de toda a agitação das décadas de 1950 e 1960 em diversas partes do globo, a América continuou sendo área incontestada da influência norte-americana, assim como a Europa Oriental continuou sendo a cortina de ferro soviética. Como bem assinalou Eric Hobsbawm⁶, em ‘A Era dos Extremos’, “*Os dois lados [Estados Unidos e União Soviética] aceitavam tacitamente as zonas de influência um do outro, e durante as décadas de 1950 e 1960 nenhuma mudança revolucionária local surgiu no globo para perturbar esse equilíbrio, com exceção de Cuba.*”⁷. Assim, o respeito existente entre as duas grandes potências mundiais impediu tanto os Estados Unidos de agir abertamente nas áreas soviéticas como a URSS de atuar nas áreas americanas.

Desta maneira, observando o cenário geopolítico desse período, as dificuldades de uma ação revolucionária da esquerda chilena eram imensas. A presença dos Estados Unidos era quase onipresente e a complexidade política, econômica e social do Chile, somado a estabilidade de suas instituições e a inexistência de uma crise geral do Estado chileno impediam uma revolução armada, nos moldes cubanos ou da revolução russa. É desta forma que ganha força a ideia de uma via pacífica para a construção do socialismo.

Mesmo com todo o equilíbrio e os rígidos limites entre as áreas de influência de cada uma das potências mundiais, eclode a Revolução Cubana em 1959. Isso fez o governo americano estruturar um conjunto de medidas econômicas visando deter o impacto da Revolução nos outros países latino-americanos. A pressão norte-americana contra o

⁶ Eric John Ernest Hobsbawm (Alexandria, 9 de junho de 1917 - Londres, 1 de outubro de 2012) foi um historiador marxista e um dos intelectuais mais importantes do século XX. Foi membro do Partido Comunista Britânico, da Academia Britânica e da Academia Americana de Artes e Ciências. Foi também professor de História na Universidade de Londres e da New School for Social Research de Nova York.

⁷ Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 387.

processo revolucionário liderado por Fidel Castro⁸ forçou o novo governo cubano a se aliar a União Soviética e abraçar os ideais socialistas⁹.

O entendimento por parte do governo americano era de que o sucesso na instalação de um governo socialista na América Latina poderia servir de exemplo para dezenas de outros países que padeciam das mesmas misérias produzidas pelo capitalismo internacional. Assim, a implementação de reformas econômicas nos países latino-americanos que permitissem a manutenção das bases fundamentais do capitalismo, mas, ao mesmo tempo, reduzissem a miséria extrema e diminuíssem a influência dos partidos de esquerda nas classes mais pobres foi a meta da política norte-americana chamada de ‘Aliança para o Progresso’.

Iniciada pelo presidente John Kennedy¹⁰, no início da década de 60, a ‘Aliança para o Progresso’ visava criar uma grande linha de financiamento para que os países latino-americanos pudessem realizar reformas ‘modernizadoras’ em suas economias, como por exemplo, a reforma agrária. Essa nova política para o continente teve uma enorme importância para o Chile, pois “*de todos os países do hemisfério, o Chile foi escolhido para ser a vitrine para a nova Aliança para o Progresso*”¹¹ sendo que entre 1962 e 1969 ele recebeu mais de um bilhão de dólares em empréstimos. Nesse contexto, vimos no Chile o fortalecimento do Partido Demócrata Cristão e sua política reformista apoiada maciçamente pelos recursos americanos¹².

⁸ Fidel Alejandro Castro Ruz (Birán, 13 de agosto de 1926 - Havana, 25 de novembro de 2016) foi um advogado, político e revolucionário cubano que governou a República de Cuba como primeiro-ministro de 1959 a 1976 e depois como presidente de 1976 a 2008. Foi o grande líder da Revolução Cubana.

⁹ É sabido que a Revolução Cubana e seu líder maior, Fidel Castro, não eram socialistas ou comunistas em suas origens. Eric Hobsbawm, em *A Era dos Extremos - O breve século XX – 1914-1991*, pág. 427, descreveu muito bem a guinada de Cuba para o socialismo: “*No entanto, tudo empurrava o movimento fidelista na direção do comunismo, desde a ideologia social-revolucionária daqueles que tinham probabilidade de fazer insurreições armadas de guerrilha até o anticomunismo apaixonado dos EUA na década de 1950 do senador McCarthy. [...] Além disso, em março de 1960, muito antes de Fidel descobrir que Cuba ia ser socialista e que ele próprio era comunista, embora muitíssimo à sua maneira, os EUA já haviam decidido trata-lo como tal...*”.

¹⁰ John Fitzgerald Kennedy (Brookline, 29 de maio de 1917 — Dallas, 22 de novembro de 1963) foi um político americano eleito para ser o 35º presidente dos Estados Unidos (1961–1963). Foi assassinado em Dallas, em 1963, quando desfilava em carro aberto pelas ruas da cidade.

¹¹ U.S SENATE – Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate, vol. 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Printing Office, 1976. Appendix A – 94th Congress, 1st Session – Covert Action in Chile – 1963-1974. Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. 94th Congress, 1st Session, U.S. Printing Office, December 18, 1975, p. 6.

¹² O apoio americano ao governo do presidente democrata cristão, Eduardo Frei Montalva, remonta à sua campanha eleitoral. Segundo os documentos secretos dos serviços de inteligência, o governo americano apoiou a campanha de Eduardo Frei com milhões de dólares. O apoio americano continuou durante do

Entretanto, mesmo com o aporte de vultuosa quantidade de dinheiro estrangeiro, a realização de mudanças na economia e a adoção de um discurso político voltado a conquistar trabalhadores e camponeses, o resultado dos seis anos de governo da democracia cristã permitiu o fortalecimento da aliança entre Partido Socialista e Partido Comunista, tanto quanto o descontentamento da direita mais reacionária e conservadora, como o Partido Nacional.

No ano de 1969, durante a presidência de Nixon¹³, os americanos resolveram descontinuar o programa ‘Aliança para o Progresso’ e substituí-lo pelo que denominou de ‘Ação para o Progresso’, enrijecendo, assim, o discurso político e mantendo relações pragmáticas com os países latino-americanos.

Mesmo com todos os esforços empreendidos pelos americanos ao longo do governo de Eduardo Frei¹⁴, em setembro de 1970, Salvador Allende sagrou-se vencedor do pleito presidencial. Isso representou um duro golpe nas pretensões norte-americanas e deixou o governo norte americano em alerta. Para eles, muito pior que o surgimento de uma ‘nova Cuba’ era o receio de um possível sucesso do exemplo chileno ser seguido por outros países latino-americanos, tanto quanto por países da Europa Ocidental, como Itália e França. Essa preocupação foi demonstrada por Henry Kissinger¹⁵, Assessor de Segurança Nacional da presidência, em 16 de setembro de 1970, em um informe dado à imprensa depois da vitória democrática de Allende:

Agora é muito fácil prever que a vitória de Allende possibilitará o estabelecimento, durante anos, de um governo comunista. Nesse caso, não se trata de um governo desse tipo em uma ilha sem um relacionamento tradicional nem impacto na América Latina, mas sim, teríamos um governo comunista em um dos principais países a América Latina, unido, por exemplo, à Argentina que já está profundamente dividida, ao longo de sua imensa fronteira; unido ao Peru, cujas diretrizes políticas têm dificultado o diálogo; e unido à Bolívia que,

governo da Democracia Cristã através de imensas somas de empréstimos internacionais, que tornaram o Chile o país com a maior dívida per capita do mundo.

¹³ Richard Milhous Nixon (Yorba Linda, 9 de janeiro de 1913 – Nova Iorque, 22 de abril de 1994) foi um advogado e político norte-americano eleito para ser o 37.º presidente dos Estados Unidos de 1969 até 1974, quando se tornou o primeiro e único presidente a renunciar do cargo, após o escândalo de Watergate. Também foi deputado, senador e vice-presidente.

¹⁴ Eduardo Nicanor Frei Montalva (1911 – 1982) – Foi advogado e político chileno. Membro do Partido Democrata Cristão, foi presidente do Chile entre 1964 e 1970.

¹⁵ Henry Alfred Kissinger (nascido Heinz Alfred Kissinger; Fürth, 27 de maio de 1923) é um diplomata estadunidense, de origem hebraica, que teve um papel importante na política externa dos Estados Unidos da América (EUA), entre 1968 e 1976. Foi conselheiro de Relações Exteriores e Secretário de Estado no governo Nixon e Ford.

*apesar de sem nenhuma dessas características, também avança em direção à esquerda e contra os Estados Unidos. Deste modo, creio que não devemos nos enganar que a subida de Allende ao poder, no Chile, não trará problemas extremos a nós e também às forças democráticas favoráveis aos Estados Unidos na América Latina, assim como a todo o Hemisfério Ocidental. O que aconteceria ao Conselho de Defesa do Hemisfério Ocidental ou à Organização dos Estados Americanos... Trata-se de uma situação pouco favorável aos interesses americanos...*¹⁶

O receio estadunidense que o sucesso de uma transição pacífica para o socialismo no Chile pudesse alterar o equilíbrio geopolítico levou-os a atuar em diversas frentes visando enfraquecer o governo Allende e restabelecer os grupos capitalistas na ofensiva política. Diversas ações que veremos ao longo desta pesquisa permitiram ao governo dos Estados Unidos, e de seus aliados dentro do Chile, ampliar os desequilíbrios econômicos surgidos no governo da Unidade Popular e criar um clima de instabilidade e descontentamento que acabaram facilitando na derrubada do governo.

Assim, o governo da Unidade Popular não representava apenas a disputa política interna em um país subdesenvolvido da América do Sul, mas sim, a possibilidade do surgimento de uma nova via para a construção do socialismo no mundo. O sucesso dessa experiência marcaria de forma significativa a história da luta de classes.

II – A Política Econômica da Unidade Popular como objeto da nossa pesquisa

Ao longo da nossa pesquisa pretendemos apresentar ao leitor o desenvolvimento do quadro econômico do Chile no decorrer do governo de Salvador Allende, partindo da análise das condições históricas existentes no período pré-governo 1970 e que foram utilizadas como base para a elaboração do *Plano Basico de Gobierno de la Unidad Popular*. Pretendemos explorar os rumos da economia chilena durante o primeiro ano de governo e

¹⁶ U.S. SENATE – Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate, vol. 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Printing Office, 1976. Appendix A – 94th Congress, 1st Session – Covert Action in Chile – 1963-1974. Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. 94th Congress, 1st Session, U.S. Printing Office, December 18, 1975, p. 27.

os impactos que os erros e acertos na condução da política econômica trouxeram para o transcorrer dos anos de 1972 a 1973. Assim, a realização desta pesquisa apresenta como objeto a política econômica adotada pela Unidade Popular em seu plano de construir o socialismo através da democracia e da pluralidade política.

Na elaboração do nosso texto levamos em consideração a afirmação do pesquisador Sergio Bitar¹⁷ sobre a relação entre a economia e a política. Para ele,

Para compreender a dinâmica de um processo de transformações é insuficiente recorrer apenas ao emprego da teoria econômica; isto conduziria a conclusões desprovidas de importância para a tarefa de transformar um sistema social. Dentro dessa perspectiva, o sentido último de toda medida econômica é político e deve ser compreendido em relação a seu objetivo de mudar as estruturas de poder.¹⁸

Desta forma, analisar uma proposta tão peculiar e inovadora como a ‘via chilena’ é um grande desafio que extravasa qualquer possibilidade de realizar um estudo puramente econômico. Afinal, as ciências econômicas trazem consigo a suposição de uma estabilidade nas estruturas analisadas, sendo o equilíbrio o objetivo central. Desta forma, como avaliar um conjunto de políticas econômicas que almejava como objetivo final a superação da estrutura econômica existente? Como avaliar os esforços da oposição em frustrar as expectativas do governo eleito no campo econômico e com isso agir com o intuito de manter a estrutura existente?

Outro ponto importante em nossa pesquisa é apontar a relação existentes entre a política econômica da Unidade Popular e seu impacto nas eleições, considerado pelo governo o *locus* da disputa contra as elites chilenas. Ou melhor, relacionar como as eleições e a disputa política influenciaram nas tomadas das decisões econômicas durante o governo Allende.

Por esses motivos, acreditamos que compreender os mecanismos e a lógica da política econômica adotada pela Unidade Popular nos ajudará enormemente na reconstrução dos caminhos adotados pela esquerda chilena em busca de uma sociedade

¹⁷ Sergio Bitar Chacra (Santiago, 30 de diciembre de 1940) é engenheiro e político chileno. Foi ministro de Estado nos governos de Salvador Allende, Ricardo Lagos y Michelle Bachelet. Também foi senador por Tarapacá por oito anos.

¹⁸ Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia – Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 22.

socialista, assim como, nos permitirá construir relações mais reais dos desafios existentes e que até hoje são colocados pela luta de classes em nossa sociedade.

III – “Sobre os ombros de gigantes”: estudos sobre um caso singular¹⁹

Por toda a sua originalidade, a ‘via chilena’ para o Socialismo ganhou muita atenção no mundo político e acadêmico. Tanto durante a vigência do governo de Salvador Allende, como, e principalmente, após a queda do governo uma avalanche de textos, pesquisas e análises foram publicadas sobre o tema. Levando em consideração a afirmação de Lucien Febvre²⁰ de que “*toda História é filha do seu tempo*”²¹, os estudos referentes à experiência chilena focaram em temáticas que refletiam as questões e os problemas presentes no momento histórico em que foram produzidos.

Ao longo dos últimos 45 anos, do golpe de Estado até hoje, podemos organizar as pesquisas sobre o governo Allende em três grandes conjuntos, sendo que cada um desses blocos reflete as preocupações e os debates em destaque no momento da produção. Assim, podemos dividir os três períodos em:

I – Logo após o golpe: As análises e interpretações produzidas nos primeiros anos após o golpe de 11 de setembro de 1973 giraram em torno de temas como a ação do governo, reforma e revolução, sendo que essa literatura tentava explicar os motivos que levaram ao fracasso da Unidade Popular ou justificar o golpe militar. É feita em grande parte por protagonistas desse período, sujeitos que acompanharam diretamente os momentos mais dramáticos do desenrolar da experiência socialista chilena.

Os opositores do governo popular, imediatamente após a instituição da ditadura, organizaram diversas obras com o intuito de explicar os acontecimentos que levaram ao golpe militar. Entretanto, as análises apresentadas por eles partiam de premissas distintas. A interpretação da extrema-direita chilena visava justificar o golpe e o regime militar como

¹⁹ Para a sistematização da divisão dos diferentes períodos de produção bibliográfica sobre o governo da Unidade Popular levamos em consideração os apontamentos apresentados por Alberto Aggio, em seu livro “*Democracia e Socialismo – A experiência Chilena*” e por Marcia Carolina de Oliveira Cury, em sua tese de doutorado intitulada “*O protagonismo popular: experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973)*”.

²⁰ Lucien Paul Victor Febvre (Nancy, Meurthe-et-Moselle, 22 de julho de 1878 - Saint-Amour, Jura, 26 de setembro de 1956) foi um influente historiador francês e co-fundador da chamada “Escola dos Annales”

²¹ Febvre, Lucien, *Combats pour l’histoire*. Paris: Librairie Armand Collin, 1992.

uma forma de livrar o Chile da desagregação que a Unidade Popular, propositalmente, fomentava para ter as condições necessárias para instituir a ditadura do proletariado. Já a visão da Democracia Cristã, que tinha em Genaro Arriagada Herrera²² um de seus principais intelectuais, sustentava que houve um descompasso entre o projeto da Unidade Popular e a sua prática, que levou o governo a se afastar da via institucional em direção a uma via insurrecional. O golpe acaba sendo justificado como uma forma para resolver a paralisia do governo e, conseqüentemente, do país, visto que a Unidade Popular não tinha como pautar suas ações nem de forma reformista e legalista, nem revolucionária e insurrecional.

A interpretação da esquerda apresentava como temática central o binômio Reforma/Revolução, mas com dois enfoques distintos para o desenvolvimento dos enredos históricos. De um lado temos membros do governo que defendiam a ‘via chilena’ e o projeto da Unidade Popular como originais e revolucionários; de outro lado encontramos outras figuras importantes da esquerda que vivenciaram o governo de Salvador Allende, mas defendem que houve um equívoco na proposta apresentada e instituída durante o governo e que foi o erro na escolha da “via chilena” que levou ao golpe e ao fim da tentativa de construção do socialismo.

Aqueles que foram favoráveis à proposta da Unidade Popular criticavam a esquerda chilena por não compreender a magnitude do processo que foi vivido durante os três anos de governo. Além disso, eles justificam a falta de sustentação teórica do projeto devido a sua originalidade. Os três maiores representantes dessa vertente foram Joan Garcés²³, Sergio Bitar²⁴ e Gonzalo Martner²⁵.

Para Garcés, a falta de uma maioria no Congresso por parte da Unidade Popular tornava inevitável um acordo com a Democracia Cristã para a não paralisação do governo. A única saída para a Unidade Popular não ter seus projetos limitados pela Democracia Cristã seria a realização de um referendo para a dissolução do Parlamento e realização de novas eleições. Para o autor, a recusa dos membros da Unidade Popular em realizar o referendo no início do governo, quando o governo estava com uma boa aceitação, tirou-

²² Herrera, Genaro A. *De la via chilena a la via insurreccional*. Santiago: Editorial Pacífico, 1974.

²³ Garcés, Joan. *Allende e as Armas da Política*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

²⁴ Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

²⁵ Martner, Gonzalo. *El gobierno del presidente Salvador Allende, 1970-1973: una evaluación*. Santiago: PEDNA/LAR, 1988.

lhes a iniciativa política, que foi passada para as mãos da oposição que usou todas as suas forças para paralisar o governo e criar o clima necessário para o golpe. Garcés também aborda a questão da via político-institucional e a via insurrecional. Para ele, a adoção da primeira via excluiu a possibilidade da criação de um exército popular, entretanto, o mesmo deveria ter sido colocado em prática como uma forma de consolidação da via político-institucional.

Sergio Bitar enfoca sua análise no plano da economia. Para ele, se os equívocos na política econômica do governo tivessem sido equacionados a contento, a Unidade Popular teria grandes chances de concretizar seu plano de transição para o socialismo. Bitar apresenta diversos questionamentos à política econômica adotada ao longo dos três anos de governo e as interferências políticas nas tomadas de decisões econômicas. Para o autor havia um descompasso político entre os setores que compunham o governo e essa diferença de pensamento tornava difícil o diagnóstico e a precisa atuação na economia para solucionar os problemas que apareciam e aos poucos iam causando a paralisia do governo. Para Sergio Bitar a via institucional era a única via possível para o Chile naquele momento, mas o seu sucesso dependia de uma direção política centralizada.

Gonzalo Martner, assim como os outros autores mencionados, também apresenta uma análise positiva do governo da Unidade Popular e de suas possibilidades de vitória. Sua análise é estrutural e, seguindo a mesma linha de Sergio Bitar, defende a ideia de que o governo de Allende não foi socialista, mas sim um período de transição para uma nova economia, liderada pelo Estado e com o intuito de enfraquecer os setores conservadores que dominavam a economia, para que só assim, fosse possível alterar o caráter do Estado chileno.

A segunda corrente de esquerda que pensou o período e os motivos que levaram ao golpe surgiu de integrantes de movimentos e partidos como o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Movimiento de Acción Popular (MAPU), Izquierda Cristiana (IC) e de membros mais radicais do Partido Socialista (PS). Eles atribuem a escolha da “via chilena” como o principal fator para o fracasso do processo revolucionário no Chile. Os principais pensadores dessa vertente são Carlos Altamirano e os brasileiros Eder Sader e Rui Mauro Marini. Em grande parte, a crítica elaborada por essa corrente interpretativa responsabiliza os estrategistas do governo pelo desfecho do processo. Alberto Aggio, pesquisador brasileiro que trabalha e escreve sobre o período que abordamos em nossa pesquisa, analisa os trabalhos elaborados por esse grupo como “*Non há, nestes trabalhos,*

*uma análise mais acurada e detida sobre as instituições políticas chilenas, no sentido de observar as suas possibilidades e os seus limites em relação ao projeto da via chilena. Tudo se resolve através de colocações acerca da natureza do Estado burguês e do destino de todo e qualquer processo revolucionário”*²⁶.

II – Redemocratização: Durante a década de oitenta uma nova forma de analisar o governo da Unidade Popular e seu desfecho ganhou força entre a intelectualidade. Essa nova análise estava focada na temática da democracia e, desta forma, o golpe de 1973 passou a representar o fracasso do sistema democrático chileno e não apenas a derrota da esquerda. Seguindo a sistematização de Alberto Aggio, autor que podemos incluir dentro dessa mesma vertente de pesquisa, podemos dividir essa corrente em dois grandes eixos: O primeiro, defendido por Manuel A. Garretón e Tomas Moulian²⁷, interpretam o período da Unidade Popular e seu trágico desfecho como reflexo de uma ‘crise conjuntural’ do sistema democrático chileno. Os autores defendem a ideia de que as atitudes tomadas ao longo do governo Allende, tanto pela esquerda como pelas forças da oposição, levaram de um cenário de crise parcial para uma crise total. Os autores reforçam a ideia de crise parcial, pois para eles o colapso total do governo e o golpe militar não eram inevitáveis e nem estavam dados desde o início, mas sim, foram se construindo ao longo do processo através da polarização ideológica e dos conflitos. Para eles, a Unidade Popular tinha um projeto viável de continuidade e ruptura, mas que foi distorcido pela própria esquerda que vivia um período de “vazio teórico-ideológico”. Essa análise foi muito influenciada pela tese de desajuste entre política e economia²⁸, muito difundida entre a intelectualidade chilena.

O segundo eixo, defendido por Eugenio Tironi²⁹, defende a tese da ‘ruptura de consensos’ em que o governo de Salvador Allende correspondeu ao esgotamento de um longo período de consensos da sociedade chilena.

III – Nova Abordagem: Um ponto fundamental que marca a diferença entre o primeiro e segundo período dos estudos sobre o governo da Unidade Popular para o terceiro período está no fato de que os dois primeiros, mesmo com suas diferenças, focaram suas

²⁶ Aggio, Alberto. *Democracia e Socialismo – A experiência Chilena*. São Paulo: Editora Unesp, 1993, p. 53.

²⁷ Garretón, Manuel A. e Moulian, Tomas. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago: Ed. Minga, 1983.

²⁸ Essas análises propunham que o Chile tinha uma estrutura política muito desenvolvida e estável, diferentemente de sua estrutura econômica, subdesenvolvida e dependente. Esse descompasso impedia o pleno desenvolvimento do país.

²⁹ Tironi, Eugenio. *La Torre de Babel – ensayos de crítica y renovación política*. Santiago: SUR, 1984.

análises na institucionalidade do Estado, nas ações dos partidos e nas instituições de classe que representavam os trabalhadores. No terceiro período, o foco será na classe trabalhadora e nos movimentos sociais. Essa nova abordagem valoriza a visão e o papel da classe trabalhadora como a “maior inovação” do governo da Unidade Popular. O foco não está mais nas ações governamentais. Os autores que podemos enquadrar dentro desse período têm elaborado suas pesquisas partindo da perspectiva da história “de baixo”, resgatando as ações dos movimentos sociais e populares, escrevendo sobre a classe trabalhadora e sua autonomia e originalidade em relação às grandes e burocráticas centrais sindicais. Os trabalhos produzidos nesse período versam sobre movimentos de *pobladores*, *cordones industriales*, construção do poder popular, cotidiano do trabalhador de fábrica, entre outros.

Entre os autores dessa fase podemos destacar: Frank Gaudichaud³⁰, que aborda os cordões industriais e a ação governamental de integrar a CUT à estrutura estatal e não assimilar as mudanças vindas de uma “revolução de baixo” que tornavam obsoletas as velhas estruturas de dominação; Sandra Castillo Soto³¹, que também realiza pesquisas sobre os cordões industriais analisando-os como uma nova forma de sociabilidade da classe trabalhadora. A autora também reforça a ideia de que a Unidade Popular não apresentou um projeto político popular alternativo; Peter Winn³², que investigou a atuação política dos trabalhadores da fábrica têxtil de Yarur; Mario Garcés³³, escreveu sobre a importância dos sujeitos sociais e suas ações na sociedade chilena. Para isso, ele analisou a organização e politização dos movimentos de *pobladores*; Hugo Cancino³⁴, que apesar de influenciado pela análise das correntes que discutiam o tema de Revolução versus Reforma e de sua abordagem privilegiar mais os atores institucionais, sua discussão gira em torno da construção do “Poder Popular” e os mecanismo de participação popular no período do governo da Unidade Popular; e a brasileira Marcia Carolina de Oliveira Cury³⁵, que em sua

³⁰ Gaudichaud, Franck. *Poder Popular y Cordones Industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

³¹ Soto, Sandra Castillo. *Cordones Industriales. Nuevas formas de sociabilidad obrera y organización política popular. Chile 1970-1973*. Colección Historia Vital. Concepción: Ediciones Escaparte, 2009.

³² Winn, Peter. *Tejedores de la Revolución. Los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004.

³³ Garcés, Mario. *Tomando su sitio. El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970*. Colección Movimientos Sociales. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

³⁴ Cancino, Hugo. *La problemática del poder popular en el proceso de la vía chilena al socialismo, 1970-1973*. Aarhus: Aarhus University Press, 1988.

³⁵ Cury, Marcia Carolina de Oliveira, *O Protagonismo Popular: Experiências de classe e momentos sociais na construção do Socialismo chileno (1964 – 1973)*, Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas 2013.

tese de doutorado abordou a participação da classe trabalhadora na construção da “via chilena” e a superação por parte deles da participação inicial proposta pelo governo. Com um grande conjunto de entrevistas com trabalhadores e populares que viveram esse período, a autora reconstrói o surgimento e desenvolvimento do movimento de *pobladores*, a organização da classe trabalhadora em sindicatos, a participação dos partidos políticos na organização do movimento de *pobladores* e dos sindicatos, e a forma como os trabalhadores ampliaram e superaram a participação proposta pelo governo popular³⁶.

IV – Estrutura de desenvolvimento da pesquisa

Para desenvolver nosso estudo de uma forma mais clara optamos por dividi-lo em 3 capítulos.

O primeiro capítulo tem por objetivo apresentar ao leitor o cenário político e econômico do Chile pré-Allende, discorrendo sobre o período de cerca de quarenta anos que antecederam ao governo da Unidade Popular e forjaram as características políticas, que permitiram a ascensão da esquerda ao poder através da via democrática, e econômicas, que deram sustentação ao programa econômico proposto pela esquerda. Enquanto a primeira parte desse capítulo abordará os anos difíceis do pós-quebra da bolsa de Nova York, seu impacto no Chile, os governos da Frente Popular, o governo direitista de Alessandri e o governo democrata cristão de Eduardo Frei, a segunda parte detalhará o Programa de Governo da Unidade Popular.

O segundo capítulo será destinado à exposição e debate dos dois primeiros anos do governo da Allende. Dividiremos esse capítulo em duas partes: enquanto a primeira discutirá o desenvolvimento dos primeiros doze meses da Unidade Popular na liderança do Executivo chileno e seus fantásticos resultados políticos e econômicos, a segunda parte tratará do início da crise que vai se iniciar no final de 1971 e ganhará contornos dramáticos com a greve dos caminhoneiros em outubro de 1972.

³⁶ Além dos autores citados no corpo do texto existem outros que trabalham dentro dessa mesma temática como Bóris Cofré, Elisa de Campos Borges, Mariano Vega Jara, entre outros.

O terceiro capítulo apresentará ao leitor o desenrolar da crise política e econômica enfrentada pelo governo Allende. Na primeira parte do capítulo abordaremos o desenvolvimento das ações dos grupos opositores, desde a movimentação das agências de inteligência americanas em solo chileno, passando pela organização dos grupos conservadores da política chilena para derrubar o governo e a consumação do golpe de Estado. A segunda parte discorrerá sobre a política econômica adotada pelo governo após a crise gerada pela greve dos caminhoneiros, o desenvolvimento das ações da classe trabalhadora ao longo do governo da Unidade Popular que a aproximaram do protagonismo político e da linha de frente da resistência as tentativas de golpe de Estado organizadas pela direita.

CAPÍTULO I - Um longo caminho para a construção de uma sociedade socialista no Chile

1 – Os anos de estabilidade democrática

O governo da Unidade Popular, que durou de novembro de 1970 até setembro de 1973, apresentou à população chilena uma possibilidade de organização econômica da sociedade que se diferenciava enormemente de todas as propostas que foram implementadas ao longo de todo o século XX pelos mais diversos partidos e grupos políticos chilenos.

Pensar o desenvolvimento da política econômica adotada pelo governo Allende nos leva a retornar um pouco mais no tempo, antes mesmo do processo de formação da aliança política para as eleições de 1970, e analisar como se deu a construção das condições políticas, sociais e econômicas que possibilitaram a vitória eleitoral da proposta de governo apresentada pela esquerda chilena.

O Chile, governado pela Unidade Popular, era o resultado de um complexo sistema político e econômico que se formou a partir da inserção do país na economia mundial exercendo o papel de exportador de matéria-prima. Essa grande dependência do mercado internacional, que teve (e ainda tem) no cobre seu principal produto de exportação e o motor de sua economia, tornou o Chile um país extremamente refém das políticas internacionais de preço, o que impactou significativamente seu desenvolvimento.

Paralelamente a uma economia dependente e atrasada, similar aos outros países latino-americanos, o sistema político chileno apresentava características muito semelhantes as maiores democracias do mundo desenvolvido, sendo os fatores que mais diferenciavam o Chile do restante dos países da região eram a estabilidade do sistema político e a constitucionalidade das Forças Armadas.

Desta forma, para entender a ascensão da Unidade Popular e sua vitória eleitoral é necessário entender as transformações que ocorreram no Chile tanto no campo da política (com a criação de governos de Frente Popular e a participação institucional da esquerda no processo eleitoral) como da economia (com programas de desenvolvimento industrial e

aumento da participação estatal) desde a grande crise do capitalismo ocorrido no final da década de 20.

1.1 – Da crise de 1929 até o fim da Frente Popular

A crise mundial que se iniciou nos Estados Unidos com o *crack* da bolsa de valores de Nova York e assolou o sistema capitalista internacional, teve no Chile uma das suas principais vítimas. Por ter uma economia extremamente dependente do mercado internacional e da exportação de produtos primários, o Chile viu sua situação econômica e social entrar em colapso.

Tabela 1 - Impacto de la Gran Depresión sobre la economía chilena (porcentaje)³⁷				
	Situación en el año 1932 c/r a		Situación en el año 1938 c/r a	
	1929^a	1927-29^b	1929^a	1927-29^b
PGB	-45,8	-38,3	-7,3	5,5
Exportaciones	-81,4	-78,3	-38,4	-28,2
Precios exportación salitre	-59	-61,1	-45,2	-48
Volumen exportación salitre	-78,5	-74	-56,8	-47,7
Precios exportación cobre	-69,3	-63,4	-44,8	-34,3
Volumen exportación cobre	-71,4	-68,6	-10,1	-1,2
Importaciones	-86,8	-83,5	-68,7	-60,7
PGB/Cápita	-48,2	-42	-16,1	-6
Nota: Las cifras que se muestran corresponden al porcentaje de variación con respecto al nivel de referencia, esto es, un -45,8% para el PGB significa que el PGB de 1932 cayó 45,8% con respecto al nivel 100 de 1929. ^a (1929=100) ^b (Promedio 1927-29 = 100)				

Tomando como referência a média dos anos de 1927-1929 a situação econômica do ano de 1932 apresentava os seguintes dados: o PIB caiu 38,3%; o nível das exportações e

³⁷ Fonte: Meller, Patricio. *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1998, p. 49.

importações se reduziu em 78,3% e 83,5%, respectivamente; o PIB per capita caiu acima de 40% do que era em 1927-1929; e os volumes de exportação de nitrato e de cobre caíram quase 70% e os preços internacionais destes produtos diminuíram 61,1% e 63,4%, respectivamente. Os reflexos da crise na economia refletiram no governo e causaram a queda do presidente Carlos Ibáñez del Campo³⁸, militar que participou do golpe de Estado de 1925.

A queda de Ibáñez representou o início de um longo período de predomínio do poder civil no cenário político, relegando a um segundo plano as Forças Armadas. Esse fato é peculiar na história da América Latina, região do globo marcada por constantes golpes e ditaduras militares, o que acabou criando o mito da neutralidade e do profissionalismo dos militares chilenos³⁹.

A deposição de Ibáñez e a eleição, em 1931, de Juan Esteban Montero⁴⁰, candidato do Partido Radical que recebeu o apoio de conservadores e liberais, com uma votação expressiva de 64% dos votos, não foram suficientes para que a crise na sociedade chilena chegasse ao fim. Economicamente, o país ainda se encontrava muito fragilizado e com diversos setores apresentando dados inferiores aos do período pré-crise de 1929. Em junho de 1932, o presidente Juan Esteban Montero é destituído pelo comandante da Força Aérea, Marmaduke Grove Vallejo⁴¹, que instituiu uma “República Socialista” que durou apenas 12 dias, sendo ele substituído pelo civil Carlos Dávila Espinoza⁴². A normalidade institucional só retornará com a eleição de Arturo Alessandri Palma⁴³, em outubro de 1932.

Foi a partir das tentativas de superar o desastre representado pela grande crise econômica que o Chile começou a passar por profundas mudanças sociais e econômicas. A

³⁸ Carlos Ibáñez del Campo (Linares, 3 de novembro de 1877 - Santiago do Chile, em 28 de abril de 1960) foi um militar e político, presidente do Chile por dois mandatos (1927-1931 e 1952-1958).

³⁹ A Unidade Popular se apoiou durante todo o seu governo sobre a ideia de que os militares defenderiam a todo custo a constituição e o governo eleito pela população. A própria ideia de uma transição para o socialismo em democracia, liberdade e pluralismo tinha como base fundamental o mito da neutralidade e profissionalismo das Forças Armadas.

⁴⁰ Juan Esteban Montero Rodríguez (Santiago, 12 de fevereiro de 1879 - 25 de fevereiro de 1948) foi um advogado e político. Ocupou o cargo de presidente do Chile entre 1931 e 1932.

⁴¹ Marmaduke Grove Vallejo (Copiapó, 6 de julho de 1878 - Santiago, 15 de maio de 1954) foi um militar e político, que participou do golpe de Estado que instituiu a República Socialista, que durou apenas 12 dias. Foi senador e secretário geral do Partido Socialista.

⁴² Carlos Gregorio Dávila Espinoza (Los Angeles, 15 de setembro de 1887 – Washington D.C., 19 de outubro de 1955) foi um advogado, jornalista, político e embaixador do Chile nos Estados Unidos. Participou da República Socialista, e se tornou presidente após destituir os outros líderes do movimento.

⁴³ Arturo Fortunato Alessandri Palma (Longaví, 20 de dezembro de 1868 - 24 de agosto de 1950). Foi um advogado e político que ocupou o cargo de presidente do Chile em duas ocasiões: de 1920 a 1925 e de 1932 a 1938.

partir da década de 30, o êxodo rural lançou milhões de novos moradores para as grandes cidades, aprofundando a urbanização e causando a diminuição progressiva do poder político e econômico dos latifundiários chilenos. Os grandes produtores rurais foram os que mais diminuíram de importância ao longo do período que trataremos, chegando a não ter apoio suficiente para frear as leis de sindicalização rural e de reforma agrária que foram aprovadas durante os governos de Alessandri (1958-64), Eduardo Frei (1964-1970) e Allende (1970-1973).

Paralelamente às mudanças no campo, as cidades aumentaram em tamanho e importância, tendo a indústria cada vez mais destaque nas políticas governamentais. O padrão de desenvolvimento chileno foi alterado, passando da antiga fórmula de “desenvolvimento orientado para fora” para a nova concepção de “desenvolvimento orientado para dentro”. Dentro dessa nova lógica, a Industrialização por Substituição de Importação (ISI) se transformou no motor para o crescimento chileno e um ponto crucial na agenda de vários presidentes, independentemente da orientação ideológica do governo. Com o crescimento da população urbana, o setor de serviços passou a ser um dos setores mais dinâmicos da economia.

O governo de Arturo Alessandri Palma (1932-1938) marcará o início da recuperação econômica do Chile, acompanhando a retomada do crescimento internacional. Ao longo do período em que ficou a frente do Executivo Nacional, Arturo Alessandri apostou na intervenção estatal como motor para a melhoria dos indicadores econômicos⁴⁴. Desta forma, seu governo adotou um forte protecionismo, aumentou as linhas de crédito e incentivos fiscais para favorecer o setor industrial e financista chileno, conseguindo assim, uma queda no desemprego e o aumento do crescimento nacional.

O aumento do Estado foi visto pelas classes altas como um mecanismo para manter a classe trabalhadora e os mais desfavorecidos cada vez mais longe dos partidos de esquerda e mais perto das políticas assistencialistas do Estado. O medo que a classe dominante tinha em relação à esquerda encontrava amparo na realidade, pois mesmo após todo o enfraquecimento sindical ocorrido durante o período de perseguição do governo

⁴⁴ Como apresentado por Patricio Meller “*Debido a la reacción relativamente lenta del sector privado, y a la percepción generalizada de que grandes industrias básicas en sectores claves de insumos energéticos e intermedios eran un prerrequisito para el éxito de una ISI, el Estado comenzó a adquirir un papel de creciente importancia en el proceso económico.*” In *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1998, p. 48.

Ibáñez e do aumento do desemprego causado pela grande crise, os sindicatos (liderados pela esquerda) triplicaram o número de filiados entre 1930 e 1940.

O avanço das lutas dos trabalhadores e dos partidos de esquerda pode ser visto no aumento da presença eleitoral demonstrada nas eleições parlamentares de 1932, que, mesmo estando muito atrás das forças de centro e de direita, subiu de 0% das eleições parlamentares de 1925 para 5,7% em 1932. O aumento da representatividade política da esquerda foi constante durante a década de 30, alcançando 15,3% dos votos nas eleições parlamentares de 1937 e 28,5% nas eleições de 1941⁴⁵.

Tabela 2 - Crescimento dos sindicatos industriais e profissionais em anos selecionados, 1932 a 1942⁴⁶

Ano	N. de sindicatos industriais	N. de membros	População ativa industrial	% de população industrial sindicalizada	N. de sindicatos profissionais	N. de membros	Total da força de trabalho agrícola	Total da força de trabalho agrícola sindicalizada	% de força de trabalho sindicalizada
1932	168	29.442	205.000	14,4	253	25.359	801.000	54.801	0
1934	266	42.617			414	38.468		81.085	
1936	275	51.185			315	35.514			
1938	333	78.989			599	46.983			
1940	629	91.940	298.100	33,9	1.259	70.357	965.100	180.497	19
1942	602	122.688			991	71.641			

Com o aumento numérico e de organização política da classe trabalhadora que surgiu, nas eleições presidenciais de 1938, a Frente Popular, uma coligação política que uniu Partido Radical, Partido Socialista e Partido Comunista. Apesar da importância dos trabalhadores, dos sindicatos e dos partidos de esquerda, a Frente Popular foi liderada por Pedro Aguirre Cerda⁴⁷, político alinhado aos setores da direita do Partido Radical.

Mesmo tendo uma participação pequena no governo Aguirre Cerda, muito aquém da representatividade que haviam construído ao longo de muitos anos, os partidos Socialista e Comunistas utilizaram a experiência da Frente Popular para atuar de forma sistemática e organizada nas eleições e no sistema político vigente no Chile, avançando ou recuando as demandas sindicais, econômicas e sociais dos trabalhadores ao ritmo dos acontecimentos

⁴⁵ Meller, Patricio. *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1998, p. 102.

⁴⁶ Fonte: Adaptado de Valenzuela, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago de Chile: Flacso, 1978, p. 93.

⁴⁷ Pedro Avelino Aguirre Cerda (Pocuro, 6 de fevereiro de 1879 - 25 de novembro de 1941) foi um político, advogado e educador que ocupou a presidência do Chile entre 1938 e 1941.

políticos. Em uma dinâmica frequente ao longo dos governos da Frente Popular, os sindicatos passaram a controlar os ataques dos trabalhadores dando tranquilidade ao poder central como uma forma de garantir que querelas entre eles e os patrões fossem arbitrados pelos órgãos estatais em favor dos trabalhadores (184 em 1938 para 266 em 1939)⁴⁸.

Ao mesmo tempo que nas cidades os sindicatos continuaram aumentando o número de filiados, no campo a esquerda iniciou um forte movimento de conscientização e organização dos camponeses, causando sérios problemas com os latifundiários. Nesse contexto, o governo acabou se posicionando a favor das elites rurais e proibiram o avanço da sindicalização dos trabalhadores do campo⁴⁹.

No plano econômico, Cerda deu continuidade à política de industrialização e de aumento do Estado. Enquanto as elites se beneficiaram do grande apoio financeiro dado pelo governo as suas atividades econômicas, a classe média ocupou os diversos cargos públicos criados na ampliação do Estado e de suas atribuições.

Em 1941, a Frente Popular conquistou maioria nas duas Casas Legislativas. Nesse mesmo ano, no mês de novembro, Pedro Aguirre Cerda morreu em decorrência de uma tuberculose. Ele foi substituído pelo empresário anticomunista Juan Antonio Ríos⁵⁰, que mesmo demonstrando sua antipatia pela esquerda, recebeu o apoio dos partidos de esquerda e do centro para sua campanha eleitoral que saiu vitoriosa com 56% dos votos.

O governo de Juan Antonio Ríos foi marcado fortemente pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial e seus impactos no desenvolvimento da economia e das disputas políticas dentro do Chile. No campo econômico, o conflito internacional favoreceu o desenvolvimento da industrialização nacional que cresceu a taxas de 9% ao ano entre 1940 e 1945, favorecido pela diminuição da oferta de produtos industriais oriundos dos países desenvolvidos e também pelo aumento da demanda internacional de produtos industrializados que deixaram de ser produzidos nos países afetados diretamente pelo conflito⁵¹. Já no plano político, o esforço internacional para deter o nazifascismo

⁴⁸ Drake, Paul. *Chile: 1930 – 1958*, In Bethell, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Volume IX – *A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 833.

⁴⁹ A sindicalização dos camponeses só ganhará força e respaldo legislativo com o governo de Eduardo Frei.

⁵⁰ Juan Antonio Ríos Morales (Cañete, 10 de novembro de 1888 - Santiago, 27 de junho de 1946) foi um advogado e político do Partido Radical. Ocupou a presidência do Chile entre 1942 e 1946.

⁵¹ Drake, Paul. *Chile: 1930 – 1958*, In Bethell, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Volume IX – *A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 836.

influenciou os partidos Socialista e Comunista do Chile a adotarem uma linha de apoio ao governo da Frente Popular e de controle e diminuição das atividades reivindicatórias do movimento sindical como forma de manter a autoridade do presidente diante dos movimentos de extrema-direita que se organizavam dentro do país.

Mesmo com o crescimento econômico apresentado em seu governo, o apoio dos partidos de esquerda e a maioria nas duas casas do legislativo, o governo de Juan Antonio Ríos falhou em aprovar reformas importantes para um desenvolvimento mais sólido do país. Desta forma, nas eleições parlamentares de 1945, a direita conquistou quase 45% dos votos e retomou o protagonismo político de anos anteriores.

Semelhante a seu antecessor, Juan Antonio Ríos não chegou a terminar seu mandato devido a problemas de saúde. Em seu lugar, assumiu temporariamente Alfredo Duhalde Vásquez⁵² e as eleições presidenciais foram antecipadas. Desta vez, Partido Radical escolheu Gabriel González Videla⁵³, um candidato identificado com a esquerda do partido, que acabou recebendo o apoio dos partidos Comunistas e Socialista (informalmente) e venceu as eleições com 40% dos votos⁵⁴.

A política de González Videla continuou apostando no aumento da intervenção estatal e no incentivo à industrialização, com destaque aos investimentos em transporte e tecnologia na agricultura. Entretanto, é importante ressaltar que González Videla governou o Chile no período pós-Segunda Guerra Mundial, momento em que as economias centrais do capitalismo começavam a reconstruir suas indústrias e diminuir as importações de produtos industrializados. Com isso, houve queda geral na produção e na renda per capita, assim como crescimento mais lento da industrialização. A produção agrícola continuava aquém das necessidades da sociedade chilena, produzindo um efeito inflacionário nocivo a economia geral.

Paralelamente aos reflexos negativos trazidos pelo fim da Guerra Mundial, a demanda internacional por matérias-primas, incluindo o cobre, fez com que os preços subissem. Somado a isso, a produtividade do setor cuprífero também aumentou, causando,

⁵² Alfredo Duhalde Vásquez (Río Bueno, 30 de junho de 1898 - Santiago, 10 de abril de 1985) foi um político chileno e presidente interino de Chile de 27 de junho de 1946 a 17 de outubro de 1946.

⁵³ Gabriel González Videla (La Serena, 22 de novembro de 1898 - Santiago do Chile, 22 de agosto de 1980) foi um diplomata e político chileno. Ocupou os cargos de deputado e presidente da República (1946-1952).

⁵⁴ Como Gabriel González Videla não alcançou mais de 50% dos votos, sua vitória teve que ser ratificada pelo Congresso. Para garantir que os parlamentares confirmassem seu nome, Videla concedeu ao liberais e conservadores novas restrições legais à sindicalização camponesa.

por um lado, um importante crescimento das receitas totais de exportação, que subiu de 329 milhões de dólares em 1938 para 547 milhões em 1952, e por outro, o aumento dos investimentos externos no setor e maior dependência dos Estados Unidos, que eram responsáveis por quase 70% dos investimentos estrangeiros no Chile.

Ao longo de seu governo, Gabriel González Videla foi privilegiando as classes média e alta em detrimento dos trabalhadores. Além disso, a relação de dependência com os Estados Unidos forçou o Chile a tomar partido dos norte-americanos na Guerra Fria. Essa conjuntura fez com que Videla rompesse relações com países do bloco socialista e declarasse o banimento do Partido Comunista, até então seu aliado, a partir da aprovação da *Ley de Defensa Permaniente de la Democracia*.

Os diversos movimentos conduzidos por políticos do Partido Radical e de setores do centro e da direita em isolar e sufocar os partidos e lideranças de esquerda levaram o Partido Socialista e o Partido Comunista a começarem a pensar na construção de uma frente ampla de esquerda que tivesse a classe trabalhadora como protagonista política e que pudesse chegar ao controle do Estado para transformar o Chile em um país socialista.

As eleições presidenciais de 1952 marcaram o fim da Frente Popular e do predomínio do Partido Radical na política chilena. Com a vitória de Carlos Ibáñez del Campo e seu retorno a cadeira presidencial, iniciamos um novo período político na história do Chile. A partir daqui, veremos o surgimento de grupos políticos mais intransigentes e que buscavam a construção de uma hegemonia política que lhes permitisse implementar a sua visão de mundo sem necessidade de negociações com as outras forças políticas. Assim, dentro da esquerda se consolidou uma visão mais obrerista de construção de uma sociedade socialista (que ganhou força com a união dos partidos de esquerda na *Frente de Acción Popular* - FRAP), no centro a liderança passou do Partido Radical para o Partido Demócrata Cristão (fundado em 1957) que pregava reformas “comunitárias”, vistas como um meio termo entre o comunismo e o capitalismo, e na direita os partidos Conservador e Liberal se fundem, em 1966, para formar o Partido Nacional que passou a defender a bandeira de um “novo capitalismo”.

O segundo governo de Ibáñez também representou o esgotamento da política de industrialização por substituição de importações e a redução aos incentivos à indústria. É também durante esses anos que o Chile viveu sua maior crise econômica desde a grande

depressão do início da década de 30, enfrentando aquilo que os economistas chamam de estagflação, ou seja, estagnação econômica acompanhada de uma grande taxa de inflação.

O combate à inflação encampado pelo governo levou em consideração as medidas sugeridas pela missão americana Klein-Sacks⁵⁶. Entretanto, a adoção desse receituário norte-americano levou a uma forte desaceleração industrial, impactando na renda nacional, que baixou entre os estratos baixos e médios da sociedade, e causando um grande aumento no número de greves e movimentações sindicais.

As eleições parlamentares de 1957 e o término do governo de Carlos Ibáñez conduziu três setores políticos existentes (direita, centro e esquerda) a se lançarem as disputas presidenciais construindo alianças dentro de seu próprio espectro político. Esse ponto marcará as próximas eleições presidenciais do Chile.

1.2 – Os governos de Jorge Alessandri e Eduardo Frei

A eleição presidencial de 1958 foi muito acirrada e decidida por alguns poucos milhares de votos. Jorge Alessandri Rodríguez⁵⁷, filho do ex-presidente Arturo Alessandri

⁵⁵ Fonte: Serviço Nacional de Estatística. In Garcés, Joan. *Allende e as Armas da Política*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993, p. 123.

⁵⁶ A missão Klein-Saks foi uma comissão composta de economistas norte-americanos convocada pelo presidente Carlos Ibáñez del Campo para prestar assessoria em assuntos econômicos. Sua função foi de estabelecer planos para conter a inflação galopante e reorientar o crescimento econômico chileno.

⁵⁷ Jorge Alessandri Rodríguez (Santiago, 19 de maio de 1896 - 31 de agosto de 1986) foi um engenheiro, político e empresário. Foi ministro da fazenda entre 1947 e 1950 e presidente da república entre 1958 e 1964.

Palma, obteve 31,2% dos votos e venceu o segundo colocado, Salvador Allende, que obteve 28,5%, por uma margem muito pequena que não chegou a 35 mil votos⁵⁸. Além dos dois primeiros colocados, encontramos na terceira posição o candidato Eduardo Frei, apoiado pelos partidários do recém fundado Partido Demócrata Cristão. Sua candidatura recebeu uma votação significativa chegando a 20,5% dos votos.

A eleição presidencial de 1958 confirmou o equilíbrio de forças entre direita, centro e esquerda, que continuou até o golpe de Estado de setembro de 1973. Outro ponto importante a ser ressaltado nessa eleição é o fato de que Alessandri era um candidato independente que representava os princípios dos grupos de direita do Chile. Sua candidatura defendia o liberalismo econômico e a diminuição da ingerência governamental sobre os assuntos econômicos. Seus posicionamentos encontraram o apoio dos partidos Conservador e Liberal, que nesse momento não possuíam condições de vencer as eleições com os quadros pertencentes aos partidos.

⁵⁸ Apesar da história não trabalhar com “se”, é interessante notar que Allende poderia ter vencido Alessandri caso a candidatura de Antonio Zamorano, um ex-padre e deputado da FRAP (coligação do próprio Salvador Allende), não tivesse sido lançada. Zamorano conquistou 41.304 votos, votos suficientes para ter dado a liderança do pleito ao candidato da esquerda.

⁵⁹ Fonte: Adaptado de Angell, Allan. *Chile: 1958 – c. 1990*, In Bethell, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Volume IX – *A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 869.

Alessandri herdou uma economia com sérios problemas, apresentando taxas de desemprego e inflação em alta. O difícil cenário econômico e a somatória de outros fatores, como a falta de apoio político no Congresso, falta de interesse das elites econômicas em deixar de lado o paternalismo estatal e a variação do preço do cobre no mercado internacional inviabilizaram a efetivação dos planos do presidente de implantar condições para o desenvolvimento de uma economia pautada na concorrência do setor privado e nas liberdades econômicas ditadas pelo mercado.

Entre as medidas econômicas adotadas inicialmente pelo governo, o que mais chama a atenção é justamente a adoção de práticas conflituosas as suas premissas de campanha, ou seja, Alessandri utilizou dos poderes estatais para arrochar o salário dos trabalhadores, aumentar os investimentos públicos na economia e utilizar de grandes empréstimos de fontes estrangeiras para financiar as contas pública.

O resultado dessa política foi o aumento das greves em oposição ao controle de salário, aumento da dívida pública que foi de 589 milhões de dólares, em 1960, para mais de 1 bilhão, em 1965, crescimento anual do PIB de apenas 2,7% para o período de 1959 e 1964 e aumento do déficit na balança de pagamento para 55% do valor das exportações de 1964 e inflação chegando a 50% no final do mandato presidencial.

O fracasso na condução da economia foi seguido por mudanças políticas e sociais que vão marcar as novas relações no seio da sociedade chilena pelos próximos anos. É no governo de Alessandri que são elaboradas as primeiras leis que objetivavam fazer uma reforma agrária no Chile. Mesmo sendo leis tímidas que resultaram em poucas desapropriações, o fato é que as pressões políticas exercidas pelos camponeses e trabalhadores sem-terra tiveram o poder de se transformarem em legislação e dar início a um longo processo que desencadeará na Reforma Agrária de Eduardo Frei e sua aplicação integral no governo de Allende. Sobre esse tema, não podemos esquecer que a política dos Estados Unidos para a América Latina nesse momento era pautada nos princípios da “Aliança para o Progresso” e, desta forma, os norte-americanos pressionavam o Chile por mudanças estruturais, como a reforma agrária, que diminuíssem a influência dos partidos e movimentos de esquerda.

Outra discussão fundamental para os rumos da sociedade chilena ganhou força nesse mesmo momento. Diante das frequentes variações no mercado internacional do cobre e a dependência cada vez maior das empresas norte-americanas na exploração e

comercialização do minério, começam a se destacar diversas vozes que defendiam a nacionalização e estatização de toda a produção e comercialização do cobre chileno. Essa batalha por uma nova política cuprífera também avançará ao longo dos governos futuros até a concretização da nacionalização, em julho de 1971.

O cenário político do Chile também sofreu mudanças ao longo do governo de Alessandri. A não efetivação das propostas de campanha arranhou a imagem dos partidos de direita, levando liberais e conservadores a serem superados pela Democracia Cristã nas eleições parlamentares de 1961. Nessa mesma eleição, a FRAP conquistou 1/3 das cadeiras de deputados e 13 das 45 vagas existentes no Senado.

A consolidação da FRAP como coligação política da esquerda e a ascensão de Eduardo Frei e da Democracia Cristã como representantes da grande classe média chilena, levou Conservadores e Liberais a abandonarem o seu candidato oficial à presidência da República, Julio Dúran⁶⁰, para apoiarem Frei como sendo a única esperança de vitória contra Salvador Allende, que disputava a sua terceira eleição presidencial.

⁶⁰ Julio Antonio Gastón Durán Neumann (Traiguén, 20 de marzo de 1918-Richmond, Virginia, 27 de septiembre de 1990) fue un político chileno. Foi eleito deputado e senador pelo Partido Radical.

⁶¹ Fonte: Adaptado de Angell, Allan. *Chile: 1958 – c. 1990*, In Bethell, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Volume IX – *A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 873.

A eleição presidencial de 1964 opôs o projeto de construção de uma sociedade socialista defendida pela FRAP ao projeto de Revolução em Liberdade da Democracia Cristã. Apesar das diferenças substanciais entre as duas visões de mundo defendidas pelos dois grupos, é inegável a inclinação do eleitorado chileno a uma política de centro-esquerda e esquerda, visto que a própria direita se viu obrigada a desistir de seu candidato e apoiar Eduardo Frei para evitar um “mal maior” a seus interesses de classe que representaria a vitória de Salvador Allende.

Outro fator significativo da campanha eleitoral de 1964 foi a grande ajuda financeira norte-americana à campanha do democrata-cristão. Segundo o relatório da Comissão Church, o governo dos Estados Unidos investiu mais de três milhões de dólares apenas na campanha eleitoral de Eduardo Frei, tornando mais fácil sua vitória⁶². A ajuda norte-americana não ficou restrita à campanha eleitoral e se estendeu até a vitória de Salvador Allende, em 1970. Um exemplo disso foram os grandes empréstimos que elevaram a dívida externa para mais de 2 bilhões de dólares, em 1969, tornando o Chile no país com a maior dívida per capita do mundo.

Ao assumir o controle do poder Executivo, Eduardo Frei tinha em mente realizar reformas estruturais que criassem as condições necessárias para o controle da inflação e a melhoria dos indicadores econômicos do Chile. Diferente dos antecessores, Frei não adotou medidas de controle de preços e salário, mas sim deu prioridade a um grupo de três reformas estruturais que os democratas-cristãos acreditavam ser as mais importantes para o desenvolvimento chileno.

Essas mudanças estruturais foram facilitadas pela grande vitória que os democratas-cristãos tiveram nas eleições parlamentares de 1965, em que receberam 42,3% dos votos e conquistaram 82 das 147 cadeiras na câmara e aumentaram de 12 para 21 o número de senadores.

A primeira grande reforma encampada pelo governo foi na política de seu bem mais precioso, o cobre. A proposta inicial era formar um acordo entre governo chileno e empresas privadas do setor para aumentar a participação governamental no comércio do metal, assim como, aumentar a quantidade de cobre refinado no Chile e integrar a indústria cuprífera ao resto da economia. Essa proposta ficou conhecida como “chilenização” do

⁶² Uma visão mais ampla e completa do relatório da Comissão Church será apresentada na primeira parte do capítulo três dessa pesquisa.

cobre. Entretanto, a benevolência do governo nos acordos com as grandes empresas norte-americanas durante a “chilenização” criaram efeitos políticos negativos e levaram o governo a iniciar negociação mais complicadas para aquisição das empresas estrangeiras, através da “nacionalização pactada”⁶³.

A segunda frente de mudanças estruturais implementada por Frei foi a Reforma Agrária. Com o enfraquecimento gradual dos latifundiários ao longo do século XX e o apoio da Igreja Católica e dos Estados Unidos à uma nova política de organização das propriedades rurais, os democratas-cristãos aprovam uma nova lei para reformar grandes latifúndios e estabelecer muitas propriedades familiares de tamanho médio e pequeno. Além da lei da reforma agrária, o governo Frei aprovou uma legislação que permitia a sindicalização de camponeses e proprietários.

A última grande reforma dos democratas-cristãos pretendia investir na promoção popular de setores marginalizados da sociedade chilena, como moradores de *poblaciones* e as mulheres. Essa reforma servia a dois propósitos: o primeiro era auxiliar setores marginalizados a superar sua condição e ascender socialmente, e a segunda era rivalizar com os partidos de esquerda na organização dos cidadãos pobres, que formavam a boa parte da base de militância desses partidos.

Os primeiros anos da administração Frei contou com um significativo aumento do preço do cobre, das exportações e, consequentemente da arrecadação pública. As políticas de promoção social e de serviços públicos fizeram com que os gastos do governo subissem de 35,7% em 1965 para 46,9%, em 1970. Esse cenário foi propício para um aumento da participação do Estado na economia, já que os investimentos privados continuavam aquém das necessidades chilenas.

Vale ressaltar que mesmo com o crescimento da arrecadação e do aumento na comercialização do cobre, o avanço do setor público superou sua capacidade financeira de sustentar suas contas equilibradamente. O aumento dos gastos governamentais foi financiado com empréstimos generosos vindo, principalmente, dos Estados Unidos.

Passados os primeiros momentos de euforia, o governo Frei foi encontrando dificuldade para resolver os problemas que apareciam, como, por exemplo, a inflação que continuava fora de controle. Além dos problemas típicos da administração pública, o

⁶³ Veremos mais a fundo como se deu a “chilenização” e a “nacionalização pactada” durante o capítulo dois dessa pesquisa.

Partido Demócrata Cristão era dividido em três correntes internas que disputava o poder e tentavam inclinar a máquina estatal para a concretização de seus objetivos ideológicos. As três correntes principais da Democracia Cristã eram: I – os oficialistas: grupo mais conservador que pretendia modernizar o capitalismo e intensificar a industrialização; II – os terceiristas: que enfatizavam a redistribuição de renda e a organização dos pobres; e III – os rebeldes: que objetivavam profundas transformações nas estruturas chilenas, como no sistema agrário, na concentração do poder econômico e na criação de formas comunitárias de propriedade.

A perda de iniciativa política por parte do governo se deu grandemente pela dificuldade dos democratas-cristãos em conquistar o apoio de uma das duas classes antagônicas chilenas, os trabalhadores e os proprietários. O posicionamento dubio do Partido Demócrata Cristão em querer construir uma sociedade “comunitária”, onde os conflitos de classe desapareceriam através de reformas que conciliariam capital e trabalho não encontrou apoio nem na maior parte dos trabalhadores, que mantinha suas preferências partidárias nos partidos de esquerda, e nem dos proprietários, que viam com desconfiança as mudanças estruturais propostas pelo governo, principalmente depois que o grupo mais radical da democracia cristã assumiu o controle do partido, em 1967. No caso dos proprietários industriais, ainda existia o medo de que as mudanças constitucionais no estatuto da propriedade privada realizadas para permitir a Reforma Agrária pudessem ser utilizadas no futuro para a expropriação das grandes empresas.

Com a queda do percentual de votos da Democracia Cristã nas eleições municipais de 1967 (obtiveram 42,3% nas eleições de 1965 contra 35,6% nas eleições de 1967) o grupo mais radical do partido, que agora controlava a executiva nacional, tentou o aprofundamento das reformas como medida para aumentar o apoio dos trabalhadores e outros setores mais marginalizados da sociedade. Entretanto, as divisões internas e a ação direta do presidente Eduardo Frei, impossibilitaram tanto a intensificação das reformas, como a manutenção desses radicais na direção do partido, que acabou voltando para as mãos dos mais conservadores e também leais ao presidente. A retorno dos conservadores ao comando do partido fez com que um grupo jovem e influente da Democracia Cristã, entre eles Jacques Conchol – ideólogo da reforma agrária, deixasse o partido para criar o *Movimiento de Acción Popular Unitária* (MAPU) que integrou a aliança política de esquerda que deu suporte a candidatura de Allende.

Durante os anos de governo de Eduardo Frei, o Chile viveu um forte crescimento do movimento sindical. Com a ampliação das bases legais para a sindicalização rural o número de camponeses sindicalizados saltou de cerca de 2 mil filiados em 1964 para quase 115 mil em 1970. A sindicalização dos trabalhadores urbanos dobrou durante o governo da democracia cristã chegando a mais de 436 mil filiados.

Tabela 6 - Número de greves, trabalhadores em greve e número de filiados aos sindicatos⁶⁴			
Ano	Número de greves	Número de grevistas	Número de filiados
1960	257	88.000	232.417
1964	566	138.000	270.542
1965	723	183.000	292.653
1966	1.075	195.000	350.516
1967	1.115	225.000	406.186
1968	1.124	292.000	499.761
1969	977	275.000	530.784
1970	1.819	647.000	551.086

Além do rápido crescimento do movimento de trabalhadores, os anos de governo da Democracia Cristã são marcados pelos diversos conflitos sociais, principalmente conflitos relacionados à ocupação de propriedades privadas. Em 1968 foram 16 fazendas ocupadas por trabalhadores, já em 1970 foram 368 ocupações. Nesse mesmo período o número de ocupações ilegais de terras urbanas passou de 15 para 352 e o de fábricas de 5 para 133.⁶⁵

O cenário dos últimos anos do governo do Eduardo Frei deixava claro a forte ruptura no tecido social chileno. Por um lado, a direita estava se reorganizando em torno do recém fundado Partido Nacional, que aglutinou os antigos Partido Liberal e Conservador. Sem o poder político e a influência de anos anteriores, a direita chilena lançou novamente Jorge Alessandri como postulante ao cargo de presidente da República. Ressentida das reformas

⁶⁴ Fonte: Para os dados de Número de greves e Número de grevista os dados foram recolhidos In Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008, p. 113. Para os dados de Número de filiados os dados foram tirados de Cury, Marcia Carolina de Oliveira. *O Protagonismo Popular: Experiências de classe e momentos sociais na construção do Socialismo chileno (1964 – 1973)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas 2013, p. 172.

⁶⁵ Angell, Allan. *Chile: 1958 – c. 1990*, In Bethell, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Volume IX – *A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 881.

aprovadas no governo Frei, mas sem nenhum projeto claro para o país, a direita lançava propostas autoritárias e antidemocráticas. De outro lado, os partidos de esquerda formaram a Unidade Popular, uma aliança política que uniu os partidos Socialista, Comunista e Radical, além de grupos menores como o MAPU. A Unidade Popular lançou Salvador Allende como candidato a presidente pela quarta vez. Dentro dessa nova aliança multipartidária participaram desde grupos altamente influenciados pela revolução cubana, como MAPU e setores do Partido Socialista, e grupos que representavam a classe média e não tinham vinculação histórica com a ideia de revolução socialista, como o Partido Radical. Entre a esquerda e a direita, a Democracia Cristã tentava se manter no poder através da candidatura de Radomiro Tomic, candidato ligado à esquerda do partido e que defendia um programa de mudanças estruturais muito parecido com o sustentado por Salvador Allende.

O lançamento de três campanhas com forte representação eleitoral permitiu que a esquerda apresentasse chances reais de sair vencedora do pleito, assim como em 1958. Mas dessa vez o resultado foi diferente. Ao longo do ano de 1970, os partidos que faziam parte da Unidade Popular levaram à população chilena um projeto de governo que em essência defendia a passagem da sociedade chilena para o socialismo através da democracia, pluralismo e liberdade. É sobre essa base que o futuro governo se erguerá.

2 - Um Programa de Governo para o Chile

O Chile da década de 60 e 70, até o golpe militar de 1973, era o maior símbolo de um continente que procurava dar seu salto em direção ao desenvolvimento, deixando de lado seu passado de atraso e subdesenvolvimento. Foi nesse estreito país, que corta a América do Sul de norte a sul, que os ares de novos tempos sopravam com mais força. A literatura que versa sobre tal período destaca a atmosfera de efervescência cultural, política e social do Chile, com um olhar especial para a sua capital, Santiago, que abrigava diversos centros de pesquisas, institutos educacionais, universidades renomadas e, acima de tudo, milhares de pensadores, pesquisadores, militantes sociais e políticos de todos os cantos do mundo⁶⁶.

⁶⁶ Além da CEPAL, encontramos outros centros de pesquisas importantes que produziram conhecimento

Foi no Chile que a Organizações das Nações Unidas instalou a sede da CEPAL que produziu uma nova metodologia de análise do cenário latino-americano, assim como auxiliou diversos governos da região na implementação de políticas públicas para a superação do subdesenvolvimento. Desta forma, Santiago do Chile foi se tornando um dos principais centros de discussão e planejamento do futuro do nosso continente. Destacando, ainda, que foi aqui que a teoria da dependência ecoou entre a intelectualidade e a comunidade internacional como modelo alternativo às ideias cepalinas, que no decorrer da década de 60 se enfraqueciam diante da crise do processo de industrialização pela substituição das importações. Apesar das raízes dessa nova teoria estarem fincadas no Brasil, foi no Chile que ela encontrou um terreno fértil para se desenvolver.

Devido a sua estabilidade política, um caso à parte entre as diversas repúblicas latino-americanas, somada à imagem de profissionalismo prussiano das Forças Armadas, o Chile era visto como um porto seguro para refugiados políticos dos diversos cantos e golpes que aconteciam em distintas regiões. Além disso, essa aparente tranquilidade tornava possível à esquerda, ou parte dela, acreditar com mais força na possibilidade de implantar mudanças estruturais no sistema capitalista através da institucionalidade do Estado Burguês, sem uma ruptura revolucionária.

As características do desenvolvimento histórico chileno ao longo do século XX, a organização dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais e a efervescência política e cultural das décadas de 50 e 60 foram os fatores que propiciaram o aparecimento da Unidade Popular como alternativa politicamente viável à esquerda chilena. Desta forma, o programa de governo apresentado pela Unidade Popular é um produto do momento histórico único vivido pelo povo chileno.

Esse tópico da nossa pesquisa pretende analisar o programa da Unidade Popular, intitulado *Programa Basico de Gobierno de la Unidad Popular – Candidatura presidencial de Salvador Allende*⁶⁷ datado de 17 de dezembro de 1969 e assinado pelos seguintes partidos, *Partido Comunista, Partido Socialista, Partido Radical, Partido Social*

autônomo que impulsionava a imagem do Chile como um centro internacional de pesquisas. Entre esses institutos podemos citar: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, a Faculdade de Economia da Universidade do Chile, a Escola de Sociologia, o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social – ILPES, instituição vinculada à Cepal, e o Centro de Estudos Sócio-Econômicos – CESO.

⁶⁷ O Documento que utilizaremos nessa análise foi extraído do site <http://www.memoriachilena.cl> pertencente à Biblioteca Nacional de Chile. Este documento foi publicado em 1970, em Santiago, contendo 48 páginas. Além do *Programa Basico de Gobierno de la Unidad Popular* estão inclusos o *Pacto de la Unidad Popular* e o *Acuerdo sobre Conducción y Estilo de la Campaña* que não serão analisados nessa pesquisa.

Demócrata, Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) e Acción Popular Independiente. Este programa apresentava ao povo chileno as concepções dos partidos que formavam a Unidade Popular para as mais diversas áreas da administração pública e da vida cotidiana do Chile, como também, formulava uma proposta político-econômica para a superação do capitalismo e construção do socialismo.

Figura 1 - Capa do Programa Basico de Gobierno de la Unidad Popular.

O programa da Unidade Popular é dividido em oito partes, a saber: *I – Introducción; II – La Unidad y La Acción del Pueblo Organizado; III – El Programa; IV – Un Nuevo*

Orden Institucional: El Estado Popular; V – La Construcción de la Nueva Economía; VI – Tareas Sociales; VII – Cultura y Educación; e VIII – Política Internacional Del Gobierno Popular. Cada parte é subdividida em outros subtópicos, tornando a explicação de cada ponto mais didática para que a militância dos partidos participantes da aliança política tivesse mais facilidade para disseminar cada ponto do programa entre a população⁶⁸. O foco da nossa análise será a forma como a Unidade Popular interpretava a realidade chilena daquele momento e quais as propostas econômicas para a construção do socialismo no Chile. Para concretizarmos o nosso objetivo, agruparemos as informações e propostas do plano em duas áreas. A primeira será composta pela *Introducción* do Plano de Governo, pois é aí que a Unidade Popular apresenta sua leitura da realidade chilena e do desenvolvimento histórico e sócio-político-econômico do país. A segunda área será composta pelas propostas de cunho econômico, apresentadas no tópico *La Construcción de la Nueva Economía*.

2.1 – *Introducción*: a realidade chilena segundo a Unidade Popular⁶⁹

Ao iniciar o texto do Programa Basico de Gobierno, duas constatações contraditórias sobre a realidade do Chile são feitas. A primeira era de que o país vivia uma crise profunda e a segunda que ele é dotado de diversas riquezas. A partir daí, o texto lança uma pergunta que norteará todo o programa: *¿Qué es entonces lo que ha fallado?*(4). A resposta para essa pergunta segue os parâmetros interpretativos da teoria da dependência, que nesse momento ganhava bastante espaço entre a intelectualidade de esquerda: *Chile es un país capitalista, dependiente del imperialismo, dominado por sectores de la burguesía estructuralmente ligados al capital extranjero*(4). Os adeptos da Teoria da Dependência apontavam para uma relação subalterna entre a burguesia nacional e o centro do capitalismo internacional que se manifestava nas estruturas internas dos países dependentes, mantendo-

⁶⁸ A apresentação de cada subtópico do programa de governo é desnecessária para o objetivo de nosso texto e não acrescentaria informações ou questões novas. Ao longo do texto, quando necessário, essas informações serão acrescentadas.

⁶⁹ Nota do autor: Para que a leitura dos dois subtópicos da nossa pesquisa que tratam especificamente do *Programa de Gobierno* aconteça da melhor forma possível, preferimos citar a página do documento, entre parênteses, imediatamente após a citação e não através de nota no rodapé da página. Reservaremos as notas de rodapé apenas para outros textos.

os na situação de exploração. O programa da Unidade Popular identifica algumas formas de exploração imperialista das economias atrasadas,

a través de las inversiones en la minería (cobre, hierro, etc.), y en la actividad industrial, bancaria y comercial; mediante el control tecnológico que nos obliga a pagar altísimas sumas en equipos, licencias y patentes; de los préstamos norteamericanos en condiciones usurarias que nos imponen gastar en Estados Unidos y con la obligación adicional de transportar en barcos norteamericanos los productos comprados, etc.(5).

Essas formas de exploração foram trabalhadas pela teoria da dependência em sua crítica ao modelo desenvolvimentista da CEPAL, pautado na industrialização por substituição de importações que ao longo de sua experiência histórica mostrou aumentar a dependência dos países da periferia por equipamentos, combustíveis e capitais em relação aos centros capitalistas. Além da intervenção em assuntos econômicos, o programa também identifica as garras do imperialismo em outras áreas da sociedade como na *educación, la cultura y los medios de comunicación*⁷⁰. *Valiéndose de convenios militares y políticos tratan de penetrar las FF.AA.(6).*

Outro fator para situação de dependência do Chile era sua burguesia, identificada no programa como *socio menor del capital e cómplices de esta situación*. O programa de governo da Unidade Popular descreve a relação da burguesia chilena com o Estado chileno como uma relação de dominação e imposição de seus valores e vontades. O Estado era usado pela classe dominante como um instrumento para a manutenção da exploração da classe trabalhadora, dos interesses oligárquicos e do imperialismo. Segundo o programa,

El grupo de empresarios que controla la economía, la prensa y otros medios de comunicación; el sistema político, y que amenaza al Estado cuando éste insinúa intervenir o se niega a favorecerlos, les cuesta muy caro a todos los chilenos.(7).

Diante de seu grande poder interno, as classes dominantes usavam o Estado em benefício próprio, exigindo diversos benefícios para continuar “*trabajando*”, como *darles toda clase de ayuda, permitirles producir lo que ellos quieran con el dinero de todos los chilenos, dejarlos llevarse las ganancias que obtienen a sus cuentas bancarias en el extranjero e dejarlos despedir obreros si éstos piden mejores salarios (7)*. Com o Estado

⁷⁰ Ao longo da pesquisa trabalharemos mais detalhadamente a relação dos Estados Unidos com os meios de comunicação do Chile, principalmente durante o governo Allende.

refém dos interesses das classes dominantes locais (a serviço do capital internacional) a população trabalhadora, *los que efectivamente producen* (7), deixavam de receber qualquer tipo de assistência, aumentando, assim, a desigualdade social e todos os outros problemas sociais advindos do modelo de superexploração adotados nos países dependentes⁷¹.

Através de um processo de “dupla dominação”⁷² que a classe trabalhadora sofria, somada a superexploração em seus postos de trabalho e o aumento da pauperização, o programa da Unidade Popular é claro em refutar o governo democrata cristão de Eduardo Frei e as ideias que fundamentaram o seu plano político-econômico. A Unidade Popular não poupou o governo Frei, a ‘Aliança para o Progresso’⁷³ e todo o receituário *reformista* e *desarrollista*. Para a Unidade Popular, o governo da democracia cristã,

En lo fundamental ha sido un nuevo gobierno de la burguesía al servicio del capitalismo nacional y extranjero, cuyos débiles intentos de cambio social naufragaron sin pena ni gloria entre el estancamiento económico, la carestía y la represión violenta contra el pueblo.(4).

Além dos problemas sociais (falta de moradias, educação e saúde insuficientes, água tratada, etc.), os governos liderados pela classe dominante chilena não foram capazes de resolver os problemas fundamentais da economia. O programa aponta a recessão econômica entre os anos de 1967 e 1969 e o baixo crescimento econômico nos últimos dois governos (Jorge Alessandri⁷⁴ e Eduardo Frei), além de criticar a reforma agrária organizada por Eduardo Frei, dizendo que a mesma era escassa para resolver os problemas causados pela presença do latifúndio no campo chileno.

Outro ponto significativo abordado pela Unidade Popular acerca da situação econômica chilena da década de 60 é a forma como a produção de bens de consumo era orientada no país. O Programa da Unidade Popular identifica distorções – superexploração,

⁷¹ “*Más de la mitad de los trabajadores chilenos reciben remuneraciones insuficientes para cubrir sus necesidades vitales mínimas*” (8).

⁷² Dupla dominação é um termo utilizado por José Ramos Tinhorão para analisar a relação de dependência e dominação imposta à cultura das camadas pobres no Brasil. Segundo Tinhorão, as classes populares sofrem uma dominação das classes dominantes locais, que por sua vez sofrem uma dominação dos grandes centros capitalistas.

⁷³ A Aliança para o Progresso foi um programa em que os norte-americanos ofereciam cooperação aos países latino-americanos para que eles alcançassem em dez anos níveis de desenvolvimento que pudessem resolver os principais problemas da população e evitar o surgimento de revoluções antiamericanas e anticapitalistas.

⁷⁴ Jorge Alessandri Rodríguez (1896 – 1986) – engenheiro, empresário e político chileno. Foi presidente da República entre os anos de 1958 e 1964.

formação de mercado consumidor em países dependentes e incentivo a produção de ‘bens suntuosos’ – nas prioridades de produção da elite chilena. Segundo o programa,

A los dueños del capital les interesa ganar siempre más dinero y no satisfacer las necesidades del pueblo chileno. Si producir e importar automóviles de alto precio, por ejemplo, es un buen negocio, se desvían hacia ese rublo valiosos recursos de nuestra economía, sin tener en cuenta que sólo un porcentaje ínfimo de chilenos están en condiciones de adquirirlos y que hay necesidades mucho más urgentes que atender, desde luego, en este mismo rublo, la de mejorar la locomoción colectiva, dotar de maquinaria a la agricultura, etc.(7).

A grande concentração de renda existente no Chile⁷⁵ permitia que os gastos da classe dominante com produtos luxuosos não apenas desviasse divisas para a produção de bens para a classe trabalhadora e para a satisfação das necessidades coletivas, como o transporte público, mas também retirava uma quantidade enorme de dinheiro da sociedade chilena através das importações, aumentando a dependência do país por empréstimos internacionais⁷⁶.

O cenário de caos da economia chilena fica completo com a análise do problema da inflação. Este que representou um dos ‘calcanhares de Aquiles’ da administração Allende foi identificado e interpretado pelo programa de governo da Unidade Popular. Ao abordar o tema, o texto mostra o quão brutal foi a inflação no Chile ao longo dos dez anos anteriores ao governo socialista que, segundo os dados apresentados pelo programa, havia aumentado o custo de vida em mil por cento. Sobre a inflação, a Unidade Popular entendia que

os hechos demuestran que la inflación en Chile obedece a causas de fondo relacionadas con la estructura capitalista de nuestra sociedad y no con las alzas de remuneraciones como han pretendido hacer creer los sucesivos gobiernos para justificar la mantención del sistema y recortar los ingresos de los trabajadores.(8 e 9).

Mais do que isso, os capitalistas se beneficiavam da inflação, pois suas propriedades e capitais se valorizavam, os contratos se reajustavam e as políticas governamentais de arrocho salarial permitiam aos capitalistas lucrarem mais com o aumento dos produtos e pagar, relativamente, menos para o trabalhador produzir. Para resolver a inflação seriam

⁷⁵ “El capital imperialista y un grupo de privilegiado que no pasa del 10% de la población, acaparan la mitad de la renta nacional” (8).

⁷⁶ “hoy día Chile tenga el record de ser uno de los países más endeudados de la tierra en proporción a sus habitantes”. (6).

necessárias mudanças estruturais como uma reforma agrária radical, a nacionalização das riquezas nacionais e o controle das principais indústrias do país, questões apresentadas mais à frente no documento.

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa é fundamental pontuar que o Programa da Unidade Popular apresentava, já em sua introdução, um dos mecanismos utilizados pela classe dominante para manipular e aumentar a inflação em benefício próprio. Esse mecanismo consistia em

manipular la distribución de alimentos, acapararlos para provocar escasez y de esta manera subir los precios a fin de continuar enriqueciéndose a costa del pueblo.(7).

Essa prática nefasta existente no Chile pré-Allende foi aplicada em larga escala ao longo dos anos de 1972 e 1973 como instrumento político para desestabilizar o governo, provocar inflação e amplificar o descontentamento da população devido às grandes filas em lojas e distribuidoras para a aquisição de todos os tipos de produtos, desde os industriais até aos alimentícios.

Diante do quadro político, econômico e social apresentado, o programa da Unidade Popular, assim como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e outros, sentencia que

La única alternativa verdaderamente popular y, por lo tanto, la tarea fundamental que el Gobierno del Pueblo tiene ante sí, es terminar con el dominio de los imperialistas, de los monopolios, de la oligarquía terrateniente e iniciar la construcción del socialismo en Chile.(10).

É sobre essa base analítica e teórica que o programa da Unidade Popular apresentará a toda a população chilena suas propostas para a construção do socialismo no Chile.

2.2 A Construção da Nova Economia

A Unidade Popular propunha para a população chilena mudanças na estrutura do país para alcançar objetivos revolucionários, ou seja, construir o socialismo no Chile. Entretanto, o caminho escolhido em nada lembrava outros modelos históricos que alcançaram o poder para levar a cabo as bandeiras do socialismo. Para a maior parte daqueles que compuseram a aliança política da Unidade Popular, o entendimento era de

que as condições objetivas do país (estabilidade política, ‘neutralidade’ das Forças Armadas, um numeroso e engajado movimento operário) permitiriam avançar rumo ao socialismo através das eleições e da conquista pacífica do aparato estatal. O caminho defendido pela Unidade Popular ficou conhecido como ‘via chilena’ para o Socialismo.

Seguindo a concepção de uma transição para o socialismo através da democracia e do pluralismo, o programa da Unidade Popular listou uma série de direitos que seriam respeitados durante o governo, como *la libertad de conciencia, de palabra, de prensa y de reunión, la inviolabilidad del domicilio y los derechos de sindicalización y de organización* (13) além de *pleno respeto de todas las ideas y de las creencias religiosas, garantizando el ejercicio de su culto* (14). O programa também garantiu à oposição respeito aos seus direitos desde que ela *ejerza dentro de los marcos legales* (14).

Dentro da lógica da ‘via chilena’ para o Socialismo o ponto fundamental, que garantiria a manutenção do governo e a velocidade das mudanças estruturais para a construção do socialismo, estaria na ampliação do capital político da Unidade Popular através da adesão de setores não-operários e não-socialistas da sociedade chilena ao programa proposto pela esquerda, assim como, o isolamento de setores reacionários ligados ao capital e à exploração da classe trabalhadora. Acerca dessa condição, Joan Garcés, pensador de esquerda e amigo íntimo de Salvador Allende, analisa que

*Chegar ao poder em um tal contexto requer, então, que o movimento popular seja por si mesmo – ou mediante um jogo de alianças – capaz de reduzir as forças conservadoras a uma situação de isolamento sociopolítico e militar que lhes impeça apelar para a guerra. Isso só é possível se a luta pelo poder diferencia nos fatos a **coexistência** com os setores sociais que sem ser inicialmente partidários do socialismo não podem ser por si mesmos centro de oposição à revolução – assalariados, profissionais liberais, pequenos proprietários – e a **negação** sociopolítica e econômica da classe antagônica – a burguesia ligada ao capital internacional.⁷⁷*

A partir de um contexto político favorável que desse à Unidade Popular a maioria do apoio da população, uma série de mudanças poderiam ser feitas para a construção de um *Nuevo Orden Institucional*, com a aprovação de uma nova constituição política, com a criação de uma *Asamblea del Pueblo* para substituir o sistema bicameral existente no Chile

⁷⁷ Garcés, Joan. *Allende e as armas da política*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993, p. 35. (grifos do original)

e a transformação da organização da Justiça, com a criação de um *Tribunal Supremo* que substituiria o sistema de magistratura existente, considerado *individualista y burguesa*⁷⁸.

Um dos caminhos, senão o principal, utilizado pela Unidade Popular para ampliar sua base eleitoral foi a mudança na orientação da economia chilena em benefício da classe trabalhadora chilena. A economia também foi o caminho utilizado pelas classes dominantes do Chile e pelos Estados Unidos para desestabilizar o governo socialista e trazer os setores médios da sociedade para o lado da sedição e do golpe. Será no campo da economia que os maiores embates (políticos e sociais) acontecerão ao longo dos anos de governo de Allende. E o motivo para tanta preocupação, tanto do governo como da oposição, aos fundamentos econômicos residia no entendimento, das duas partes, de que apesar da Unidade Popular ter proposto um caminho pacífico para o socialismo, esse caminho seria rumo ao socialismo e não a um capitalismo reformado e desenvolvido. Desta forma, a revolução tentada no Chile não era uma *revolução parcial, meramente política, a revolução que deixa em pé os pilares da casa*⁷⁹. O projeto da Unidade Popular era alterar as estruturas que mantinham o Chile e sua população em um estado de pobreza e dependência das elites locais e do capital internacional.

As mudanças na economia chilena que permitiriam os avanços rumo ao socialismo ganham destaque no *Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular*. Para a análise específica das propostas econômicas encontramos o tópico denominado *La Construcción de la Nueva Economía*. Em um programa composto de oito partes, a análise das propostas econômicas ocupa cerca de 20% do total das 32 páginas, sendo que o tema “economia” facilmente ultrapassa 1/3 da preocupação do programa da Unidade Popular se levarmos em consideração as análises apresentadas em outras partes do documento, como as feitas na *Introducción* ou propostas específicas como a formação de um sistema nacional de planificação (16 e 17) ou de uma política de remunerações (25 e 26).

A análise das propostas sobre economia pode ser dividido em quatro partes, sendo que na primeira parte é apresentado ao leitor as concepções e os objetivos do futuro governo para a economia; a segunda parte apresenta a proposta para a organização da economia em

⁷⁸ Mais informações sobre as propostas políticas e jurídicas, consultar o tópico Un Nuevo Orden Institucional: El Estado Popular, nas páginas 15, 16 e 17. Como apontado pela pesquisadora Marcia Carolina de Oliveira Cury, as propostas políticas apresentadas pela Unidade Popular eram muito mais anunciadoras das futuras bases do governo popular do que um conjunto de medidas fundamentadas e aprofundadas, como foram as propostas de cunho econômico.

⁷⁹ MARX, Karl. *Contribuições à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução*, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010, p. 49.

três áreas, a saber: I – *Área de Propiedad Social*, II – *Área de Propiedad Privada*, e III – *Área Mixta*; na terceira parte o programa aborda a Reforma Agrária; e na quarta parte é apresentado a *Política de Desarrollo Económico* e os objetivos que pretendem ser alcançados com a sua implantação.

Logo no início da discussão sobre as propostas econômicas, o programa da Unidade Popular apresenta qual será o seu objetivo central, quem são os inimigos de classe a serem combatidos e qual o resultado esperado com a nova organização da economia. Nas palavras do próprio documento:

Las fuerzas populares unidas buscan como objetivo central de su política reemplazar la actual estructura económica, terminando con el poder del capital monopolista nacional y extranjero y del latifundio, para iniciar la construcción del socialismo.(19)

A mudança na estrutura econômica seria articulada e executada pelo sistema de planificação que funcionaria de forma democrática, refletindo as decisões da classe trabalhadora. Entretanto, o discurso de uma democratização econômica era entendido mais como o resultado do aumento real da renda dos mais pobres do que na inclusão dos trabalhadores na administração das estruturas decisórias da economia. Essa participação ativa dos trabalhadores era restrita às empresas nacionalizadas e ao aparato da Central Única de Trabajadores (CUT) nos centros de poder⁸⁰.

O documento prossegue desenvolvendo o ponto central de toda a proposta da Unidade Popular para a economia chilena: a divisão da propriedade em três diferentes estatutos. As propriedades em posse do Estado comporiam a *Área de Propiedad Social*, as de posse de pequenos e médios proprietários formariam a *Área de Propiedad Privada* e aquelas propriedades em que o Estado e a iniciativa privada participassem das atividades em conjunto formariam a *Área Mixta*.

Segundo o Programa da Unidade Popular

El proceso de transformación de nuestra economía se inicia con una política destinada a constituir una área estatal dominante, formada por las empresas que actualmente posee el Estado más las empresas que se expropian (19).

⁸⁰ Cury, Marcia Carolina de Oliveira, *O Protagonismo Popular: Experiências de classe e momentos sociais na construção do Socialismo chileno (1964 – 1973)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas 2013, p. 201.

Para o futuro governo socialista as mudanças estruturais na economia e a melhoria da qualidade de vida do povo chileno passaria por uma participação ativa do Estado nas principais esferas produtivas da sociedade. Desta forma, o Estado poderia, através da posse dos principais meios de produção e de um sistema centralizado de planificação, conduzir e direcionar as outras áreas (*privada e mixta*) para a satisfação das necessidades da maioria do povo e não apenas das classes altas com o seu consumo de produtos luxuosos.

Além da preocupação com a produção de bens para o consumo da população chilena, a Unidade Popular via nas nacionalizações e nas reformas estruturais um mecanismo para a redução do poder político das empresas estrangeiras e da classe dominante local, uma vez que esse poder provinha da propriedade das grandes empresas, dos latifúndios e das riquezas naturais existentes no país. Não é de se espantar que Sergio Bitar tenha identificado como foco nevrálgico do conflito interno do Chile, ao longo do governo Allende, justamente a estatização das grandes empresas industriais⁸¹.

O programa da Unidade Popular elenca em seis pontos as atividades que seriam nacionalizadas, sendo: 1 – As grandes minas de cobre, salitre, iodo, ferro e carvão; 2 – O sistema financeiro do país, em especial os bancos privados e seguros; 3 – O comércio exterior; 4 – As grandes empresas e monopólios de distribuição; 5 – Os monopólios industriais estratégicos; e 6 – As atividades que condicionam o desenvolvimento econômico e social do país (energia elétrica, transportes ferroviário, aéreo e marítimo, comunicações, petróleo, siderurgia, cimento, celulose e papel) (20). Entretanto, apesar de definir as áreas que passariam pelo processo de nacionalização, o documento foi genérico em determinar de forma clara a profundidade das nacionalizações e quais as regras seriam seguidas. Assim, as ações foram sendo definidas pouco a pouco de acordo com as circunstâncias⁸².

Um ponto que gostaríamos de ressaltar e que pouca atenção tem recebido nos estudos sobre o período Allende é o problema da distribuição dos bens produzidos pelas indústrias para a população. Muito se é dito sobre as filas nos supermercados e armazéns ao longo dos anos de 1972 e 1973, da falta de produtos industriais e alimentícios e até mesmo de organismo criados para fiscalizar e punir comerciantes que estocassem produtos com a finalidade de causar aumento nos preços, como as *Juntas de Abastecimiento y*

⁸¹ BITAR, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia – Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1980, p. 133

⁸² IBIDEM, p. 133.

Control de Precios (JAP). Porém, um ponto significativo para o surgimento desses problemas advém da vaga preocupação apresentada por parte da Unidade Popular com a distribuição daquilo que era produzido. Essa constatação fica evidente ao analisarmos o programa, no qual podemos identificar uma única proposta vaga e genérica sobre o tema.

Ainda sobre a distribuição, vale lembrar que, como analisamos na *Introducción*, não era novidade para população nem para a Unidade Popular a utilização de açambarcamento de produtos como mecanismo para a elevação dos lucros das classes dominantes. A pouca importância dada ao tema distribuição aparenta que a Unidade Popular subestimava a capacidade e disposição da oposição em utilizar o açambarcamento e outras medidas legais e ilegais que interferiam na distribuição dos bens de consumo como instrumento político de desestabilização do governo e não apenas como forma de ampliar seus ganhos econômicos.

A *Área de Propiedad Privada* é definida pelo programa como *aquellos sectores de la industria, la minería, la agricultura y los servicios en que permanece vigente la propiedad privada de los medios de producción*. Para a Unidade Popular, a presença em seu programa de garantias para a manutenção da propriedade privada é como um aceno a diversos setores importantes da sociedade chilena que receavam encontrar no governo de Allende um prolongamento das Revoluções Russa e Cubana.

Segundo os dados apresentados no documento, a quantidade de empresas que permaneceriam na *área de propiedad privada* seria muito maior do que aquelas a serem nacionalizadas⁸³. Além disso, as pequenas e médias empresas seriam beneficiadas de diversas formas pelo processo de nacionalização das grandes empresas e da planificação da economia, pois primeiramente as distorções existentes no mercado devido à força econômica e política das grandes empresas desapareceriam. Em segundo lugar, com o fim do controle monopólico exercido pelas grandes indústrias nas ajudas governamentais e nos créditos bancários, o Estado teria condições de fornecer *asistencia financiera y técnica necesaria a las empresas de esta área* (20) além de alterar e simplificar diversos procedimentos, como patentes e tributos.

A última consideração feita pelo Plano de Governo acerca da *área de propiedad privada* será sobre a questão trabalhista. Para a Unidade Popular *en estas empresas se*

⁸³No programa é apresentado o seguinte dado, sem citar a fonte de onde foi retirada: “*en 1967, de las 30.500 industrias (incluyendo la industria artesanal), sólo unas 150 controlaban monopólicamente todos los mercados*”. p. 20.

deberán garantizar los derechos de obreros y empleados a salarios y condiciones de trabajo justos (21). Esta pequena proposta, que ocupa poucas linhas do programa, trará grandes implicações no desenrolar do governo, visto que as condições de vida da classe trabalhadora nas empresas compreendidas na *área de propiedad privada* foram precarizadas mais duramente ao longo da crise econômica de 1972 e 1973 se comparadas aos trabalhadores da *área de propiedad social*. Esse foi um dos fatores que contribuíram para a grande movimentação operária visando pressionar o governo a avançar nas estatizações⁸⁴.

A última área apresentada no programa é a *Área Mixta* que *se compondrá de empresas que combinen los capitales del Estado a los particulares* (21). Das três áreas propostas pelo programa, esta é a que possui a definição mais vaga, composta apenas de dois parágrafos em que a ideia principal pode ser resumida em *los préstamos o créditos concedidos por los organismos de fomento a las empresas de esta área podrán serlo en calidad de aportes para que el Estado sea socio y no acreedor* (21). Assim, a *área mixta* foi mais uma forma encontrada pela Unidade Popular para aumentar sua penetração nas áreas produtivas do país para poder direcionar, através da planificação, a economia nacional.

Ao terminar de expor as considerações sobre a divisão da economia em três formas de propriedade, o programa apresenta suas propostas para a *Profundización y Extensión de la Reforma Agraria*, retomando o tema que já havia sido tratado na “*Introducción*”, sendo que:

La Reforma Agraria es concebida como un proceso simultáneo y complementario con las transformaciones generales que se desea promover en la estructura social, política y económica del país, de manera que su realización es inseparable del resto de la política general. (21).

A reforma agrária representava um passo decisivo para o enfraquecimento da elite rural ainda existente no Chile e que há séculos encontrava-se no centro do poder político da nação. Mesmo perdendo parte considerável de seu prestígio ao longo do século XX, a elite rural era uma força política fundamental para a manutenção do domínio político e econômico da burguesia nacional e do capital externo sobre a classe trabalhadora. Desta forma, realizar a reforma agrária não significaria apenas um passo nas mudanças estruturais

⁸⁴ Este tema será importante na elaboração do terceiro capítulo de nossa pesquisa.

que a economia precisava, mas também uma maneira de reduzir, ou mesmo eliminar, o poder político de um dos grupos que atuavam para manter o Chile subordinado ao centro do capitalismo internacional.

Para a Unidade Popular era necessária uma reformulação da política de reforma agrária posta em prática durante o governo de Eduardo Frei. Para isso, o programa estabelece algumas diretrizes que correspondem fundamentalmente em: 1 – aceleração da reforma agrária a partir das regras estabelecidas na legislação formulada pelo governo Frei; 2 – tornar as terras estatais (abandonadas ou mal exploradas) em áreas de cultivo agrícola; 3 – organizar as terras expropriadas, preferencialmente, em cooperativas, apesar de considerar a possibilidade de formar propriedades privadas e propriedades estatais; 4 – em determinados casos fornecer terras para pequenos proprietários, arrendatários, etc.; 5 – reorganizar as pequenas propriedades para formas progressivamente cooperadas; 6 – Incorporar pequenos e médios camponeses aos serviços das cooperativas; e 7 – Defesa das comunidades indígenas e do povo mapuche, garantindo terras, assistência técnica e crédito para eles. (22 e 23)

É importante notar que apesar de propor uma reforma agrária radical e criticar a forma como o tema foi tratado no governo anterior, a Unidade Popular em nenhum momento apresenta a possibilidade de criar uma nova legislação para regulamentar o tema⁸⁵. Isso deriva do entendimento que não era a lei aprovada por Eduardo Frei que impossibilitava a reforma agrária de acontecer, mas sim a cumplicidade e a falta de interesse do governo em aplicar a legislação da forma como a mesma havia sido promulgada. Outro fato que dificultava a propositura de uma nova legislação para a reforma agrária era a percepção política que a Unidade Popular possuía sobre suas próprias limitações nas esferas legislativas (Câmara e Senado). Assim, propor uma lei radical sobre a reforma agrária levaria a discussões infundáveis nas duas câmaras do país com possibilidades limitadas de vitória.

O último grande tópico sobre economia exposto no programa é a *Política de Desarrollo Económico*. Composto por seis objetivos, a *Política de Desarrollo Económico* resgata alguns temas abordados ao longo do programa do governo, tais como a resolução dos problemas da maioria da população e não das elites, libertar o Chile da subordinação

⁸⁵ O tema reforma agrária, assim como um detalhamento da lei de reforma agrária proposta e aprovada pelo governo Eduardo Frei serão trabalhados no próximo capítulo.

ao capital externo, crescimento econômico acelerado (23 e 24). A inflação também é um tema que retorna ao programa e medidas são propostas para o seu controle, sendo que a principal delas é *los estructurales enunciados* [no programa] (24).

O programa termina a apresentação das propostas econômicas da Unidade Popular depositando no povo organizado a esperança do cumprimento dos objetivos propostos. Dessa maneira, é no campo da luta de classes e da organização da classe trabalhadora que se desenrolaria o processo de transformações necessárias para a construção do socialismo⁸⁶.

...

No dia 4 de setembro de 1970, Salvador Allende foi eleito por 36,22%⁸⁷ dos chilenos para assumir a presidência do Chile, após o mandato do democrata-cristão Eduardo Frei. Porém, segundo dispositivo constitucional, se o candidato que ficasse em primeiro lugar não conquistasse mais de 50% dos votos, ele não era considerado automaticamente vencedor do pleito. Seu nome, juntamente com o do segundo colocado, disputaria uma eleição indireta no Congresso Chileno. Segundo a tradição, em todas as oportunidades em que o Congresso foi chamado a decidir sobre essa matéria, ele nunca passou por cima da vontade popular e sempre ratificou, sem contestação, o candidato que obtivera o primeiro lugar nas eleições diretas, mesmo que a diferença de votos fosse pequena⁸⁸. Entretanto, o cenário de 1970 e a vitória de Allende traziam um tempero a mais à política chilena.

⁸⁶ Dentro da Unidade Popular o entendimento sobre como deveria ser a participação da classe trabalhadora no processo de construção do socialismo era distinto. Tanto Allende como o Partido Comunista tinham uma visão mais estatal e de subordinação dos trabalhadores às coordenadas apontadas pelo governo como forma de alcançar o socialismo. Parte do Partido Socialista, o MAPU, a IC e outros grupos que não participavam da Unidade Popular, como o MIR, acreditavam que a classe trabalhadora deveria ter o protagonismo das ações em direção à construção de uma sociedade sem qualquer tipo de exploração e isso levava esses grupos a agirem com o intuito de desenvolver uma maior autonomia dos trabalhadores nas fábricas e nas decisões políticas. A diferença entre essas duas formas de compreender o papel da classe trabalhadora levou não apenas a discussões teóricas profundas, mas também a questionamentos públicos e descumprimentos de determinações do governo e da CUT. Uma boa análise do tema é feita em Cury, Marcia Carolina de Oliveira, *O Protagonismo Popular: Experiências de classe e momentos sociais na construção do Socialismo chileno (1964 – 1973)*.

⁸⁷ O resultado das eleições presidenciais de 1970 foi: Salvador Allende obteve 1.075.616 votos (36,22%); Jorge Alessandri obteve 1.036.278 votos (34,9%); e Radomiro Tomic obteve 824.849 votos (27,1%). In Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *“Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973”*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008, p. 153.

⁸⁸ Nas eleições presidenciais de 1958, em um contexto exatamente oposto, Salvador Allende perdeu as eleições para Jorge Alessandri por apenas 33.449 votos. In Winn, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo:

Diferentemente do que tradicionalmente aconteceu em outras oportunidades, diversos políticos se posicionaram abertamente a favor de que o Congresso escolhesse Jorge Alessandri, o segundo colocado nas eleições diretas. Esse movimento capitaneado pelo Partido Nacional (PN) e pelo governo dos Estados Unidos⁸⁹, entre os dias 5 de setembro e 24 de outubro, tentou convencer os representantes do Partido Demócrata-Cristão (PDC) a votarem em Alessandri para presidente. Essa movimentação política entre as oposições demonstrou aos integrantes da Unidade Popular que eles não teriam vida fácil se assumissem o controle do Poder Executivo Nacional.

Após receber o apoio dos Democratas-Cristãos⁹⁰, Salvador Allende foi escolhido pelo Congresso, em 24 de outubro de 1970, para assumir a presidência e, em 4 de novembro de 1970, foi empossado no cargo.

Editora Unesp, 2010, p. 52.

⁸⁹ Com a vitória eleitoral da esquerda, os americanos passaram a elaborar um conjunto de ações para evitar que Allende fosse empossado presidente da República pelo Congresso. As ações patrocinadas e executadas pelo governo americano nesse interstício (entre a vitória eleitoral e a confirmação pelo Congresso) podem ser divididas, segundo o relatório da Comissão Church (página 23), em dois grupos: “*O Track 1 compreendia todas as atividades aprovadas pela 40 Committee, incluindo atividades políticas, econômicas e de propaganda. Estas atividades foram designadas para induzir os oponentes de Allende no Chile a prevenir sua subida ao poder, seja através de meios políticos ou militares. Track 2 compreendiam atividades no Chile em resposta a ordem do presidente Nixon, em 15 de setembro, e foram dirigidas a promover ativamente e animar os militares chilenos a atuar contra Allende*”. Assim, os americanos tentaram subornar deputados e senadores para votarem em favor da nomeação de Jorge Alessandri para presidente, usaram os meios de comunicação para criar um cenário de caos em relação ao futuro, pressionaram empresas estrangeiras a diminuir os investimentos no Chile, entre outras medidas. Para uma análise mais aprofundada da atuação americana na política chilena podemos indicar como referência o próprio relatório da Comissão Church, além das obras de Luiz Alberto Moniz Bandeira, Nathaniel Davis, Joan Garcés e Patricia Verdugo que constam em nossa bibliografia.

⁹⁰ “A Democracia Cristã elaborou um documento [chamado “Estatuto de Garantias Constitucionais”] cuja aceitação condicionava o seu apoio ao candidato de esquerda. Constavam no texto os seguintes pontos: manutenção e preservação da institucionalidade política e das garantias constitucionais sobre a liberdade de associação, de imprensa e de opinião; manutenção do caráter profissional das Forças Armadas e compromisso de impedir a criação de organizações armadas paralelas; liberdade de educação em todos os níveis e discussão democrática das reformas educacionais; autonomia acadêmica e financeira das universidades; liberdade sindical e para organizações comunitárias; e reconhecimento do direito de petição e de greve”. In Aggio, Alberto. “*Democracia e Socialismo*” São Paulo: Editora Unesp. 1993, p. 111.

CAPÍTULO II – Avanços e desequilíbrios da economia dentro da “via chilena para o Socialismo”

A proposta deste capítulo será abordar a implantação da política economia do governo Allende ao longo dos anos de 1971 e 1972. Assim, pretendemos demonstrar a importância depositada pela Unidade Popular nos avanços econômicos como mecanismo para a conquista do predomínio político através da ampliação de sua base eleitoral. Também demonstraremos como o esgotamento da política econômica implementada no ano de 1971 influenciou a correlação de forças a partir do ano de 1972.

Nossa proposta será dividir o capítulo em duas seções. A primeira delas tratará do ano de 1971. Esse ano é marcado pelo avanço das medidas redistributivas e nacionalizantes/estatizantes levadas a cabo pelo governo popular. Nesse momento, a grande mineração é nacionalizada, o sistema bancário é adquirido pelo Estado em quase sua totalidade, a reforma agrária é radicalizada, diversas empresas são estatizadas e um forte plano de valorização real do salário é posto em prática. Nosso objetivo é apresentar ao leitor, baseado na análise dos dados do período, como a Unidade Popular tentou direcionar a sua política econômica visando não apenas a modificação da estrutura econômica do Chile rumo à socialização dos meios de produção, mas também, no curto prazo, consolidar e ampliar seu eleitorado, tanto entre os pertencentes à classe trabalhadora como aos pequenos e médios empresários e proprietários.

A segunda seção abordará desde os primeiros sinais de desequilíbrio econômico, no segundo semestre de 1971, até o contexto de início da greve patronal de 1972. Esse período marcou o início da derrocada do governo Allende através do claro esgotamento da política econômica pautada no aumento do consumo da população, na utilização da capacidade ociosa das indústrias e na grande quantidade de investimento público em diversos setores da economia chilena. Abordaremos as tentativas de ajustes econômicos colocados em prática pela Unidade Popular visando à adequação das políticas governamentais face ao cenário em que o país se encontrava naquele momento. Esse ano também marca o avanço dos setores conservadores que intensificaram a utilização de suas armas políticas e econômicas para fragilizar o governo e conquistar a simpatia do eleitorado médio que não fazia parte do espectro político da esquerda.

1 – As transformações na economia como instrumento para atingir a hegemonia eleitoral

Durante os quase três anos de governo, a Unidade Popular iniciou um processo de implementação das novas bases econômicas para um futuro socialista do Chile. Evidentemente que a transformação do modelo vigente passava pela transformação do caráter da propriedade privada, notadamente na posse dos meios de produção. Neste novo cenário, o governo pretendia criar uma nova organização da propriedade privada, dividindo-as em três categorias, a saber: A) Área de Propriedade Social (APS) que seria as grandes áreas de produção nacional que ficariam sob controle do Estado e dos trabalhadores para produzir segundo as necessidades nacionais; B) Área de Propriedade Mista (APM) que abrangeria atividades importantes para o desenvolvimento nacional e que se organizariam através de uma parceria entre Estado e iniciativa privada; e C) Área de Propriedade Privada (APP) composta pela maior parte das empresas existentes e seriam dirigidas e administradas pela iniciativa privada.

Entretanto, as transformações estruturais objetivadas pelo governo foram postas em prática a partir da ideia de observância às normas e à institucionalidade existentes no Chile. Assim, velocidade e profundidade nas mudanças estruturais estavam condicionadas à condução de uma política econômica de curto prazo atreladas a uma tática eleitoral, em que a reativação da economia e melhoria da condição de vida da população mais pobre seriam condições básicas para o fortalecimento eleitoral.

Assim, pelo menos para uma parte importante da Unidade Popular que estava em consonância com o presidente Allende e com a ideia da “via chilena para o socialismo”, era fundamental manter o equilíbrio na economia e não gerar confrontos com a classe média e com a pequena burguesia ao ponto de prejudicar a política de aliança de classe, que foi apresentada no Programa de Governo.

A partir de sua posse, Allende e seus aliados colocam em prática uma política de reativação da economia ao mesmo tempo que iniciavam um audacioso plano de estatizações e aumento da presença do Estado na economia chilena. São essas medidas que abordaremos nas próximas páginas.

1.1 Condução da política econômica entre final de 1970 e final 1971

O governo da Unidade Popular assumiu um país com diversos problemas estruturais, mas com determinadas características que, em tese, poderiam facilitar o desenvolvimento da ‘via chilena’ para o Socialismo.

Entretanto, é fundamental ressaltarmos dois pontos importantes para o desafio proposto pela esquerda chilena. O primeiro deles era que originalidade da via escolhida para o estabelecimento do socialismo trazia consigo a falta de uma elaboração teórica sobre a mesma. Assim, diferentemente dos outros processos revolucionários que tomaram de assalto toda a estrutura do Estado e implementaram o socialismo real, a proposta chilena não encontrava na história outro exemplo de sucesso nem elaborações teóricas de como isso seria possível. O segundo problema encontrado foi, também, a falta de uma elaboração teórica sobre como organizar os aspectos conjunturais da economia em um processo de transição para uma economia socialista, controlada e planejada predominantemente pelo Estado. Ao longo da ‘via chilena’ notaremos que a falta de uma base teórica para a proposta defendida pela Unidade Popular teve grande importância na forma como a economia foi conduzida e como os partidos políticos da coligação achavam que a economia deveria ser conduzida, o que acabou resultando em desencontros, críticas e falta de uma rumo único e coeso segundo a via escolhida.

A partir dos problemas expostos acima, a tônica do governo da Unidade Popular, no campo econômico, foi tentar equilibrar as mudanças de cunho estrutural, na criação da Área de Propriedade Social e sua expansão, com as medidas macroeconômicas para a manutenção do funcionamento da economia chilena, ainda capitalista, sem grandes desequilíbrios. Esse equilíbrio era fundamental para as pretensões de ampliar seu eleitorado e conquistar a maioria no Poder Legislativo, o que garantiria a consolidação da Revolução Chilena.

Desta forma, mais do que apenas avançar em um processo de estatização desenfreada no início do governo, o presidente Allende e os partidários da ‘via chilena’ tinham como desafio imediato as eleições municipais que aconteceriam logo no primeiro semestre de 1971 e que serviriam como termômetro sobre a aprovação popular ao governo. E, para a concretização desse primeiro objetivo era necessário ampliar o apoio entre a

população mais carente, aumentar os votos entre as mulheres⁹¹ e concretizar uma aliança de classe com os pequenos e médios empresários aumentando a predisposição destes em apoiar o governo popular.

A tática utilizada foi reativar a economia chilena através de medidas que combinassem distribuição de renda, expansão dos gastos públicos, diminuição do desemprego e aumento das remunerações.

Tabela 7 - Evolução das principais variáveis macroeconômica, 1970-71 (em %) ⁹²		
	1970	1971
Taxa de crescimento econômico	3,6%	8,0%
Taxa de inflação	36,1% ⁹³	22,1%
Taxa Nacional de desemprego	5,7%	3,8%
Incremento anual dos salários reais	8,5%	22,3%

O governo usou de suas prerrogativas para criar um ambiente favorável para o aumento da demanda, que estava em baixa pela combinação do baixo crescimento da economia durante o governo Frei, a alta inflação que aviltava os salários dos trabalhadores e pela desconfiança que a vitória da Unidade Popular representou aos interesses da grande burguesia chilena e do capital estrangeiro⁹⁴.

Nos primeiros meses de mandato, o governo iniciou uma forte expansão dos serviços públicos básicos, como saúde, educação, saneamento e habitação, ampliando a máquina estatal (contratando mais funcionários) e reativando a construção civil (que devido ao perfil de trabalho, não requeria nenhum tipo de conhecimento técnico ou superior para

⁹¹ Segundo diversos autores, a votação de Salvador Allende entre as mulheres foi visivelmente mais baixa do que entre os homens. A inteligência norte-americana ao longo dos anos fomentou, através de ações encobertas, a construção de um imaginário entre a população feminina do Chile de violência, mortes, fome ligado ao comunismo.

⁹² Fonte: Meller, Patricio. *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1998, p. 119.

⁹³ Em uma quantidade muito maior de fontes, o dado para a inflação do ano de 1970 é de 34,9%.

⁹⁴ “Tão logo se teve conhecimento da vitória de Allende, dois fenômenos econômicos se desencadearam com particular intensidade: a) um forte aumento da preferência por cédulas, e b) uma brusca queda na procura de bens supérfluos e na construção. Ambos os fenômenos tiveram início espontaneamente entre os grupos sociais de rendas altas, mas mais tarde foram estimulados pelos grupos políticos adversários da UP.” In Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1980, p. 83.

contratação, o que gerava milhares de novas vagas de trabalho entre as pessoas sem formação educacional).

Somado a isso, o governo reajustou a remuneração dos funcionários do setor público, servindo de base para os reajustes de setor privado. O aumento ao setor público foi acordado na mesma taxa alcançada pela inflação no ano anterior, ou seja 34,9%, sendo que trabalhadores que ganhassem menos que um “salário mínimo vital” receberiam 39,9% de reajuste e quem recebesse entre um e dois salários receberiam 37,9%. Esse aumento gerou um grande incremento no consumo.

O aumento da demanda através das políticas governamentais impactou positivamente a produção industrial chilena, que apresentava capacidade ociosa no início do governo Allende⁹⁵. Com incentivos econômicos a pequenos e médios empresários e uma demanda em crescimento, os proprietários de indústrias e manufaturas perceberam a possibilidade de ganho sem necessidade de investimentos pesados, vide a capacidade ociosa existente no setor produtivo do país.

Juntamente às medidas macroeconômicas de curto prazo o governo iniciou sua política de mudanças estruturais para a construção do socialismo. A própria estrutura da economia chilena apresentava características que facilitariam a atuação governamental para a concretização de uma política de ampliação da presença do Estado na economia (planejamento, produção, distribuição, regulamentação, etc.). Segundo Sergio Bitar *uma característica histórica fundamental da economia chilena foi a constante expansão da atividade econômica do Estado. Isso ocorreu sob Governo de diferentes ideologias, sendo que, em 1970, o Chile era o país da América Latina (com exceção de Cuba) onde o Estado possuía maior influência na atividade econômica*. Para a Unidade Popular, a presença do Estado em tantas áreas econômicas, como petróleo, eletricidade, aço, açúcar, celulose, metalurgia, atividades bancárias, exploração de cobre, entre outras, foram se legitimando

⁹⁵ “O Ministro da Fazenda de Allende, Américo Zorrilla, declarou em fins de 1970 que era possível incrementar a produção industrial em mais de 30% nas empresas manufatureiras que ocupavam mais de 50 pessoas. Precisou, também, que com pequenos investimentos adicionais, era possível conseguir um incremento de 61% na indústria de tecidos, 50% em padarias, 65% em conservas, 61% em móveis, 74% em calçado, etc. Seu cálculo baseava-se em estudos da Odeplán que indicavam uma utilização média de 75,3% na capacidade instalada no setor industrial.” Instituto de Economia, Universidade do Chile, 1972, p.77, Quadro II-1. Apud Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1980, p. 90.

ao longo do tempo e sua expansão não criava resistência ideológica na grande maioria da população⁹⁶.

As mais importantes ações do governo Allende, no que tange a mudanças estruturais e construção da Área de Propriedade Social se deu em quatro temas: A nacionalização do cobre, a estatização dos bancos, a reforma agrária e a estatização das indústrias. Para cada área o governo seguiu uma estratégia diferente.

1.2 Nacionalização do Cobre⁹⁷

Ao analisarmos a história chilena, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, vemos que a estruturação econômica do país foi feita sobre as bases da exploração de suas capacidades minerais. Principalmente após a descoberta dos valiosos desertos de nitrato ao norte do país⁹⁸, a agricultura foi gradualmente perdendo importância na sociedade para o desenvolvimento de uma economia cada vez mais dependente das receitas advindas da exportação de minerais⁹⁹.

Mesmo com a queda da importância do nitrato devido a criação de nitratos sintéticos desenvolvidos pelos alemães durante a Primeira Guerra Mundial, a economia chilena foi se tornando cada vez mais refém da venda de cobre no mercado internacional. Além disso, o Chile não apenas dependia do mercado internacional para realizar suas vendas de minérios, mas também era dependente da injeção de capitais internacionais para as pesquisas de solo, montagem do complexo de exploração mineral, investimentos, salários dos trabalhadores, ou em outras palavras, eram as empresas estrangeiras, inicialmente britânicas e depois americanas, as responsáveis por toda a indústria de exploração mineral chilena. Ao Chile cabia uma pequena parte das divisas geradas por esse setor.

⁹⁶ Bitar, Sergio, op. cit. pp. 42-45.

⁹⁷ O governo Allende realizou a nacionalização dos minérios existentes do Chile. Apenas o petróleo não foi nacionalizado nesse governo, pois ele sempre foi propriedade do Estado.

⁹⁸ A descoberta de ricas jazidas de nitrato (componente utilizado para elaboração de fertilizantes, explosivos e produtos químicos) na região árida localizada ao sul do Peru e oeste da Bolívia, levou à Guerra do Pacífico (1879 – 1883), entre Chile e esses dois países. Essas ricas regiões foram anexadas ao território chileno.

⁹⁹ Segundo Peter Winn, “Durante toda a metade final do século XIX, o Chile continuou sendo uma sociedade predominantemente rural e de economia agrícola, mas a maior parte da sua renda de exportação provinha da mineração de prata e cobre.” In *A Revolução Chilena*. Editora Unesp – São Paulo, p. 32.

Tabela 8 - Información económica básica de la minería del cobre, Chile 1925-70¹⁰⁰

	Precio del Cobre (lib./Tl.)	Volumen de Exportaciones Cobre (MM de US\$)	Export. Físicas de Cobre (MM de QM)	Recaudación Tributaria Gran M. Cobre (MM de US\$)	Recaudación Tributaria Total (MM de US\$)
1925	13,4	113,6	169,6	1,9	
1930	12,9	107,1	190,1	7,3	80,6
1935	7,3	43,8	273,1	2,0	49,7
1940	11,2	82,1	344,3	9,5	67,6
1945	11,5	212,6	422,8	25,7	127,2
1950	21,0	308,3	364,7	33,0	292,4
1955	38,8	489,4	432,9	190,5	395,2
1960	30,4	464,2	531,9	98,3	599,4
1965	37,5	684,2	583,8	132,2	801,2
1966	47,8	866,3	624,7	227,4	1043,1
1967	48,9	874,3	660,2	213,2	1140,1
1968	51,7	911,1	658,3	202,7	1206,5
1969	65,4	1173,3	687,9	353,0	1322,1
1970	60,3	1111,9	687,9	278,6	1489,8

Ao longo do século XX, foi se gestando no seio da classe trabalhadora, principalmente entre os mineiros, um forte sentimento de classe que se nutriu a partir das péssimas condições de vida, dos baixos salários, da falta de serviços públicos e dos massacres de trabalhadores que corriqueiramente aconteciam no Chile¹⁰¹. Juntamente a essa realidade precária da maioria dos chilenos, um forte movimento político e sindical atuou ao lado trabalhador para forjar sua consciência de classe e apresentar o caminho a ser seguido para a melhoria do Chile e dos trabalhadores.

Assim, a sociedade chilena foi incorporando gradualmente a ideia de que um dos pontos principais para o desenvolvimento do país seria a nacionalização de suas riquezas minerais, com destaque ao cobre. Nessa luta pela nacionalização das riquezas nacionais o cobre tinha importância central, pois era o principal produto de exportação do país e suas principais minas estavam na mão de empresas norte-americanas¹⁰².

¹⁰⁰ Fonte: 1925-50: Mamalakis y Reynolds (1965). 1951-70: French-Davis (1974). Tipos de cambio: Cariola y Sunkel (1982). In ADEC, p. 351.

¹⁰¹ O maior massacre de trabalhadores que aconteceu no Chile antes de setembro de 1973, foi o massacre de Santa Maria de Iquique, em 1907. Cerca de mil mineiros grevistas, suas esposas e filhos, foram metralhados pelo Exército chileno na escola de Santa Maria.

¹⁰² “tres importantes compañías norte-americanas: la Braden Copper Co. de Kennecott (El Teniente), la

Com a intensificação do clamor popular pela nacionalização dos minérios, o governo de Eduardo Frei (1964 – 1970), que como dissemos anteriormente foi amplamente financiado pelos Estados Unidos, colocou em prática sua forma parcial de nacionalização, conhecida como *chilenización* do cobre. O ‘arquiteto’ do plano de Frei foi o engenheiro Raúl Saez, integrante da comissão assessora da ‘Aliança para o Progresso’. A proposta do governo era formar sociedades mistas entre governo e as empresas estrangeiras que já controlavam a exploração do cobre. Juntamente a isso, o governo pretendia atrair o capital internacional a partir de uma nova política tributária, que daria ao capital estrangeiro, segundo o governo, a garantia de um tratamento justo, estável e equitativo. O plano foi colocado em prática com a formação das seguintes sociedades mistas: El Teniente, com um aporte nacional de 51%¹⁰³, Exótica e Andina, ambas com aporte de 25%, que se transformou em 30% no caso da Andina.

Mesmo levando em conta o aumento da arrecadação fiscal proveniente do cobre, causado muito mais pelo aumento do preço do metal no mercado internacional¹⁰⁴ do que pelos planos do governo, a *chilenización* foi extremamente benéfica aos interesses das empresas estrangeiras. Além de manter seus valores de registro abaixo do real para pagar impostos menores, outra condição imposta expressamente para as vendas das ações para o governo foi que a Kennecott e a Anaconda continuariam a manejar os investimentos no Chile e suas subsidiárias ainda exportariam toda a produção de cobre, como anteriormente faziam, para as matrizes, nos Estados Unidos, as quais também conservariam o poder de decisão sobre as operações, a contabilidade, a política de preços, a administração e as pesquisas geológicas¹⁰⁵.

Chile Exploration Co. de la Anaconda (Chuquicamata); y la Andes Mining Co. que, primero opera la mina de Potrerillos y, a partir de 1960, la de El Salvador; también perteneciente a Anaconda. Estas tres empresas produjeron, durante un largo periodo, más del 90% del cobre chileno” In Sutulov, Alexander. *Antecedentes Historicos de la Produccion de Cobre en Chile*. p. 41.

¹⁰³ “[o governo Frei] comprou por US\$80 milhões 51% de participação de Kennecott na sua subsidiária Braden Copper; cujo valor do ativo fora calculado em US\$ 67 milhões. A Braden Copper alegou que esse valor mais baixo não era realista, mas a razão consistia, no fato de que o governo do Chile permitia às empresas depreciarem seu ativo, a fim de pagar impostos mais baixos.” In Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008, p. 110.

¹⁰⁴ “[O preço do cobre] se elevou de US\$29,3 centavos [por libra] em 1963, para 58,5 centavos em 1965, para 69,5 centavos em 1966, para manter-se entre 51 e 66 centavos durante os anos de 1966 a 1970.” In Op. cit., loc. cit.

¹⁰⁵ Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008, p. 110.

A projeto de *chilenización* não foi aceita por grande parte da sociedade e acabou causando reflexos políticos e a formação de uma nova proposta para a nacionalização do cobre por parte da Democracia Cristã. Como nos mostra Alan Angell,

*O escândalo político causado pela leniência do acordo com a Kennecott, e a relutância da Anaconda Corporation, cujas minas de Chuquicamata e outros lugares eram parte importante das duas operações gerais, deram origem a uma negociação mais prolongada e difícil: a 'nacionalização pactada'. A Anaconda que também tinha obtido lucros recordes de seus acordos limitados com o governo, concordou em 1969 a transferir imediatamente a ele 51% de seus ativos, e o restante ao longo de três anos.*¹⁰⁶

O plano de *chilenización* e a 'nacionalização pactada' do cobre não diminuiu a vontade do povo chileno de ser verdadeiramente dono de suas próprias riquezas nacionais. Assim, baseando-se na vontade popular e na opinião pública chilena, a Unidade Popular mais uma vez sustentou em seu programa político a defesa da nacionalização dos minérios chilenos, em especial o cobre.

A vontade popular pela nacionalização encontrava uma base de dados e estatísticas muito sólida que escancarava o quão nocivo era o controle estrangeiro das riquezas minerais do país. Segundo dados da Codelco e do Banco Central apresentados por Sergio Bitar, e que podem ser confirmados na obra de Alexander Sutulov, a produção de cobre em 1970 atingiu 962.000 toneladas, o que representava 1/8 da produção de cobre mundial. Deste total 541.000 toneladas foram extraídas na Grande Mineração (as grandes empresas estrangeiras). Nesse mesmo ano, o valor das exportações totais do Chile alcançou 1 bilhão e 112 milhões de dólares, sendo a exportação de cobre responsável por 840 milhões de dólares (75% de todas as exportações do país), dos quais 657 milhões de dólares vieram da Grande Mineração, ou seja, 59% de todas as exportações chilenas eram feitas por empresas estrangeiras.

Ao vencer a eleição, o presidente Salvador Allende escolheu como caminho para a concretização da sua proposta de nacionalização o encaminhamento de um projeto de lei que reformasse a Constituição Chilena. A opção pela reforma constitucional partia da compreensão de que a conjuntura política do momento e a força da opinião pública

¹⁰⁶Angell, Allan. *Chile: 1958 – c. 1990*, In Bethell, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Volume IX – *A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 878.

garantiria um posicionamento favorável dos congressistas à nacionalização, mesmo daqueles contrários à ideia ou vinculados aos interesses internacionais dentro do Chile.

Assim, em 11 de julho de 1971 a reforma constitucional apresentada pela Unidade Popular foi aprovada por unanimidade, com quase nenhuma alteração por parte da oposição. Entretanto, a maior discussão (e fonte de problemas futuros para o governo) não ocorreu por causa da nacionalização do cobre, mas sim pela fórmula utilizada para calcular o montante de indenização a ser paga as empresas nacionalizadas. Segundo o projeto aprovado pelo Parlamento a indenização a ser paga seria calculada a partir do valor de livro em 31 de dezembro de 1970, descontando-se os seguintes itens: I – as revalorizações feitas pelas empresas após 31 de dezembro de 1964; II – o valor dos direitos sobre jazidas minerais; III – o valor de bens em condições deficientes; e IV – seria facultado ao Presidente da República determinar a cobrança dos lucros excessivos obtidos a partir de 5 de maio de 1955¹⁰⁷.

Desta forma, com a decisão tomada por Allende de estabelecer como lucro excessivo das grandes empresas mineradoras os ganhos acima de 12%¹⁰⁸ ao ano sobre o valor de livros (taxa obtida a partir dos lucros médios das operações mundiais das companhias nacionalizadas), o cálculo das indenizações ficou fixado da seguinte forma:

¹⁰⁷ O projeto original enviado pelo Executivo determinava que era responsabilidade do Controlador Geral da República determinar o valor final da indenização. Porém, o Parlamento alterou o projeto e determinou que ficaria a cargo do Presidente da República determinar o desconto por lucros excessivos. Essa alteração colocou Allende no meio de um problema político, pois sua decisão poderia causar problemas com a esquerda (caso a indenização fosse muito alta) e problemas com os Estados Unidos (caso a indenização fosse muito baixa). Para um detalhamento maior da conjuntura e das disposições constitucionais ver Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1980. pp. 129-132; Silva, E. *El Tribunal Constitucional de Chile (1971-1973)*. 1977, Caracas, Editora Jurídica Venezolana. pp. 149-155; e Sutulov, Alexander. *Antecedentes Historicos de la Produccion de Cobre em Chile*. pp. 49-51.

¹⁰⁸ Tanto na obra de Moniz Bandeira como na obra de Sutulov, a porcentagem estabelecida como lucro excessivo foi de 10%, e não 12% como descrita na obra de Sergio Bitar.

Tabela 9 - Nacionalização do Cobre – Cálculo da indenização (em milhões de dólares)¹⁰⁹					
	Chuqui- camata	El Salvador	Exótica	El Teniente	Andina
Valor de livros	241,96	68,37	14,81	318,80	20,14
Deduções por direitos mineiros	-5,40	-0,35	-0,25	-0,22	-1,53
Bens em mau estado	-13,06	-5,60	-4,55	-20,52	-0,34
Revalorização de ativos posteriores a 31-12-1964*	0,00	0,00	0,00	-198,58	0,00
Indenização	235,00	62,42	10,01	99,48	18,27
Deduções por lucros excessivos	300,00	64,00	0,00	410,00	0,00
*Este desconto efetuou-se para eliminar a revalorização dos ativos realizados por Kennecott em 1964, quando negociou com o Governo de Frei a venda de suas ações ao Estado Chileno.					

Assim, utilizando dos mecanismos legislativos existentes e do apoio maciço da população chilena, a Unidade Popular conseguiu cumprir uma de suas principais promessas de campanha. Apesar da aparente facilidade na aprovação de reforma constitucional, as poucas alterações apresentadas pela oposição criaram uma situação problemática entre o governo e os Estados Unidos. O não pagamento de indenização as grandes empresas americanas através do mecanismo de dedução de lucros excessivo, que ficou conhecido como ‘Doutrina Allende’, acabou criando ações judiciais internacionais entre outros empecilhos que prejudicaram as vendas futuras do cobre chileno, que trataremos mais à frente em nossa pesquisa.

¹⁰⁹ Fonte: Decreto Supremo No 92, expedido pelo Presidente da República a 28 de setembro de 1971. Apud Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1980, p. 132.

1.3 Estatização dos bancos e Reforma Agrária

Concomitantemente ao processo de nacionalização dos minérios, durante o ano de 1971, Allende partiu para a conquista de importantes pontos de sustentação política e econômica dos grandes capitalistas chilenos: o setor bancário e o controle das propriedades agrícolas. Diferentemente do vastíssimo apoio político e social que o governo encontrou na questão da nacionalização do cobre, o que permitiu a apresentação de uma proposta de reforma constitucional a ser analisada e votada no Congresso, a estatização do sistema bancário e a reforma agrária não eram temas unânimes no Chile e, por isso, dificilmente receberiam o mesmo apoio das forças políticas da oposição. Desta forma, a Unidade Popular usou táticas distintas para a concretização do projeto de estatização desses setores-chaves da economia.

Dentro do processo de estatização do sistema bancário, entretanto, vale ressaltar que o Estado Chileno já detinha uma posição de destaque. Em 1970, o Banco do Estado do Chile controlava 46,6% dos depósitos e 52% das aplicações totais, representando a maior força do setor, visto que o restante dos depósitos e aplicações estavam distribuídas em 26 bancos privados¹¹⁰.

Sabendo que não contava com maioria no Poder Legislativo, muito menos apoio de parte da oposição para aprovar medidas estatizantes no setor bancário, a tática do governo foi utilizar um mecanismo aprovado e regulamentado pelo governo da Frente Popular, entre as décadas de 30 e 40, que consistia na compra de ações em posse indivíduos ou pessoas jurídicas para a aquisição do controle acionário de determinada instituição.

Assim, para controlar o sistema bancário, Allende usou o Banco do Estado do Chile para adquirir à Corporación de Fomento de la Producción (CORFO) ações de bancos privados do Chile¹¹¹. Nesse processo, os bancos estrangeiros foram os que menos dificuldades apresentaram para o governo, até mesmo porque sua presença no Chile era marginal.

¹¹⁰ IBIDEM. p. 34.

¹¹¹ Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, o Banco Central do Chile concedeu 400 milhões de escudos ao Banco do Estado do Chile para realizar a aquisição das ações dos bancos privados. In Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2008, p. 268.

A resistência ao modelo de controle acionário colocado em prática veio justamente dos bancos privados nacionais, com destaque para o Banco Edwards¹¹², que se negou a negociar suas ações. Em diversos casos, inclusive com o próprio Banco Edwards, o governo acabou intervindo e tomando o controle das instituições bancárias por violação de resolução e leis financeiras do Chile ou por conflitos trabalhistas.

Mesmo com a resistência dos grupos dominantes, o governo da UP conseguiu, em menos de um ano, obter participação majoritária em 11 dos 23 bancos privados nacionais, além dos bancos estrangeiros. Isso correspondeu um controle de 90% do setor bancário chileno.

A terceira área estratégica da economia a ser reestruturada pelo governo foi o campo chileno. Partindo da mesma análise conjuntural de que não conseguiriam apoio suficiente para aprovar uma reforma agrária radical no Congresso, a UP usou uma tática similar à utilizada para controle do sistema bancário e resolveu tirar do papel e colocar em prática a Lei de Reforma Agrária aprovada no governo de Frei, em 1965.

Apesar do campo ter perdido força no cenário econômico e social do Chile devido a sua baixa representatividade econômica (cerca de 10% da economia chilena vinha da agricultura) e demográfica (no final da década de 60 menos de 1/3 da população vivia em áreas rurais), é inegável que as forças políticas que representavam esse setor ainda ocupavam espaços centrais de decisão e estavam atrelados a interesses de outros grupos econômicos capitalistas.

A configuração política encontrada por Salvador Allende que permitiu um grande avanço na política de reforma agrária foi resultado de anos de lutas sociais, conquistas legislativas e um cenário internacional que permitiu com que até mesmo governos de direita e de centro realizassem mudanças que favoreceram o acesso à terra e a sindicalização campesina.

Sob os auspícios da ‘Aliança para o Progresso’, o governo de Jorge Alessandri, em 1962, aprovou a lei 15.020 que autorizava a repartição de terras do Estado para a reforma agrária e criava a Corporación de la Reforma Agrária (CORA). Nesse mesmo ano, a Igreja

¹¹² O Banco Edwards pertencia ao grupo proprietário do jornal El Mercurio. Este jornal fez oposição ferrenha ao governo de Salvador Allende. Após a conclusão do relatório da Comissão Church (1975) ficou comprovado que o jornal El Mercurio recebeu vultuosas somas de dinheiro dos Estados Unidos, assim como abrigou entre seus quadros de jornalistas agentes infiltrados para produzir reportagens e editoriais com o intuito claro de desestabilizar e enfraquecer o governo.

Católica chilena começou um trabalho voltado para a Reforma Agrária e auxílio aos camponeses. Assim, além da elaboração de uma Carta Pastoral sobre o tema, a Igreja Católica criou o Instituto de Promoción Agrária (INPROA) para dar assistência aos camponeses que estavam recebendo terras¹¹³.

Eduardo Frei assumiu a presidência do Chile com uma ambiciosa proposta de aprofundar a reforma agrária e distribuir terras para 100 mil famílias, com as devidas indenizações para os antigos proprietários. Essa proposta visava modernizar a agricultura chilena, que desde a década de 50 estava em crise devido a migração em massa de trabalhadores para as cidades e, com isso, levava o Chile a importar considerável quantidades de alimento.

Assim, em 1967, o governo Frei aprovou duas importantes leis para o campo. Uma foi a Lei da Reforma Agrária, N. 16.640 que autorizava a desapropriação de propriedades com uma superfície superior a 80 Hectares de Riego Básico (HRB). Riego significa terras irrigadas, assim, a medida de HRB possibilitava estabelecer um índice comum a diferentes qualidades de terras. Utilizando essa medida, a superfície agrícola chilena, em 1965, era de 2.067.818 HRB, sendo que 1.144.994 HRB estavam concentradas em apenas 4.876 propriedades, das 232.955 existentes. Ou seja, 2% das propriedades englobavam 55,4% da superfície agrícola do país¹¹⁴.

A outra lei aprovada no governo Frei foi a Lei da Sindicalização dos camponeses, N. 16.625, que alterou significativamente as restrições existentes na lei de 1947 que versava sobre sindicalização de camponeses¹¹⁵. Com essas alterações, a sindicalização no campo cresceu enormemente, trazendo consigo um aumento nas reivindicações campesinas, um aumento dos conflitos no campo (ocupação de propriedades, greves e conflitos entre trabalhadores de um lado contra proprietários e forças policiais de outro) e uma disputa política entre as forças de democracia cristã e os partidos de esquerda (Partido Comunista, Socialista e MIR) pelo controle dessa nova força social em construção e organização.

¹¹³ Até mesmo líderes da Igreja Católica, como o Cardeal Raúl Silva Henríquez e o bispo Manuel Larraín de Talca fomentaram a ideia da reforma agrária entregando terras da Igreja para camponeses. Ver Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008, p. 111.

¹¹⁴ Bitar, Sergio, *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1980, p. 33.

¹¹⁵ “Até 1967 a sindicalização camponesa esteve, praticamente, proibida. A lei vigente de 1947 impunha numerosas restrições: só podiam constituir sindicatos os que trabalhavam numa mesma propriedade; deviam reunir-se mais de 20 operários; para ser dirigente era preciso saber ler e escrever, etc.” IBIDEM p. 41.

Tabela 10 - Comparação da sindicalização em 1966 e 1970 – Sindicatos Agrícolas¹¹⁶				
Anos	Número de Sindicatos	Número de Afiliados	% de Crescimento	Tamanho médio dos Sindicatos
1966	201	10.647		53,0
1970	510	114.112	971,8	223,7

Mesmo com os avanços conquistados durante o governo de Eduardo Frei, os camponeses queriam mais e desejavam radicalizar a reforma agrária. Isso levou ao aumento da influência dos partidos e movimentos de esquerda no campo.

Com a vitória de Allende e a implantação integral da lei democrata-cristã foi possível *a mais rápida reforma agrária da história sem uma revolução violenta*¹¹⁷, tanto que em meados de 1972, com apenas 18 meses de administração socialista, 70% das expropriações planejadas já haviam sido realizadas. Apenas no primeiro ano de governo, a Unidade Popular expropriou praticamente a mesma quantidade de propriedade que todo o governo de Eduardo Frei (1964 – 1970). As terras expropriadas foram organizadas de diversas formas, como minifúndios, cooperativas e propriedades estatais (munidas de tecnologia e apoio técnico).

Tabela 11 - Expropriações da Reforma Agrária¹¹⁸		
	Governo Frei	1971
Número de Propriedades	1.408	1.379
Superfície regada (hectares)	290.600	178.400
Superfície Total (hectares)	3.565.960	2.558.000

¹¹⁶ Fonte: Marini, Ruy Mauro. *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*. México: Ediciones Era, 1976. Apud Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008, p. 112.

¹¹⁷ Winn, Peter *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora Unesp. 2009, p. 82.

¹¹⁸ Fonte: Corporación da Reforma Agrária. Cit. Em ODEPLÁN, 1972-b. Apud Bitar, Sergio, *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 95.

1.4 Estatização das indústrias

O processo inicial de construção da ‘via chilena’ ao Socialismo e a transformação do caráter da propriedade privada em Propriedade Social do povo chileno não estaria completo sem a atuação do governo na expropriação das maiores e mais importantes indústrias existentes no país. Já em fins de 1970, o governo anunciou sua primeira expropriação, a indústria têxtil Bellavista de Tomé, seguidas de Lanera Austral, FIAB-Tomé e Fabrilana.

Apesar do setor mineral ser responsável pela maior parte das receitas chilenas, era no setor industrial que a Unidade Popular encontrava sua força política. Juntamente com o trabalho de organização da CUT, a Unidade Popular construiu seu predomínio eleitoral no seio da classe trabalhadora organizada e sindicalizada, principalmente entre os trabalhadores fabris. Desta forma, colocar em prática as propostas eleitorais para o setor representava a manutenção da base eleitoral e a expectativa de ampliação do eleitorado para as eleições seguintes.

Entretanto, diferentemente do que ocorreu com os outros setores produtivos que discurremos acima, em que o governo encontrou uma pequena resistência para a efetivação da estatização (no setor de minerais havia um forte clamor popular; no setor financeiro o Estado já era proprietária de uma fatia grande do mercado; e na produção rural a lei de reforma agrária já havia sido aprovado pelo governo anterior), no caso das indústrias o confronto foi grande, com avanços e recuos que marcaram todo o governo e ficaram sem uma resolução efetiva, contribuindo para o cenário de caos político e econômico que facilitou o golpe militar.

A questão da estatização das indústrias teve um papel chave tanto para o desenrolar do processo revolucionário entre trabalhadores como para a organização da contrarrevolução pelos setores conservadores. Sobre o tema Sergio Bitar afirma que,

O foco nevrálgico do conflito interno foi a estatização das grandes empresas industriais. Não podia ser de outra forma. Para a grande burguesia nacional as grandes empresas eram seu pilar de sustentação.¹¹⁹

¹¹⁹ Bitar, Sergio, Ibidem. p. 133.

É fundamental ressaltar que, assim como estava expresso no ‘*Programa de Gobierno*’ da Unidade Popular, a proposta apresentada era estatizar as grandes empresas monopólicas existentes no Chile, sem avançar sobre as médias e pequenas empresas. Muitas dessas grandes empresas eram controladas pelo capital estrangeiro com ajuda e participação da grande burguesia nacional. Segundo os dados apresentados pelo Ministro da Economia, Pedro Vuskovic:

*Al dominio del capital extranjero sobre la riqueza básica del país, principalmente el cobre, se agregaba su aguda penetración en el sector industrial: ya en 1968, el capital extranjero controlaba más de un sexto del capital pagado de todo el sector manufacturero, entre las 100 mayores empresas, 61 tenían participación externa, y en 40 esa participación era suficiente para controlarlas efectivamente.*¹²⁰

Assim, o intuito do governo não era interferir nas pequenas e médias empresas, mas sim garantir ao Estado um papel de planejador e organizador das atividades econômicas do país, possibilitando estabilidade na produção e nos preços e um direcionamento das atividades produtivas para a realização dos anseios e necessidades da população, rompendo com a lógica de apenas realizar os lucros dos grandes capitalistas e os desejos de consumo das parcelas mais abastardas do Chile.

Diante da importância do setor industrial e das diferentes formas de resistência encontradas para a concretização da estatização, o Governo Allende atuou de três formas distintas ao longo do ano de 1971, a saber: negociação; requisição; e compra de ações através da CORFO.

O caso mais emblemático de negociação foi na estatização da Compañía de Acero del Pacífico (CAP) e a criação de um complexo estatal sidero-metalúrgico composto por diversas empresas mistas, com participação majoritária do Estado. Através da negociação, o governo acordou em adquirir o total de ações de particulares da CAP, no valor de cerca de 100 milhões de escudos. A criação desse grande complexo permitiu ao Estado Chileno controlar e planejar desde a produção de ferro, passando por parte da produção da linha branca (refrigeradores, fogões, etc.), fundições e diversos outros produtos derivados dessa atividade¹²¹.

¹²⁰ Extrato de la exposición del Ministro de Economía, Pedro Vuskovic, ante el CIAP. In *El Pensamiento Económico del Gobierno de Allende*. Santiago de Chile: Editora Universitaria, S.A., 1971, p. 99.

¹²¹ Extrato de un trabajo preparado por la Corporación de Fomento de la Producción, Mayo de 1971. In *El Pensamiento Económico del Gobierno de Allende*. Santiago de Chile: Editora Universitaria, S.A., 1971, p.

A estratégia de negociação surtiu efeito entre as empresas de capital estrangeiro, pois eram controladas por subsidiárias e representavam investimentos marginais para as suas matrizes. Entretanto, para os capitalistas chilenos, o controle sobre as indústrias representava sua posição privilegiada na economia e na política chilena. Perder as empresas para o Estado era perder o controle que eles exerciam na sociedade chilena, o que explica a postura adotada por eles de ser contrários a qualquer negociação¹²². Por esse motivo, o governo da Unidade Popular precisou procurar formas de assumir o controle das indústrias e consolidar o papel do Estado como orientador e planejador da sociedade chilena.

Uma alternativa utilizada, mas com pouca eficácia, foi a utilização da CORFO como intermediária para a aquisição de ações de pequenos acionistas através do oferecimento de preços acima do mercado. Essa tentativa não trouxe ao governo grandes avanços no controle das empresas, pois, de fato, a maior parte das ações estavam nas mãos dos grandes capitalistas.

A outra forma de ação do governo foi através da requisição¹²³ de empresas que apresentassem conflitos trabalhistas que afetassem o abastecimento normal. Segundo Sergio Bitar, *a requisição consistia na tomada de controle, pelo Estado, quando uma atividade econômica importante, estava sendo afetada por especulação, açambarcamento, paralisação ou outras causas que prejudicassem o interesse coletivo. Esta tomada de controle era temporária e não afetava a propriedade, que continuava em mãos privadas*.¹²⁴.

A requisição de empresas foi um instrumento largamente utilizado pelo governo e consistiu em uma das ferramentas que mais ajudaram na ampliação da APS. Entretanto, devemos ressaltar que, como dito acima, a requisição não transformava a empresa em uma propriedade estatal. O controle governamental era uma coisa transitória e muitas vezes foi questionada judicialmente, levando seus antigos donos a reassumirem o controle das indústrias.

122.

¹²² Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 134.

¹²³ A requisição foi criada a partir de um Decreto Lei, de 1932, expedido durante a República Socialista dos 100 Dias.

¹²⁴ Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980, p. 133.

Tabela 12 - Número de empresas requisadas e intervenidas por períodos bimensuais, noviembre 1970 - diciembre 1971.¹²⁵			
Período	Intervenciones	Requisiciones	Total
Noviembre-diciembre 1970	37	1	38
Enero-febrero 1971	23		23
Marzo-abril 1971	1	5	6
Mayo-junio 1971	12	12	24
Julio-agosto 1971	9	6	15
Septiembre-octubre 1971	24	7	31
Noviembre-diciembre 1971	21	9	30
Total	127	40	167

O conjunto de ações adotadas pelo governo permitiram um avanço muito rápido no controle de um grande número de empresas, entretanto, como exposto, o controle da maioria delas não era oficial e sem nenhuma base legislativa que garantisse a posse de fato da propriedade. Assim, em um primeiro momento, apesar do governo ter ampliado sua participação na economia e no controle de diversas empresas, tudo isso teve um caráter precário e sem sustentação legal, levando o governo a diversas lutas no campo político e jurídico que enfraqueceram suas pretensões de construir uma aliança de classe ampla que lhe desse a maioria do eleitorado chileno.

2 – O esgotamento da política econômica da Unidade Popular

Com o transcorrer do ano de 1971, os resultados positivos da política de reativação da economia, redistribuição de renda e avanços importantes na criação de uma área estatal dominante na economia começam a ser substituídos por dados negativos que davam conta de um esgotamento das práticas adotadas na primeira fase da ‘via chilena’.

Desabastecimento, mercado negro, déficit na balança comercial entre outros indicadores reforçavam a necessidade de mudanças na condução da política econômica. Entretanto, a conjunção entre a necessidade de manter uma política de salários favoráveis a classe trabalhadora e camadas mais pobres visando o apoio eleitoral e a convicção dos

¹²⁵ Fonte: Valenzuela, Arturo, op. cit. p. 174.

líderes das pastas econômicas do governo de que as medidas estruturantes, como o avanço das estatizações, eram mais importantes para o equilíbrio econômico do que medidas de controle financeiro, como subidas de preço e controle de salários, lançaram o governo em uma corrida desenfreada pelo controle das maiores empresas chilenas.

Um ponto importante para pensarmos sobre as concepções básicas da ‘via chilena’ para o Socialismo e a forma como as lideranças da área econômica conduziram o governo em um primeiro momento é a contradição como isso se deu na aplicação prática da proposta. Enquanto a proposta da ‘via chilena’ era a construção do socialismo respeitando a oposição, a pluralidade de ideias e a institucionalidade existente no Chile, parte importante dos economistas e técnicos presentes no Ministério da Economia e da Fazenda trabalharam, auxiliaram ou acompanharam de perto o governo cubano pós-revolução e, desta forma, tentaram replicar os controles administrativos típico de governos estatistas que já não necessitavam de um diálogo com a oposição política interna. Assim, a medida mais efetiva (na visão desses técnicos) era a ampliação, a qualquer custo, da área sob controle estatal.

Desta forma, os avanços constantes sobre a área de propriedade privada utilizando de diversas brechas na legislação e os desajustes econômicos que passaram a ser cada vez mais fortes e profundos romperam a tênue margem que o governo tinha para lidar e dialogar com a oposição, que cada vez mais se lançou em uma cruzada contra a Unidade Popular e impossibilitou os ajustes necessários na economia.

2.1 Primeiros sinais de crise econômica

Indiscutivelmente, os avanços conquistados pela Unidade Popular ao longo do ano de 1971 foram surpreendentes. Podemos usar como base os dados comparativos ao ano de 1970: O PIB cresceu 7,7%, a indústria manufatureira cresceu 13,7%, a agropecuária 6,7%, a construção 11,4% e a mineração 2%¹²⁶. Já o desemprego teve uma queda drástica, chegando a 3,8% (em 1970 foi de 8,3%)¹²⁷. Para uma economia que ao longo da última

¹²⁶ FMI, maio 1976, p. 33. Quadro 12. Apud Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 103.

¹²⁷ Declaración del Comité Nacional de la Unidad Popular, Conclave de El Arrayán, 9 de fevereiro de 1972.

década não tinha apresentado grandes taxas de crescimento, esses dados animaram muito os partidários da ‘via chilena’.

Entretanto, é necessário ressaltar dois pontos importante. O primeiro é que a política de reativação da economia adotado desde o início pelo governo visava ampliar a importância eleitoral da Unidade Popular no cenário político chileno. O governo desejava, e conseguiu, ampliar seu apoio popular já nas eleições municipais de abril de 1971¹²⁸. Durante todo o período em que Allende foi presidente, a Unidade Popular sempre levou em consideração na elaboração e aplicação de sua política econômica os cálculos políticos e eleitorais, como veremos mais à frente.

O segundo ponto de extrema importância acerca dos resultados da política de reativação da economia é que os ótimos resultados obtidos no acumulado do ano de 1971 em relação a 1970 pouco influenciaram nos resultados eleitorais de abril de 1971. E isso reside no fato de que a economia chilena pouco cresceu ou apresentou melhoras sensíveis no primeiro semestre de 1971¹²⁹. A inércia da economia no primeiro semestre está ligada a três fatores: I – A indústria chilena trabalhou durante vários meses com estoque abarrotado de mercadorias provenientes da baixa no consumo no período pré e pós eleitoral; II – Os partidos políticos da Unidade Popular demoraram para se organizar e implementar parte das medidas econômicas necessárias para surtir algum efeito já no período eleitoral das eleições de abril; e III – As classes médias e altas diante das incertezas de um governo socialista e do câmbio congelado preferiram a alta liquidez do papel moeda do que investir em uma economia com tantas adversidades, fazendo com que os efeitos negativos da

¹²⁸ O aumento do apoio eleitoral ao governo Allende pode ser analisado de duas formas. A análise mais positiva tende a reforçar que a Unidade Popular superou a oposição entre os votantes da eleição de abril: “Nas eleições municipais de abril de 1971, a UP conseguiu 49,8% dos votos. Este percentual, somado à votação obtida pela União Socialista Popular (USP), que não participava da UP, dava à esquerda um total de 50,86%. Isto significava uma ampliação da sua base política e um crescimento de 14% frente aos resultados da eleição presidencial”. In Aggio, Alberto. *Democracia e Socialismo – A experiência chilena*. São Paulo: Editora Unesp, 1993. pág. 117 e 118. Uma análise mais negativa contabiliza as abstenções para chegar a porcentagem de apoio da Unidade Popular no universo total de eleitores: “[Nas eleições de abril de 1971] A abstenção correspondeu a 25% do eleitorado, o que, se contabilizado, reduziria a vitória da UP para 38%, apenas ligeiramente superior à votação obtida por Allende na eleição para a presidência do Chile”. In Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 282.

¹²⁹ Podemos citar os seguintes dados para reforçar esse ponto: o índice de desemprego da Grande Santiago em março de 1971 era de 8,2%, contra os 8,3% de dezembro de 1970; a produção industrial cresceu apenas 2,2% no primeiro trimestre de 1971 em relação a dezembro de 1970. In Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980, pp. 110 e 111.

expansão da oferta de dinheiro não fossem sentidas na economia em um primeiro momento¹³⁰.

As questões citadas acima (balanço eleitoral e avanços significativos na economia sem desequilíbrios sensíveis) levaram a crer que a condução da política econômica adotada pelo governo estava correta, permitindo que avanços além do que a economia chilena suportava fossem realizados sem uma forte oposição dentro da Unidade Popular. Assim, a realidade distorcida criada pela própria dinâmica político-econômica iludiu a direção política que manteve por muito tempo uma política fortemente redistributiva e reativadora. Quando os primeiros sinais de desequilíbrio foram sentidos, durante o segundo semestre de 1971, já havia se passado muito tempo para uma alteração mais precisa e equilibrada da política econômica e o Chile já se encontrava em uma espiral de problemas de difícil solução.

Os desequilíbrios que surgiram na economia chilena possuem duas grandes razões: Uma delas foi resultado da política econômica de curto prazo e a outra da vigorosa política de estatizações (que além das questões econômicas criou um grave problema político com a oposição dentro do Parlamento).

Como exposto na primeira parte desse capítulo, a Unidade Popular forneceu aos trabalhadores do setor público aumento nas suas remunerações para compensar a inflação do ano anterior (34,9%). Entretanto, computando as diferentes faixas de reajustes do setor público e os aumentos no setor privado (que alcançaram 52%) chegamos a um aumento da renda pessoal em 49,8%. Ao descontarmos a inflação do ano de 1971, que foi de 20,1%, temos um aumento real de renda na casa dos 30%. Além dos aumentos salariais, encontramos aumentos nas pensões, nas bonificações, divisão de lucros entre outros benefícios conseguidos ao longo desse ano. No tocante aos salários públicos, não podemos deixar de lembrar que a forte política de estatizações somada a expansão dos serviços públicos ampliaram consideravelmente o número de funcionários públicos (seja da administração direta como das empresas da Área Social).

Consequentemente, a expansão da renda e o controle de preços exercido pelo governo fizeram com que houvesse um aumento significativo no consumo das classes

¹³⁰ Em setembro de 1971 a quantidade de dinheiro em circulação já era o dobro de 1970. No acumulado de dezembro de 1970 até dezembro de 1971 a quantidade de dinheiro total cresceu 113,6%. IBDEM, pp. 107 e 110.

populares ao longo de todo o ano, as chamadas *fiestas de consumo*¹³¹. Isso levou a redução dos estoques no primeiro semestre e ao fim da capacidade ociosa das indústrias no segundo semestre. Esse fenômeno fez com que o Chile chegasse aos últimos meses de 1971 com sinais claros de desabastecimento, pressão inflacionária contidas pela política de preços e mercado negro.

Outro ponto em que os elaboradores da política econômica da Unidade Popular se descuidaram e que acabou causando problemas no desenvolvimento futuro do governo foi a utilização quase total das reservas em dólares que o governo recebeu da administração anterior. Entre dezembro de 1970 e dezembro de 1971, as reservas cambiais caíram de US\$346,5 milhões para US\$44,8 milhões¹³². Esse gasto de mais de 300 milhões de dólares em um ano foi motivado pelo aumento do consumo de bens alimentícios, industriais, peças de reposição entre outros produtos¹³³. Não foi apenas o aumento da demanda devido ao aumento real do salário que gerou o consumo de produtos importados, mas também a política de câmbio fixo que fez com que produtos importados, como remédios, fossem adquiridos no Chile e contrabandeados para os países vizinhos.

A redução drástica das reservas em dólares trouxe problemas no médio e longo prazo à indústria de cobre chilena, pois com a vitória eleitoral de Allende e, principalmente, após o governo colocar em prática a ‘Doutrina Allende’ para o pagamento das indenizações das empresas cupríferas americanas, o governo Nixon atuou fortemente para que bancos dos Estados Unidos e organizações internacionais de crédito não fornecessem empréstimos ao Chile. Esse ponto é importante, pois a exploração de cobre dependia de máquinas e peças de reposição vindas dos Estados Unidos e o corte nos créditos forçou o Chile a utilizar milhões de dólares de suas reservas cambiais para comprar à vista no mercado americano.

¹³¹ Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 306.

¹³² Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980, p. 146.

¹³³ “entre 1970/1972, o preço por atacado nos mercados internacionais elevou-se muito: a carne em 40%, o açúcar em 97%, o trigo em 33%, o couro em 127%, etc.” In Altamirano, Carlos. *Dialética de uma Derrota. Chile 1970 -1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 161.

Tabela 13 - FOREIGN AID TO CHILE FROM U.S. GOVERNMENT AGENCIES AND INTERNATIONAL INSTITUTIONS - TOTAL OF LOANS AND GRANTS (in millions of dollars)¹³⁴

Fiscal Year	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Total U.S. economic aid	111,9	260,4	97,1	80,8	29,6	8,6	7,4	3,8	9,8
<i>U.S. AID</i>	93,2	15,5	57,9	35,4	18	1,5	1	0,8	5,3
<i>U.S. Food for Peace</i>	14,4	7,9	23	15	7,2	6,3	5,9	2,5	3,2
<i>U.S. Export-Import Bank</i>	0,1	234,6	14,2	28,7	3,3	0	1,6	3,1	98,1 ¹
Total U.S. Military aid	10,1	4,1	7,8	11,8	0,8	5,7	12,3	15	15,9
Total U.S. economic and military aid	122	264,5	104,9	91,8	30,4	14,3	21,3 ²	21,9 ²	123,8 ²
Total international organization³	72	93,8	19,4	49	76,4	15,4	8,2 ³	9,4	111,2
<i>IBRD (World Bank)</i>	2,7	60	0	11,6	19,3	0	0	0	13,5
<i>Inter-American Development Bank (IDB)</i>	62,2	31	16,5	31,9	45,6	120	2,1	5,2	97,3

¹ Includes Ex-Im: 57.0 and other: 41.1

² Total per chart plus Export-Import Bank

³ U.S. contributions to I.O.'s included above; therefore U.S. aid and international aid should not be added together

A pressão norte americana sobre assistências econômicas e empréstimos ao Chile foi claramente denunciada no Relatório da Comissão Church, onde os próprios parlamentares americanos afirmam

The policy of economic pressure – articulated in NSDW 93 of November 1970 – was to be implemented through several means. All new bilateral foreign assistance was to be stopped, although disbursements would

¹³⁴ Fonte: U.S. Overseas Loans and Grants, Obligations and Loan Authorizations. Prepared by Statistics and Reports Division, Office of Financial Management, Agency for International Development. Apud op. cit., p. 38.

continue under loans made previously. The U.S. would use its predominant position in international financial institutions to dry up the flow of new multilateral credit or other financial assistance. To the extent possible, financial assistance or guarantees to U.S. private investment in Chile would be ended, and U.S. businesses would be made aware of the government's concern and its restrictive policies.¹³⁵

Os pontos apresentados acima foram os grandes responsáveis pelo Chile ter acumulado um déficit fiscal gigantesco no ano de 1971. Os gastos correntes do fisco aumentaram em 72,5% enquanto as receitas correntes aumentaram apenas 29,1%. Os fatores que mais contribuíram para o aumento do gasto corrente foram os ordenados e salários, previdência social, e transferências ao setor público, que representaram 87,4% do aumento.

Os gastos correntes foram profundamente afetados pela rápida política de estatizações promovidas durante 1971. Além dos gastos para aquisição de empresas do setor privado, das compras de ações e das obrigações econômicas que o governo passou a assumir é importante ressaltar que com os aumentos salariais e com um forte controle sobre os preços dos produtos, as empresas da área social tiveram suas taxas de lucros diminuídas, sendo o governo obrigado a realizar diversas transferências financeiras para cobrir os prejuízos.

Além de gerar um aumento considerável dos gastos públicos, a política de estatização adotada no primeiro ano de governo superou as capacidades administrativas do Estado, gerando a necessidade dos partidos da Unidade Popular nomearem para cargos técnicos pessoas sem as devidas capacidades ou sem o devido comprometimento ideológico com o projeto político. Esse inchamento do Estado também gerou descontentamento em funcionários públicos que não pactuavam com os partidos da coligação e, por isso, eram preteridos em nomeações¹³⁶.

¹³⁵ U.S. SENATE – Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate, vol. 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Printing Office, 1976. Appendix A – 94th Congress, 1st Session – Covert Action in Chile – 1963-1974. Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. 94th Congress, 1st Session, U.S. Printing Office, December 18, 1975, p. 37.

¹³⁶ Diversos conflitos entre funcionários públicos, nomeados por ligações políticas e operários das empresas estatizadas são relatados ao longo da obra de Marcia Carolina de Oliveira Cury, *O protagonismo popular: experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973)*. Os diversos relatos apresentados pela autora mostram como as relações sociais e políticas dentro das empresas da área social eram ricas e conflituosas, onde a consciência de classe poderia ser incentivada ou freada dependendo das lideranças nomeados pelos partidos da coligação.

Tabela 14 - Operações do Fisco (Em milhares de milhões de Escudos)¹³⁷			
	1970	1971	Taxa de Crescimento (%)
Gastos correntes	15,3	26,4	72,5
<i>Ordenados e salários</i>	6	9	50
<i>Compra de bens</i>	1,1	1,5	36,4
<i>Previdência Social</i>	2,7	5,7	111,1
<i>Transferências setor público</i>	4,1	7,8	90,2
<i>Outros</i>	1,4	2,4	71,4
Rendas correntes	18,9	24,4	29,1
<i>Impostos diretos</i>	7,1	7,7	8,5
<i>Impostos Indiretos</i>	10,8	14,4	33,3
<i>Rendas não trib.</i>	1	1,3	30
<i>Outros</i>	-	1	-
Balanço em Conta Corrente	3,6	-2	-
Gastos de capital	6,1	8,9	45,9
Déficit total	-2,5	-11	-

Entre os fatores que auxiliaram na crise das contas públicas no final de 1971 encontramos a queda dos recursos advindos da exploração do cobre. Após a euforia da nacionalização da maior fonte de renda do Chile, o governo acabou encontrando uma realidade extremamente complexa e diversos problemas para administrar¹³⁸. Entre esses

¹³⁷ Fonte: FMI, março 1975, pp. 21-22, Quadro 9. Apud Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 106.

¹³⁸ Sergio Bitar apresenta um conjunto de problemas encontrados pelo governo na Grande Mineração de cobre. Problemas que vão desde questões salariais de técnicos à estudos e projeções malfeitas sobre a exploração do cobre são apresentados pelo autor. In Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1980. pag. 120. Para Alexander Sutulov os problemas na

problemas, o maior deles foi a queda no preço internacional do cobre, que passou de 64,2 centavos por libra, em 1970, para 48,2 centavos por libra de média anual para o ano de 1972, o nível mais baixo enfrentado pelo governo¹³⁹. Mesmo com um pequeno aumento na produção de cobre, a queda nos preços somados aos aumentos de custos fez com que os lucros contábeis da Grande Mineração baixassem de 373 de dólares, em 1970, para 108 milhões de dólares, em 1971.

Mesmo com todos os sinais de desequilíbrios fiscais e monetários surgidos na economia chilena no final de 1971, o entendimento da maioria dos planejadores econômicos da Unidade Popular era de que os avanços cada vez maiores nas políticas de reformas estruturais garantiriam as condições necessárias para controlar as questões monetárias e financeiras. A equipe econômica do governo dedicou muita atenção aos aspectos estruturais e de longo prazo, visando uma passagem rápida das principais empresas para a Área de Propriedade Social para que assim tivessem os controles administrativos necessários sobre a economia e aumentassem o apoio político e eleitoral de uma grande parcela de trabalhadores chilenos favorecidos pelos novos rumos da política.

Assim, durante todo o primeiro semestre de 1972 o governo manteve a mesma política econômica do ano anterior. Entretanto, os sinais de desajustes na economia proporcionaram a oposição deixar de lado uma posição defensiva e passassem para o ataque aberto. Assim, o governo passou a encontrar forte oposição no Parlamento, onde a Unidade Popular era minoria, e também nas ruas, onde a esquerda começou a perder o monopólio das manifestações políticas¹⁴⁰.

Grande Mineração foram causados por má administração e utilização política da exploração do cobre. In Sutulov, Alexander. *Antecedentes Historicos de la Produccion de Cobre em Chile*. pp. 51 e 52.

¹³⁹ Altamirano, Carlos. *Dialética de uma Derrota. Chile 1970 -1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 161.

¹⁴⁰ Sobre esse fato não podemos deixar de citar, como exemplo, a primeira grande manifestação de rua da oposição, a “Marcha de las Cacerolas Vacías”. As marchas aconteceram em meio a visita oficial de Fidel Castro ao Chile. A primeira marcha foi organizada no dia 26 de novembro e a segunda no dia 1 de dezembro. Ambas manifestações tiveram a participação maciça de mulheres das classes altas e média dos bairros ricos de Santiago. Elas batiam em panelas vazias como forma de protesto ao desabastecimento e contra o governo. A segunda marcha contou com mais de 80 mil mulheres.

2.2 Conflitos políticos dentro do Parlamento

A vitória da Unidade Popular na eleição presidencial, em setembro de 1970, foi possível devido a divisão tripartite no cenário político chileno. A oposição se dividiu em dois grupos: de um lado os Democratas Cristãos que defendiam o legado da administração Frei e representavam uma posição mais de centro no espectro político, e de outro lado o Partido Nacional que representava os grupos de direita e os setores mais conservadores da sociedade chilena. Foi essa divisão que permitiu que os partidos de esquerda ficassem em primeiro lugar nas eleições mesmo obtendo cerca de 36% dos votos.

Em nenhum momento, desde o processo eleitoral de 1970 até o golpe militar de 11 de setembro de 1973, a oposição poupou a Unidade Popular e os partidários da esquerda chilena. A diferença entre a forma de atuação da oposição, mais defensiva até o final do segundo semestre de 1971 e mais ofensiva após esse período, foi devido ao desenvolvimento de fatores políticos e econômicos.

Politicamente, é observável que a divisão tripartite se mantém durante todo o primeiro semestre de 1971. Nesse período encontramos a Democracia Cristã dividida internamente em dois grupos. O primeiro, mais progressista e ligado ao candidato derrotado nas eleições presidenciais, Radomiro Tomic, e um segundo grupo, conservador e ligado a figuras como o ex-presidente Eduardo Frei. Essa divisão no seio da Democracia Cristã deu força ao avanço da Unidade Popular e manteve a oposição desunida, inviabilizando o desejo do Partido Nacional de criar dificuldades e sabotar o governo Allende desde o primeiro momento para, assim, ocasionar a sua queda. É apenas com os desajustes econômicos de um lado e o isolamento e enfraquecimento da ala progressista da Democracia Cristã de outro, que a oposição passa a agir unida, inclusive nas disputas eleitorais, para bloquear as ações governamentais no Parlamento e em outras esferas do Estado¹⁴¹.

¹⁴¹ Sobre as posições da Democracia Cristã em relação ao governo Allende, dois pontos de vista são difundidos por aqueles que participaram das disputas políticas desse momento. Um deles, defendida por setores menos radicais, era que durante um certo tempo as forças políticas mais progressistas da Democracia Cristã poderiam garantir um acordo político que consolidasse as bases para o avanço das propostas da Unidade Popular. O outro ponto de vista, defendido por grupos mais radicais, acreditavam que durante todo o processo revolucionário a Democracia Cristã se manteve contrária a qualquer acordo com o governo e que quando sentou para discutir possíveis acordos, eles fizeram com o intuito de colar a imagem de intransigentes aos membros e partidos do governo. Esses pontos de vistas podem ser encontrados nas obras de Carlos Altamirano, Sergio Bitar, Joan Garcés, Gonzalo Martner, entre outros.

Dentro do Parlamento, a grande disputa entre governo e oposição se deu em torno da discussão da constituição da Área de Propriedade Social e o consequente aumento da participação do Estado na economia em detrimento da burguesia chilena, que perderia seu prestígio econômico e político. Por esse tema ser central tanto para as pretensões do governo de mudar as estruturas econômicas para a construção do socialismo, como para a burguesia chilena, que almejava manter as bases da propriedade privada, as discussões e manobras parlamentares foram intensas ao ponto da questão não ter sido resolvida durante todo o mandato da Unidade Popular.

Tabela 15 - O Parlamento em outubro de 1970¹⁴²		
Partido	Cadeiras	
	Câmara	Senado
Socialista	15	6
Comunista	21	5
Radical	20	7
Ação Popular Independente		1
União Socialista Popular		1
Social Democrata		1
MAPU	1	2
Total Unidade Popular	57	23
Democrata-cristão	55	20
Nacional	34	5
Democracia Radical	4	2
Total não-Unidade Popular	93	27

O debate em torno da criação da Área de Propriedade Social começou após o governo adquirir dezenas de empresas, tanto através de compra como por requisição. Em um primeiro momento, a oposição se movimentou no sentido de exigir do governo uma lista de empresas que seriam estatizadas. Como a lista não foi divulgada, a oposição passou a atacar o governo com o discurso de que a estatização das grandes empresas seria apenas o estopim para a estatização de toda a economia, tanto de empresas médias como pequenas. Somado a isso, a posição também formulou vários questionamentos sobre a legalidade das ações do Executivo, por elas não terem sido colocadas em prática a partir da aprovação do Parlamento.

¹⁴² Fonte: Garcés, Joan. Allende e as Armas da Política. São Paulo, Scritta Editorial, 1993, p. 63.

É importante ressaltarmos que a divulgação ou não de uma lista de empresas que o governo desejava incorporar a Área de Propriedade Social e/ou a elaboração de um projeto de lei para regulamentar a questão fez parte de um intenso debate dentro da Unidade Popular. Para um dos setores (os que foram derrotados internamente) a elaboração de um projeto de lei e/ou a divulgação de uma lista de empresas a serem estatizadas assinalaria para os pequenos e médios empresários que o governo não estava interessado em suas propriedades e sim nas grandes empresas monopólicas, assim como demonstraria para a Democracia Cristã¹⁴³, em um momento em que eles ainda não estavam aliados ao Partido Nacional, de que a Unidade Popular manteria os avanços da Área Social dentro dos limites da institucionalidade. Para o setor vencedor dentro da Unidade Popular, a divulgação de uma lista acarretaria problemas políticos e econômicos. Político devido ao fato de que os trabalhadores que estivessem em empresas não contempladas no plano de estatização poderiam diminuir sua adesão ao governo. Econômico, pois os donos das empresas que estivessem na lista para serem estatizadas deixariam de investir na expansão e na manutenção das empresas, visto que elas seriam estatizadas.

Diante da recusa do governo de enviar um projeto ao Parlamento, em julho de 1971, a Democracia Cristã enviou um projeto de Reforma Constitucional para criar e regulamentar as Áreas de Propriedade Social, Mista e Privada. O cerne deste projeto pode ser resumido em dois pontos: 1 – necessidade de aprovação pelo Parlamento de lei específica para cada empresa que fosse ser incluída da Área Social ou Mista pelo Governo; e 2 – A administração das empresas estatizadas seria feita pelos seus trabalhadores e não pelo governo¹⁴⁴.

Apenas em outubro de 1971 que a Unidade Popular conseguiu elaborar e enviar ao Parlamento um projeto de lei sobre a Área de Propriedade Social com uma especificação clara das empresas que poderiam ser estatizadas. O critério usado pelo governo foi de incluir no rol de empresas a serem estatizadas aquelas que apresentassem capital mais reservas que ultrapassassem 14 milhões de Escudos, em 1969. A partir desse critério, o Executivo ampliou o seu leque de empresas a serem estatizadas a um número de 254. Essa

¹⁴³ “[A Democracia Cristã] não questionou os objetivos contidos no programa da UP. Quando conscientizou-se dos avanços do governo, reagiu desfavoravelmente, opondo-se ao procedimento empregado e não ao fim perseguido.” In Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 135.

¹⁴⁴ Para outros aspectos do Projeto de Reforma Constitucional enviado pela Democracia Cristã ver Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 135.

quantidade era muito maior do que a capacidade que o governo teria para administrar, mas foi uma forma de não descontentar parte de seu eleitorado e indicar para os pequenos e médios empresários que o foco da política estatista era as grandes empresas. Além disso, a Unidade Popular partiu da ideia de que apresentar um número elevado de empresas em um primeiro momento permitiria fazer um processo de seleção mais detalhado no futuro e escolher apenas as empresas que realmente fossem interessantes ao projeto governamental.

Em novembro do mesmo ano, o Executivo enviou ao Parlamento uma lista mais restrita com 90 empresas que passariam para a Área de Propriedade Social, para evitar, assim, a manutenção da ideia defendida pela Democracia Cristã de apresentação de uma lei para cada empresa a ser estatizada. Entretanto, mesmo com discussões e recuos de ambos os lados, o projeto de Reforma Constitucional ficou pendente no Parlamento, sem um acordo entre as partes. Essa questão voltou a ser debatida ao longo de todo o ano de 1972 e 1973, sem que um acordo fosse selado.

Tabela 16 - Resumo das 90 empresas destinadas a Área Social^{*145}					
Setor	número de empresas	% do capital total do setor **	% da produção total do setor	% do emprego total do setor	% da participação dos 10 acionistas principais do setor
Indústria	74	42,4	14,6	9,9	59,7
Comércio	6	15,5	8,6	1,1	52,5
Transporte e Comunicação	6	75,7	***	***	81,8
Eletricidade, Gás e Água	4	8	***	***	26,4
* Segundo o programa previsto em setembro de 1971					
** Dados de 1969					
*** Sem dados confiáveis					

Além dos debates em torno da criação da Área de Propriedade Social, outra arma utilizada pela oposição para fragilizar o governo foram as denúncias constitucionais contra ministros. O caso mais emblemático, que marca o início de uma postura mais agressiva da Democracia Cristã contra o governo foi o processo parlamentar movido contra o Ministro

¹⁴⁵ Fonte: Odeplan, In Fonte: Garcés, Joan. Allende e as Armas da Política. São Paulo, Scritta Editorial, 1993, p. 191.

do Interior, José Tohá, em dezembro de 1971. Em 6 de janeiro do ano seguinte, a Câmara dos deputados aceitou a denúncia por 81 votos contra 59. No Senado a votação foi de 26 votos a zero, devido ao abandono da votação pela esquerda.

Para Joan Garcés, os ataques parlamentares organizados pela oposição tinham o intuito de retirar as prerrogativas legais que o Presidente da República herdou de seus antecessores. Para ele, o intuito da oposição era dar uma característica parlamentarista para o Chile, enfraquecendo o Poder Executivo e dando mais destaque ao Poder Legislativo, onde a Unidade Popular era minoria¹⁴⁶.

Do final de 1971 até a queda do governo, a Unidade Popular pouco avançou com suas propostas dentro de Parlamento e passou grande parte de seu tempo se defendendo dos ataques da oposição. A partir de janeiro de 1972, a Democracia Cristã e o Partido Nacional fortalecem seus laços políticos realizando seguidas alianças eleitorais e cada vez mais impondo derrotas ao governo popular.

2.3 Medidas econômicas adotadas pelo governo

Como dito anteriormente, a conjuntura favorável no cenário político e econômico do ano de 1971 (vitória eleitoral em abril, nacionalização do cobre em julho, avanços na estatização de bancos e indústrias, avanço da reforma agrária e forte reativação da economia) impediram críticas e modificações na condução da política econômica adotada pelo governo logo que surgiram os primeiros sinais de esgotamento da proposta. Desta forma, somente a partir de junho de 1972 que algumas mudanças foram colocadas em prática.

Diferentemente do que a Unidade Popular encontrou no início de 1971, o cenário econômico de 1972 não apresentava nenhuma das condições positivas para avanços consistentes. O aumento salarial de 1971 somado ao forte controle dos preços cumpriu com o intuito de reaquecer a economia, mas, ao mesmo, tempo zerou os estoques das empresas, acabou com a capacidade ociosa e fez com que a falta de produtos aparecesse em diversos setores. Desta forma, um aumento da oferta de produtos só aconteceria com o aumento da

¹⁴⁶ Garcés, Joan. *Allende e as Armas da Política*. São Paulo, Scritta Editorial, 1993.

produtividade das empresas, tema amplamente explorado pelo governo como “a batalha da produção”.

As sucessivas derrotas dentro do Parlamento, como na aprovação do orçamento para o ano de 1972, e o avanço das críticas aos desajustes na economia fizeram com que o núcleo central da Unidade Popular se reunisse para discutir a condução do processo revolucionário. A primeira grande reunião foi chamada de Reunião de El Arrayán e aconteceu em fevereiro de 1972.

Como em discussões anteriores, o que marcou a Reunião de El Arrayán foi a disputa teórica entre os partidários que eram favoráveis a uma moderação do processo revolucionário e ao aumento dos controles financeiros para conter o desequilíbrio econômico contra os partidários de um avanço cada vez mais rápidos na estatização de empresas para a aquisição de controles administrativos mais efetivos.

Como em todo o governo Allende, a adoção ou não de políticas econômicas foi ditado pelo cenário eleitoral do momento. Assim, a urgência em resolver os problemas econômicos que começavam a afligir a população chilena continuaram condicionadas aos seus impactos nas eleições que se aproximavam. No caso específico de El Arrayán, foi determinante a adoção de medidas que não impactassem nas eleições que aconteceriam ainda no primeiro semestre de 1972, como as eleições parlamentares complementares, as eleições na CUT e a eleição na Universidade do Chile.

O resultado da Reunião de El Arrayán foi pouco efetivo em termos práticos, pois suas resoluções representaram um emaranhado entre as propostas das duas correntes que disputavam a orientação do processo revolucionário. Desta forma, nem reajustes financeiros e nem controle administrativos foram colocados em prática em sua plenitude causando, de fato, a continuidade da política econômica que já estava em prática desde o ano anterior, com um apelo maior a inclusão dos trabalhadores nos processos decisórios e predomínio de controles administrativos em detrimento de controle financeiros¹⁴⁷.

¹⁴⁷ “Los objetivos principales para 1972: profundizar el proceso con la incorporación real y masiva de los trabajadores a todos los niveles de decisión, completar lo esencial del área de propiedad social, afianzar el mejoramiento en las condiciones de vida de los trabajadores, sentar bases más firmes para el desarrollo futuro[...]. Todo ello justifica la decisión que ahora se reitera de avanzar rapidamente a fin de completar, en los próximos meses, los cambios insitucionales comprometidos en el Programa. Em la agricultura, ele significa realizar la expropiación de todos los prédios mayores de ochenta hectares de Riego básicas del modo más rápido posible. [...] Em el caso del sector industrial reiteramos la decisión de que se incorporen al área social o mixta las empresas cuya lista fue dada a conocer publicamente por el Presidente de la República, sobre la base de una movilización efectiva de sus trabajadores. El objetivo de afianzar el mejoramiento en las condiciones de vida de los trabajadores, se expresa concretamente em diversos planos.

Tabela 17 - As eleições Nacionais da CUT, 1972¹⁴⁸		
	Votos	Porcentagem
Trabalhadores Manuais		
Comunistas	113.000	38
Socialistas	95.900	32
Democratas cristãos	47.400	16
Membros do MAPU	22.000	7
Membros do FTR*	5.800	1
Radicais	5.600	1
Total	291.400**	
Trabalhadores colarinhos-brancos		
Democratas cristãos	61.000	41
Comunistas	33.000	22
Socialistas	29.000	19
Radicais	11.000	7
Total	146.000***	
* Grupo do MIR		
** Inclui os votos dados a outros pequenos e os votos nulos		
*** Inclui os votos de partidos pequenos e os votos nulos.		

Entre o encerramento da Reunião de El Arrayán, em fevereiro de 1972, e a próxima grande reunião econômica do governo, o ‘Conclave de Lo Curro’, em junho de 1972, os problemas que começaram a surgir do segundo semestre de 1971 só se agravaram. A classe trabalhadora, que já sentia os efeitos da inflação, desabastecimento e mercado negro ampliaram suas reivindicações por aumento de salários. Para Sergio Bitar, a política fortemente redistributiva adotada pelo governo no início do mandato gerou mais expectativas na classe trabalhadora, elevando os pedidos de aumento salarial e das bonificações pagas a parte. Muitos desses pedidos de aumento que superavam as taxas definidas pelo governo eram fruto da atuação da Democracia Cristã dentro dos sindicatos, como forma de enfraquecer a Unidade Popular e de colocá-la como antagônica aos interesses dos trabalhadores. Esses dois fatores somados a conjuntura eleitoral apresentada acima fizeram com que o governo cedesse as solicitações de aumento salariais,

Está, em primer lugar, la política de remuneraciones, cuyos términos esenciales quedaron definidos en el Acta CUT-Gobierno. Respecto de ella, cabe señalar que suponen una nueva redistribución del ingreso en favor de los trabajadores.” Declaración del Comité Nacional de la Unidad Popular, Conclave de El Arrayán, 9 de fevereiro de 1972.

¹⁴⁸ Fonte: Números oficiais da CUT. Números ligeiramente diferente aparecem em outros estudos. Contudo, como a contagem dos votos durou umas seis semanas e foi discutida, não é estranho que existam semelhantes discrepâncias. In História da América Latina, volume IX, p. 898.

prejudicando ainda mais as contas governamentais, as contas das empresas da área social e ajudando no aumento da inflação¹⁴⁹.

O déficit na balança comercial continuou subindo devido ao aumento das importações, financiadas com as poucas reservas em dólares que o governo ainda tinha, e a diminuição das exportações. A política de bloqueio econômico americano continuava a todo vapor, com diversos bancos e instituições financeiras cortando totalmente ou parcialmente os créditos ao Chile. A ideia fortemente aceita entre os partidários da Unidade Popular de que os cortes de créditos por parte dos Estados Unidos seriam substituídos a altura pelos países do bloco socialista veio por terra. Apesar de empréstimos importantes conseguidos com o bloco no ano de 1972, os valores totais não fizeram frente a necessidade chilena¹⁵⁰.

A construção da Área de Propriedade Social continuou se expandindo e os problemas políticos e econômicos também aumentaram. A reforma agrária continuou em ritmo acelerado, mas o governo começou a enfrentar várias dificuldades, entre elas, a resistência dos camponeses à ideia disseminada pela oposição de que o governo criaria propriedades estatais em vez de pequenas propriedades privadas, as derrotas em tribunais locais movidas por processos abertos por proprietários contrários à reforma agrária, confrontos com movimentos de extrema-esquerda, como o MIR, que invadiam propriedades não contempladas pela lei, e até mesmo de falta de organização e incentivos as novas propriedades surgidas a partir da rápida implantação da reforma agrária, demonstrando os limites técnicos e operacionais por parte do governo diante de um processo tão intenso como estava sendo as mudanças no campo.

No setor industrial, o governo manteve sua política de requisições de empresas, mas, ao mesmo tempo, tentou construir um acordo político com a Democracia Cristã para viabilizar um projeto de lei que contentasse tanto os setores da Unidade Popular quanto parte da oposição, visto que o Partido Nacional era contrário a qualquer alternativa que colocasse em discussão o caráter da propriedade privada no Chile, pois eles defendiam a ideia de que os desajustes econômicos eram frutos da construção da área social. Entretanto,

¹⁴⁹ *À renovada expansão monetária somava-se, agora, um novo fenômeno: a mudança na preferência por liquidez, derivada de uma maior expectativa inflacionária. Acelerou-se a velocidade de circulação monetária, provocando maiores pressões de demanda.* In Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980, p. 155.

¹⁵⁰ *“A URSS concedeu um crédito de 102 milhões de dólares e a China 52 milhões. Acrescentando a estes os créditos proporcionados por países da Europa Oriental, o Chile obteve, em 1972, um volume total de 226,3 milhões de dólares”* IBIDEM, p. 156.

essa via dupla adotada pelo governo após a Reunião de El Arrayán em relação ao setor industrial não surtiu efeito por dois motivos: primeiramente, os acordos parlamentares com a Democracia Cristã não se concretizaram, levando a aprovação de uma Reforma Constitucional prejudicial aos interesses da Unidade Popular; segundo, as requisições de empresas passaram a ser mais difíceis devido ao aumento da resistência em setores do Poder Judiciário e da Controladoria General de la Republica aos decretos de requisição do governo.

Com o fracasso das propostas elaboradas na Reunião de El Arrayán, a Unidade Popular se reuniu novamente, agora no ‘Conclave de Lo Curro’, em junho de 1972. O embate entre as lideranças do governo não diferiu muito das oportunidades anteriores. De um lado encontramos o grupo que defendia a consolidação das conquistas realizadas até o momento através de um acordo com a Democracia Cristã, do qual surgiu o slogan *‘consolidar para avanzar’*. De outro lado, temos o grupo mais radical que não enxergava possibilidade de qualquer tipo de acordo com a Democracia Cristã e por isso defendiam que era necessário o governo avançar nas estatizações e reforçar seu papel de liderança da classe operária, ou seja, *‘avanzar sin transar’*.

A diferença do ‘Conclave de Lo Curro’ para as reuniões anteriores consistiu no predomínio das posições mais conciliadoras da ala ligada ao presidente Salvador Allende e ao Partido Comunista. Assim, Pedro Vuskovic, que se encontrava no cargo desde o início do mandato, acabou sendo substituído por Carlos Matus, no Ministério da Economia, e Orlando Millas que assumiu o Ministério da Fazenda.

A nova política econômica tinha o propósito de diminuir o desequilíbrio entre oferta e demanda. Para isso se concretizar o governo colocaria em prática uma nova política de preços, que apresentaria faixas de aumento distintas dependendo do produto ou do produtor, além de prioridades na autorização dos reajustes para alguns setores: primeiramente, o governo iria aumentar com uma taxa mais elevada os produtos supérfluos e os produtos das empresas da área social, para balancear as contas do governo e das empresas públicas; e depois aumentaria com uma taxa menor os produtos das empresas privadas e os produtos de consumo básico das famílias mais pobres. Para um aumento da produção de alimento, o governo atuaria como comprador dos gêneros produzidos no campo para garantir mercado ao produtor e evitar o aumento do mercado negro de produtos agrícolas. Na política cambial o governo colocaria em prática uma forte desvalorização do peso.

Apesar dos esforços governamentais em tentar mudar os rumos da economia chilena, uma grande agitação política explodiu no Chile em outubro de 1972, frustrando qualquer possibilidade de efetividade das medidas adotadas. Nesse mês, uma greve geral de caminhoneiros¹⁵¹, que foi seguida por diversas outras classes profissionais, paralisou o Chile e impediu que as medidas implementadas entre agosto e setembro pudessem ser concretizadas. Entretanto, algumas considerações podem ser feitas acerca da tentativa de tirar as resoluções do ‘Conclave de Lo Curro’ do papel.

Primeiramente, o governo atrasou a implantação das medidas devido a uma eleição parlamentar complementar que aconteceria em julho e, desta forma, as mudanças começaram apenas em agosto, evidenciando, novamente, o peso do cenário eleitoral nas políticas da Unidade Popular. O segundo ponto, é que a primeira mudança posta em prática foi a desvalorização do Escudo Chileno em 85%. Essa grande desvalorização da moeda foi sentida pelos empresários do setor privado como uma sinalização de que o governo iria autorizar reajustes nos preços dos produtos. Instintivamente, os proprietários retiraram os produtos de venda e aumentaram os estoques na expectativa da autorização dos aumentos de preços. Por esse motivo, o desabastecimento e as filas aumentaram por todos os lados e o governo foi obrigado a autorizar o aumento para as empresas privadas antes de autorizar o aumento das empresas do setor social para, assim, tentar acabar com o desabastecimento forçado.

As novas ondas de aumento de preços¹⁵² fizeram com que o rendimento dos trabalhadores diminuísse, aumentando a pressão por reajustes de salários e os ataques da oposição. É nesse cenário de pressão política de opositores e aliados que o governo concedeu um aumento de 99,8% nos salários causando, naturalmente, um déficit maior nas empresas da área social que ainda não haviam recebido autorização para reajustar os seus preços.

Com o desenrolar da crise entre governo, oposição e trabalhadores não alinhados com a Unidade Popular, estourou, no início de outubro, a greve dos caminhoneiros que durou até o início de novembro. Entretanto, a raiz para a greve dos caminhoneiros começou quando a Confederação Nacional de Lojistas, composta por cerca de 125 mil comerciantes,

¹⁵¹ Trataremos mais detalhadamente da greve geral de outubro de 1972 no próximo capítulo.

¹⁵² Entre janeiro e junho de 1972 o índice de preços ao consumidor tinha crescido em 27,5%. Após a aplicação dos reajustes de preços com a nova política econômica esse índice passou para 99,8% no período de janeiro a setembro.

decretou greve contra o governo, em 21 de agosto de 1972. Essa ação representou a primeira greve nacional de pequenos empresários desde o início do governo Allende. Após o início da greve, conflitos de rua entre partidários do governo e grupos contrários foram uma constante no final do mês de agosto e durante todo o mês de setembro e deixaram pessoas mortas¹⁵³.

Ainda em setembro, os setores empresariais envolvidos com o transporte (caminhões, taxi e ônibus) criaram um Comando Único dos Transportes para fortalecer suas reivindicações de melhores condições de trabalho, melhorias nas tarifas de frete, abastecimento de peças de reposição e acesso a veículos mais novos. O estopim para a greve dos caminhoneiros foi uma paralisação local de caminhoneiros que ocorreu na província de Aysén, no extremo sul do Chile. Devido a carência de transportes na província, a Companhia de Desenvolvimento Chileno resolveu destinar fundos para a criação de uma empresa estatal de transportes. Com isso, os caminhoneiros da região decretaram greve, em 1 de outubro de 1972.

No dia 9 de outubro, a Confederação Nacional dos Proprietários de Caminhão¹⁵⁴ decretou greve nacional, retirando seus caminhões de serviço, bloqueando estradas e impedindo que outros setores da economia continuassem funcionando. O intuito do movimento grevista era paralisar a economia do país e conseguir a queda do governo. Aos dias que se seguiram, os caminhoneiros receberam o apoio organizado de várias categorias profissionais, como comerciantes, advogados, engenheiros, bancários, farmacêuticos, estudantes, médicos, dentistas, entre outros. Além, é claro, do apoio de diversos grêmios empresariais, como a Federação dos Motoristas de Taxi, Confederação do Comércio, Confederação Nacional das Pequenas Indústrias e Artesanatos.

O desenvolvimento da greve demonstrou para o governo o quanto a oposição e os grandes proprietários haviam se organizado e superado o estado de isolamento do primeiro ano do governo da Unidade Popular através de uma efetiva campanha de cooptação dos setores médios da sociedade. Essa unidade entre os diversos setores oposicionistas se fortalece mais ainda com a criação, em 20 de outubro de 1972, do Comando Nacional de Defesa Gremial que agrupou todas as confederações de grandes e pequenos empresários e

¹⁵³ Davis, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p. 132.

¹⁵⁴ A Confederação Nacional de Proprietários de Caminhão era presidida por León Vilarín e representava cerca de 30 mil proprietários, que juntos tinham cerca de 45 mil caminhões.

a maioria dos colégios profissionais¹⁵⁵. O Comando Nacional passou a pressionar o governo com petições de cunho econômico e político, indicando claramente seu antagonismo a condução do país pela Unidade Popular.

Concomitante ao desenvolvimento da greve, a oposição ao governo agia em mais duas frentes. Na primeira, a Kennecott, uma das empresas cupríferas americanas que foram expropriadas pelo governo da Unidade Popular, acionou tribunais europeus para tentar embargar o cobre chileno. Na segunda frente, os partidos de oposição apresentaram denúncias contra 4 ministros de Allende visando o enfraquecimento governamental.

A pressão exercida no ambiente político causou a renúncia do gabinete presidencial, em 1 de novembro, e a nomeação de um gabinete civil-militar¹⁵⁶, no dia 3 de novembro. A aceitação por parte dos militares de compor o gabinete de Allende mostrou para os grevistas que, por mais fragilizado que o governo se encontrava, o setor constitucionalista das Forças Armadas ainda estava na retaguarda e dando suporte legal para a manutenção da institucionalidade vigente. Desta forma, após 26 dias, os caminhoneiros aceitam os termos no governo e encerram a greve¹⁵⁷.

Com a necessidade de resolver o maior problema que havia surgido desde o início do mandato, o governo acabou não tendo condições de realizar os reajustes nos preços das empresas da área social, apesar de ter dado os aumentos de salários aos trabalhadores, duplicando assim os gastos com funcionários. A somatória dos prejuízos causados pela greve de outubro de 1972 e pelos ajustes dados pelo governo a partir das novas diretrizes econômicas elaboradas no “Conclave de Lo Curro” levaram o Chile a uma crise sem precedentes até aquele momento.

¹⁵⁵ Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980, p. 182.

¹⁵⁶ A participação de militares no gabinete ministerial do presidente Allende foi tema de discórdia entre partidários do governo e entre os próprios trabalhadores. Parte deles não confiavam nas Forças Armadas e acreditavam que a participação deles no governo iria frear o desenvolvimento das lutas populares. Outro setor acreditava que a força dos militares constitucionalistas poderia ajudar na consolidação dos avanços conseguidos pelo governo e pela classe trabalhadora.

¹⁵⁷ Não podemos deixar de lembrar que durante os meses de setembro e outubro, o governo americano destinou milhares de dólares para organizações privadas no Chile, como forma de manter as suas atividades contra o governo. Apesar do relatório da Comissão Church afirmar que essas quantias não foram usadas para ações voltadas a greve de outubro e sim para organização de ações para a eleição de março de 1973, ou seja, quase 6 meses antes do pleito, o fato é que foram repassados 124 mil dólares ilegalmente para grupos contrários ao governo. Sergio Bitar afirma que *Entre os grupos grevistas, percebeu-se a presença clandestina de ativistas pertencentes a sua Central de Inteligência. Nessa ocasião, alguns motoristas de caminhão em greve informaram o Governo de que estavam recebendo financiamento externo para manter-se paralisados*. In Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980, p. 185.

O final do ano de 1972 e o ano de 1973 foi marcado pela desarticulação da ‘via chilena’ para o Socialismo. A crise econômica alcançou níveis alarmantes de desequilíbrios e radicalizou a luta de classes na sociedade chilena, com o governo perdendo a capacidade tanto de negociar com a oposição como liderar os trabalhadores. Enquanto a oposição usava de todas as suas forças para derrubar o governo, a classe trabalhadora tentava manter o ‘seu governo’ de pé.

CAPÍTULO III – A derrocada do governo Allende e a ação da classe trabalhadora na luta de classes

1 – A atuação da oposição chilena e dos Estados Unidos para derrubar o Governo Allende

1.1 – Os Estados Unidos, o Chile e a Comissão Church

O final dos anos 60 e o início dos anos 70 foram extremamente agitados para a política norte-americana. As mudanças culturais na década de 60, a gravíssima crise econômica produzida pelo vertiginoso aumento de 400% do preço do petróleo entre 1973 e 1974¹⁵⁸ e a desilusão criada por quase 60 mil baixas e mais de 300 mil soldados americanos feridos em uma guerra que não representava os anseios de parte da população americana, produziram fortes reações públicas de diversos setores da sociedade contra o governo¹⁵⁹.

A desconfiança do americano em relação aos seus governantes se tornou realmente conturbada com a revelação do caso *Watergate*. Segundo Carlos Altamirano:

Pela primeira vez, o homem americano percebe claramente que a sociedade estável, democrática e puritana na qual acreditava viver mostrava sinais evidentes de corrupção, pelo menos em sua cúpula. Para o povo americano, o presidente da nação era um personagem superior, respeitável, incorruptível e colocado acima da comunidade, enquanto expressão de seus valores. O escândalo Watergate lançou por terra esta imagem. O chefe do país aparecia envolvido na utilização de métodos vergonhosos, enquanto a disputa

¹⁵⁸ Entre 17 de outubro de 1973 e 18 de março de 1974, o preço do petróleo subiu 400%. In, Sarkis, Nicolas. (1º de maio de 2006). Cronologia da OPEP. Tradução: Leonardo Abreu. Le Monde Diplomatique Brasil. Visitado em 04 de junho de 2015.

¹⁵⁹ “A Guerra do Vietnã desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisadas de motins e manifestações contra a guerra; destruiu um presidente americano; levou a uma derrota e retirada universalmente previstas após dez anos (1965-1975)”. In Hobsbawm, Eric J. *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 241.

*política da maior democracia do mundo digladiava-se no mais puro estilo das gangs mafiosas.*¹⁶⁰

Esse grande caso de corrupção e espionagem surgiu após o jornal *Washington Post* publicar, em 18 de junho de 1972, uma matéria sobre o assalto ao Comitê do Partido Democrata, no Complexo Watergate, em que pessoas foram detidas tentando fotografar documentos e instalar aparelhos de espionagem. Após profundas investigações e o apoio de um informante secreto, conhecido como Garganta Profunda¹⁶¹, os repórteres Bob Woodward¹⁶² e Carl Bernstein¹⁶³ descobriram que o presidente Richard Nixon tinha conhecimento dos atos de espionagem contra os democratas. Com as investigações oficiais e a comprovação do envolvimento do presidente nas ilegalidades, não restou nada a ser feito por Nixon senão renunciar à presidência, sendo então substituído por seu vice, Gerald Ford¹⁶⁴.

O descontentamento da sociedade americana com seus políticos, somado as revelações surgidas durante as investigações do caso *Watergate* sobre espionagem e atividades ilegais ligadas à Inteligência americana levaram o Senado Americano a criar, em 27 de janeiro de 1975, uma comissão especial para investigar as suspeitas que estavam recaindo sobre os ombros da CIA, das relações exteriores do governo americano e do próprio núcleo forte do executivo nacional. Esta comissão, a '*Senate Select Committee to Study Governmental Operations With Respect To Intelligence Activities*', ficou conhecida como '*Church Committee*' (Comissão Church), pois foi presidida pelo senador democrata Frank Church, de Idaho.

Seu trabalho consistiu na investigação de possíveis ações ilegais da *Central Intelligence Agency* (CIA), da *National Security Agency* (NSA) e do *Federal Bureau of Investigation* (FBI). Entre as ações que foram investigadas estão o uso de espionagem para interceptação, leitura e registro de cartas de civis americanos, posse ilegal de agentes biológicos tóxicos, investigação de 'dissidentes' políticos internos, ações encobertas (*covert actions*) para desestabilização de governos estrangeiros, planejamento e

¹⁶⁰ Altamirano, Carlos. *Dialética de uma Derrota. Chile 1970 -1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 131.

¹⁶¹ Em julho de 2005 a identidade do Garganta Profunda foi revelada. Ele era William Mark Felt, vice-presidente do FBI na época do escândalo.

¹⁶² Robert Upshur Woodward (Geneva, Illinois, 26 de março de 1943) é um jornalista investigativo americano e editor assistencial do *Washington Post*.

¹⁶³ Carl Bernstein (Washington, D.C., 14 de fevereiro de 1944) é um jornalista investigativo e autor americano.

¹⁶⁴ Nixon renunciou à presidência dos Estados Unidos em 9 de agosto de 1974.

participação no assassinato de líderes políticos internacionais, como Patrice Lumumba (Congo), Rafael Trujillo (República Dominicana), os irmãos Diem (Vietnã) e o General René Schneider (Chile), além do planejamento, sem sucesso, da tentativa de assassinar Fidel Castro.

Entre 1975 e 1976, a Comissão Church publicou seus relatórios que se tornaram “os documentos mais detalhados e reveladores da intervenção americana no Chile e em outras partes do Terceiro Mundo”¹⁶⁵.

O sétimo volume desse extenso relatório é intitulado como *Covert Action* (Ações Encobertas) e trata especificamente das ações encobertas¹⁶⁶ norte-americanas no Chile, entre 1963 e 1973. Mais especificamente, dentro desse sétimo volume, o destaque é para o Apêndice A – ‘*Covert Action in Chile – 1963 – 1973*’¹⁶⁷.

Os temas abordados com maior frequência no relatório são as relações dos Estados Unidos com os meios de comunicação do Chile, com instituições e grupos civis, com os setores empresariais chilenos ou com interesses no Chile; o financiamento e a interferência americana nos partidos de centro e de direita; a relação da CIA com militares chilenos; a interferência maciça dos Estados Unidos nas eleições presidenciais de 1964 e 1970, além das eleições regionais e para o Congresso; e pressão econômica americana em instituições estrangeiras, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para dificultar ou mesmo impossibilitar empréstimos ao Chile¹⁶⁸. Todas essas ações e relações tiveram o intuito de impedir a chegada da esquerda ao poder e, depois do fracasso desse intento, a pressão americana se voltou para a desestabilização do governo da Unidade Popular.

A expansão tanto das ações encobertas como das ações diretas dos americanos no Chile fez parte de uma complexa rede de interesses dentro de nosso continente e refletiram a reação americana iniciada contra o regime instalado por Fidel Castro, em Cuba, e sua

¹⁶⁵ Kornbluh, Peter. In Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 32.

¹⁶⁶ Segundo a definição utilizada pela própria Comissão, ações encobertas significariam qualquer atividade clandestina ou secreta designada para influenciar governos estrangeiros, eventos, organizações ou pessoas para apoiar a política exterior dos Estados Unidos conduzidas de tal maneira que o envolvimento do Governo dos Estados Unidos não esteja aparente. In U.S Senate – Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee To Study Governmental Operations with Respect to intelligence Activities of the U. S. Senate – Ninety-Fourth Congress, 1st. Session, vol. 7, *Covert Action*, December 4 and 5, 1975, U.S. Government Printing Office, Washington, 1976, p. 4.

¹⁶⁷ A versão do relatório que utilizamos neste trabalho será a disponível no site ‘Assassination Archives and Research Center’. São cópias fac-símile do material produzido pela Comissão. Relatório na íntegra disponível em: http://aarclibrary.org/publib/contents/church/contents_church_reports.htm

¹⁶⁸ Como já vimos no capítulo dois dessa pesquisa.

possível influência em outros países da América Latina. Essa nova política para o continente, que ficou conhecida como ‘Aliança para o Progresso’.

Tabela 18 - Techniques of Covert Action - Expenditures in Chile, 1963-1973¹⁶⁹	
Techniques	Amount
Propaganda for elections and other support for political parties	\$8.000.000,00
Producing and disseminating propaganda and supporting mass media	\$4.300.000,00
Influencing Chilean institutions (labor, students, peasants, women) and supporting private sector organizations	\$900.000,00
Promoting military coup d'etat	<\$200.000,00

O medo de uma eventual ascensão de um governo de esquerda no Chile motivou os Estados Unidos a investir gigantescas somas de dinheiro em ações encobertas com o intuito de fortalecer os partidos de centro-direita, em especial o Partido Democrata Cristão, enfraquecer as bases de sustentação dos partidos de esquerda, por exemplo, infiltrando-se nos movimentos operários, estudantis e camponeses, e influir nas campanhas eleitorais para direcionar a opinião pública em favor dos partidos alinhados ao poderio americano.

Uma análise fria das cifras gastas pelo governo americano em ações encobertas nos mostra que entre 1962 e 1969, foram autorizados¹⁷⁰ gastos de U\$ 4.000.000, sendo que U\$ 3.160.000 foram gastos apenas nos anos de 1964 para apoiar o candidato a presidente da República do Partido Democrata Cristão, Eduardo Frei, que acabou eleito com 55.7% dos votos¹⁷¹. Mesmo com menor intensidade e sem direcionar o apoio para um candidato específico, como foi nas eleições de 1964 com Eduardo Frei, a *CIA gastou entre U\$800.000 e U\$1.000.000 em ações encobertas para afetar o resultado da eleição presidencial de*

¹⁶⁹ U.S. SENATE – Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate, vol. 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Printing Office, 1976. Appendix A – 94th Congress, 1st Session – Covert Action in Chile – 1963-1974. Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. 94th Congress, 1st Session, U.S. Printing Office, December 18, 1975, p. 7. Valor arredondados para próximo de \$100.000,00

¹⁷⁰ As ações encobertas eram analisadas por uma Filial Executiva do sub-Gabinete da presidência que tinha a incumbência de autorizar ou não a execução dessas ações. Esse grupo existiu de forma similar desde a década de 50, com diferentes nomes: *5412 Panel*, *Special Group* (até 1964), *303 Committee* (Até 1969) e o *40 Committee* (a partir de 1969 até o período analisado). In IBIDEM, p. 2.

¹⁷¹ IBIDEM, p. 57.

1970¹⁷². Durante o governo de Salvador Allende, os Estados Unidos gastaram cerca de U\$8.000.000 secretamente, sendo mais de U\$3.000.000 apenas no ano fiscal de 1972¹⁷³.

As ações encobertas descritas no relatório não contemplam apenas apoio a partidos políticos e candidatos, essa relação é muito mais profunda e estorrecida, incluindo o oferecimento de suborno a políticos, interferência nas Forças Armadas, apoio a grupos terroristas de direita, apoio financeiro a greves para desestabilização do governo Allende e participação direta na tentativa de sequestro e morte do general René Schneider, Comandante-em-Chefe do Exército.

Um episódio que demonstra todo o ímpeto americano em impedir a esquerda chilena de chegar ao poder pode ser visto no interstício entre a vitória de Allende nas eleições de 4 de setembro de 1970 e a votação do Congresso para confirmação do presidente, em 24 de novembro de 1970. Durante esse período de pouco mais de 45 dias, o governo americano colocou em prática duas atividades encobertas para evitar que o Congresso confirmasse Allende na presidência. Esses dois projetos são denominados como *Track 1* e *Track 2* e consistiam nas seguintes ações:

*O Track 1 compreendia todas as atividades aprovadas pela 40 Committee, incluindo atividades políticas, econômicas e de propaganda. Estas atividades foram designadas para induzir os oponentes de Allende no Chile a prevenir sua subida ao poder, seja através de meios políticos ou militares. Track 2 compreendiam atividades no Chile em resposta a ordem do presidente Nixon, em 15 de setembro, e foram dirigidas a promover ativamente e animar os militares chilenos a atuar contra Allende.*¹⁷⁴

A ideia inicial contida no *Track 1* era conseguir, através de suborno¹⁷⁵, que os congressistas chilenos votassem a favor da escolha de Jorge Alessandri, candidato do Partido Nacional, que havia ficado em segundo lugar nas eleições populares. Desta forma, Alessandri, após eleito pelo Congresso, renunciaria e uma nova eleição seria convocada.

¹⁷² IBIDEM, p. 20.

¹⁷³ IBIDEM, p. 1.

¹⁷⁴ U.S. SENATE – Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate, vol. 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Printing Office, 1976. Appendix A – 94th Congress, 1st Session – Covert Action in Chile – 1963-1974. Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. 94th Congress, 1st Session, U.S. Printing Office, December 18, 1975, p. 23.

¹⁷⁵ O 40 Committee aprovou um fundo de contingência de U\$ 250.000 para subornar congressistas chilenos. IBIDEM, p. 24.

Através de novas eleições, o presidente Eduardo Frei, impedido pela lei de se reeleger nas eleições de 1970, ficaria livre para disputar um novo mandato.

O *Track 1* foi colocado em prática através de uma extensa campanha publicitária com o objetivo de *influenciar Frei, a elite chilena e os militares chilenos* ¹⁷⁶. Segundo memorando da CIA a campanha [publicitária] buscava criar preocupação sobre o futuro do Chile se Allende fosse eleito pelo Congresso ¹⁷⁷. Para isso, a CIA orquestrou os seus agentes infiltrados em jornais da América Latina e Europa para publicarem previsões de colapso econômico sob o governo Allende. Além disso, todo um maciço esforço foi organizado para gerar propaganda anti-Allende dentro do Chile, como apoio a jornais clandestinos, suporte indireto as manifestações e campanhas políticas do grupo terrorista de direita *Patria y Libertad*¹⁷⁸, entre outras ações.

Além da campanha publicitária, foi colocada em prática uma forte pressão econômica para criar a possibilidade de atuação dos militares na política chilena. Para isso, *o 40 Committee aprovou o corte de todos os créditos, pressão nas empresas para reduzir seus investimentos no Chile e aproximar outras nações para cooperar com essa aventura* ¹⁷⁹. Essas ações afetaram negativamente a economia chilena e geraram um grande pânico financeiro. Entretanto, essa pressão não criou a crise econômica desejada nem tampouco estimulou uma intervenção militar.

Paralelamente ao *Track 1*, o presidente Nixon deu ordens a CIA para executar um golpe de Estado militar no Chile. Essa ordem foi dada em reunião entre o presidente, o Chefe da CIA, Richard Helms, o assistente do presidente para assuntos de Segurança Nacional, Henry Kissinger e o procurador geral, John Mitchell, em 15 de setembro de 1970

¹⁷⁶ IBIDEM, p. 24.

¹⁷⁷ IBIDEM, p. 24.

¹⁷⁸ “A ideologia de *Patria y Libertad* enquadrava-se, de certo modo, nos parâmetros do nazi-fascismo. Seu Manifesto Nacionalista, publicado em julho de 1972, afirmava que a institucionalidade liberal não resolvia as necessidades do povo. Sua proposta consistia na implantação de um ‘Estado Integrador’, regido por um governo autoritário, dentro de uma democracia corporativa, que excluía a existência de partidos políticos, ‘como único cauce de expression de las Corrientes de opinión’”. In Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 334.

¹⁷⁹ U.S. SENATE – Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate, vol. 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Printing Office, 1976. Appendix A – 94th Congress, 1st Session – Covert Action in Chile – 1963-1974. Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. 94th Congress, 1st Session, U.S. Printing Office, December 18, 1975, p. 25.

¹⁸⁰. Essa nova ação encoberta americana foi denominada de *Track 2* e consistiu em contatos diretos da CIA com militares chilenos. Esses contatos ficam claros na seguinte afirmação do relatório:

Entre 5 e 20 de outubro de 1970, a CIA fez 21 contatos com os chefes militares e oficiais carabineiros (polícia) no Chile. Aos chilenos que se inclinavam a protagonizar um golpe foi assegurado forte apoio dos mais altos níveis do governo dos Estados Unidos tanto antes como depois do golpe. ¹⁸¹

Em outro ponto do relatório, a Comissão especifica como foi a atuação da CIA no *Track 2*:

Para alcançar esse fim, a CIA estabeleceu contato com vários grupos de conspiradores militares e finalmente entregou três armas e gás lacrimogênio a um dos grupos. [...] A CIA sabia que os planos de todos os grupos de conspiradores se iniciavam com o sequestro do constitucionalista Chefe do Estado Maior do Exército General René Schneider. ¹⁸²

Figura 2 Capa do Jornal El Mercurio e a manchete do atentado contra o General Schneider

¹⁸⁰ Para Nixon, “o regime de Allende não seria aceito pelos Estados Unidos e deu instruções a CIA para que organizasse um golpe de Estado para evitar a chegada de Allende à presidência”. IBIDEM, p. 23.

¹⁸¹ IBIDEM, p. 26.

¹⁸² IBIDEM, p. 11.

O general René Schneider sofreu uma tentativa de sequestro no dia 22 de outubro. Durante a ação, o general resistiu e trocou tiros com os conspiradores, mas foi atingido gravemente. Mesmo socorrido, o general acabou morrendo no hospital e as pretensões americanas de impedir Allende de ser escolhido presidente pelo Congresso acabaram. Apesar dos esforços, o *Track 2* provou não ter mais êxito que o *Track 1* em evitar que Allende tomasse o poder. Entretanto, segundo o relatório *não há dúvidas que o governo dos Estados Unidos buscou um golpe militar no Chile* ¹⁸³.

Com a escolha de Allende para ser Presidente da República pelo Congresso, os Estados Unidos passam a ampliar sua atuação nos meios de comunicação chilenos visando criar um terreno fértil para a desestabilização e derrubada do governo da Unidade Popular. Através de uma grande rede de mídia espalhada por todo o país, os Estados Unidos exploraram ao máximo as divisões da esquerda chilena, os problemas causados pela desestabilização econômica, a atuação da extrema esquerda, assim como a criação de fatos e matérias distorcendo a realidade da situação chilena.

Segundo a Comissão *alguns dos mecanismos eleitorais e propagandísticos desenvolvidos para ser usados em 1964 foram utilizados repetidamente a partir daí, em campanhas locais e do Congresso, durante a campanha presidencial em 1970 e durante a presidência de Allende 1970-1973* ¹⁸⁴. Esse empreendimento propagandístico utilizado amplamente ao longo dos anos ajudou a construir um cenário político altamente polarizado, dividindo a sociedade chilena e possibilitando não apenas o golpe militar, mas a intensa perseguição, prisão, tortura e morte de líderes políticos de esquerda.

Diversos projetos de ações encobertas foram realizados pela CIA no campo da propaganda, sendo que a forma mais comum foi

simplesmente a atuação de 'colaboradores' em organizações de comunicação que pudessem publicar artigos ou pedir para que fossem escritos. [...] A maioria desses colaboradores trabalhavam no principal diário de Santiago [El Mercurio] que era o ponto chave dos esforços propagandísticos da CIA. Esses colaboradores escreviam colunas ou artigos de fundo favorável aos

¹⁸³ U.S. SENATE – Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate, vol. 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Printing Office, 1976. Appendix A – 94th Congress, 1st Session – Covert Action in Chile – 1963-1974. Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. 94th Congress, 1st Session, U.S. Printing Office, December 18, 1975, p. 11.

¹⁸⁴ IBIDEM, p. 17.

*interesses dos Estados Unidos no mundo (por exemplo, críticas a URSS como resultado da invasão da Checoslováquia); eliminavam artigos com notícias negativas dos Estados Unidos (por exemplo, acerca do Vietnã); e autorizavam artigos de crítica à esquerda chilena.*¹⁸⁵

Além de contar com a ação desses ‘colaboradores’ nos principais meios de comunicação do Chile, a CIA comprou propagandas e matérias específicas, fundou e ajudou os partidos de centro-direita a fundarem seus próprios meios de comunicação, como periódicos e estações de rádio e orientou artigos na imprensa estrangeira para serem reproduzidos no Chile. Todo esse grande esforço propagandístico que mobilizou técnicas distintas de ação encoberta foi amplamente utilizado para desenvolver e disseminar uma ‘campanha de terror’ contra a esquerda chilena.

Segundo nossa fonte, a propaganda foi a forma mais ampla de ação encoberta utilizada no Chile, devido não apenas ao seu baixo custo, mas também ao poder de multiplicação que uma matéria poderia ter através de republicação por outros meios comunicativos distintos daqueles em que originalmente a geraram¹⁸⁶. A importância da mídia para a política de ação encoberta americana pode ser medida através do suporte recebido pelo maior jornal do Chile, o *El Mercurio*, durante os quase três anos do governo Allende.

Diversas menções ao *El Mercurio* são feitas ao longo da Comissão Church, entretanto, destacamos uma afirmação em especial,

*De longe, o maior – e provavelmente o mais significativo – caso de apoio a organizações de comunicação foi o dinheiro providenciado ao El Mercurio, o principal diário de Santiago, [que estava] sob pressão durante o governo de Allende [...] Em 1971, a Central julgou que El Mercurio a mais importante publicação de oposição, não poderia aguentar a pressão do governo, incluindo a intervenção no mercado de papel e a retirada de publicidade do governo. A Comissão 40 autorizou \$700.000 para El Mercurio em 9 de setembro de 1971 e adicionou outros \$965.000 a essa autorização em 11 de abril de 1972*¹⁸⁷.

¹⁸⁵ U.S. SENATE – Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate, vol. 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Printing Office, 1976. Appendix A – 94th Congress, 1st Session – Covert Action in Chile – 1963-1974. Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. 94th Congress, 1st Session, U.S. Printing Office, December 18, 1975, p. 7.

¹⁸⁶ IBIDEM, p. 8.

¹⁸⁷ IBIDEM, p. 8.

Mais à frente no relatório, encontramos algumas indicações para o suporte americano ao jornal,

*Outros agentes, todos empregados no El Mercurio, facilitaram que a Estação [em Santiago] gerasse mais de um editorial por dia guiado pela CIA. O acesso ao El Mercurio tinha múltiplos efeitos, desde seus editoriais serem lidos através de todo o país em várias redes nacionais de rádios. Além disso, El Mercurio era um dos mais influentes jornais da América Latina, especialmente nos círculos empresariais estrangeiros. Um projeto que colocou em rádios e jornais artigos anticomunistas conseguiu, em 1970, uma audiência de mais de cinco milhões de pessoas.*¹⁸⁸

Figura 3 Manifestação contra o jornal El Mercurio

Toda essa rede de comunicação permitiu a oposição chilena e aos Estados Unidos publicar durante vários anos um volume imenso de propaganda anticomunista e anti-allendista para denegrir a imagem de membros da Unidade Popular, desestabilizar a

¹⁸⁸ U.S. SENATE – Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate, vol. 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Printing Office, 1976. Appendix A – 94th Congress, 1st Session – Covert Action in Chile – 1963-1974. Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. 94th Congress, 1st Session, U.S. Printing Office, December 18, 1975, p. 22.

economia e fomentar um agudo sentimento de insatisfação por parte de vários setores da sociedade. Nesse sentido, a própria CIA concluiu que

El Mercurio e outros meios de comunicação apoiados pela Agência haviam tido um papel importante no desenvolvimento da marcha para o golpe militar de 11 de setembro de 1973 que derrubou Allende ¹⁸⁹.

Os fatos e dados apresentados no relatório da Comissão Church evidenciam a complexidade das ações encobertas americanas em praticamente todas as esferas da sociedade chilena. Interferências na economia, nas decisões políticas, nas eleições, nas Forças Armadas, nos partidos políticos, etc., foram sentidas ao longo dos quase três anos do governo de Salvador Allende.

Após a queda de Allende e a instituição do governo militar

O orçamento para ação encoberta para o Chile foi cortado radicalmente depois do golpe e todos os projetos anti-Allende exceto um, o projeto principal de propaganda, foram terminados. [...] O objetivo da ação encoberta imediatamente posterior ao golpe foi ajudar a Junta para que conseguisse uma imagem mais positiva. ¹⁹⁰

1.2 – A unidade da oposição para derrubar o governo

Ao analisarmos o Plano de Governo da Unidade Popular, nós destacamos que um dos pilares que nortearia todo o projeto da ‘via chilena’ para o Socialismo seria a ampliação da sua base eleitoral a partir de uma aliança de classe com os setores médios da sociedade. Assim, os partidários¹⁹¹ do governo partiram da ideia de isolar a classe dominante – grandes proprietários monopolistas, grandes latifundiários e setores ligados ao capital internacional – ao mesmo tempo que atrairiam os setores médios para uma aliança com os operários e assalariados.

Sem levar em consideração a viabilidade ou não da aliança de classe proposta entre setores médios e operários, é interessante notar que tanto uma análise crítica do

¹⁸⁹ IBIDEM, p. 8.

¹⁹⁰ IBIDEM, p. 40.

¹⁹¹ Nem todos os integrantes da Unidade Popular compartilhavam da ideia de uma aliança de classe com setores médios. Setores mais radicalizados da coligação sempre duvidaram dessa possibilidade e orientaram as suas ações de militância de forma contrária a esse princípio. Isso demonstra uma das diferenças internas no governo que inviabilizaram a construção da ‘via chilena’ e anteciparam o seu fim.

desenvolvimento do governo Allende, como também as considerações de pessoas que participaram dos processos decisórios da esquerda nesse período apontam para o fato de que a Unidade Popular se apegou a medidas economicistas e simplistas para conquistar o apoio dos setores médios, subestimando toda a força da ideologia burguesa que foi lentamente construída através dos meios de comunicação, da igreja, do sistema educacional, entre outros, dominado a décadas (séculos) pelos setores conservadores, clericais e empresariais.

Para Carlos Altamirano, a condução da política de alianças por parte da Unidade Popular,

*Tratava-se, na verdade, de uma forma limitada, restritiva e economicista de entender a aliança de classes. Partiu-se do pressuposto teórico de que o apoio político dos setores médios estava em relação direta com a quantidade de benefícios econômicos e naturais a eles concedidos. Os fatos demonstraram os enganos e a inadequação dessa proposta.*¹⁹²

A compreensão equivocada do governo acerca dos anseios da classe média e a subestimação dos fatores políticos e ideológicos levou-o a ignorar a Democracia Cristã como representante política desse grande setor da sociedade chilena. Essa atitude se respaldava na ideia de que as mudanças econômicas de curto prazo cooptariam as bases da Democracia Cristã à um apoio político e eleitoral ao governo¹⁹³.

Se levarmos em conta que, em 1971, a Democracia Cristã era controlada pela sua ala mais progressista e que o programa de governo defendido por eles na eleição presidencial de 1970 era semelhante em diversos pontos ao programa da Unidade Popular¹⁹⁴, acreditamos que o governo de Allende perdeu uma grande oportunidade de construir um compromisso histórico com a esquerda da Democracia Cristã já nos primeiros meses de sua administração. Um acordo nesse momento aproveitaria a vantagem política

¹⁹² Altamirano, Carlos. *Dialética de uma Derrota. Chile 1970 -1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 75.

¹⁹³ De fato, as rupturas que ocorreram dentro da Democracia Cristã fizeram com que os setores mais radicalizados desse partido passassem a integrar a Unidade Popular. Entretanto, como nos lembra Carlos Altamirano, acerca da entrada da Izquierda Cristiana na Unidade Popular, “em julho de 1971, a incorporação da Esquerda Cristã à Unidade Popular traz a adesão de um contingente qualitativamente muito importante mas sem representatividade numérica”. Altamirano, Carlos. *Dialética de uma Derrota. Chile 1970 -1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 72.

¹⁹⁴ O programa da Democracia Cristã propunha mudanças na estrutura político-econômica do Chile, a nacionalização do cobre, a aceleração da reforma agrária, a nacionalização dos bancos estrangeiros, o aumento da participação do Estado na economia, além das medidas de redistribuição de renda, aumento de salário e outros. Ver Programa de Governo da Democracia Cristã in Carlos, Newton et al. *Chile com Allende – Para onde vai?* Rio de Janeiro: Ediciones Gernasa, 1970, pp. 33 – 47.

que a Unidade Popular tinha conquistado com a vitória eleitoral, e fortaleceria a ala progressista da Democracia Cristã¹⁹⁵. Esse movimento poderia ter evitado que os democratas cristãos fossem para uma oposição radical juntamente com o Partido Nacional isolando o governo.

Além dos pontos mencionados acima, um fator importante no movimento de apoio dos setores médios aos grupos conservadores e de oposição foi a fraqueza com que o governo atuou na repressão, ou contenção, dos grupos de extrema-esquerda que agiram sem muitos problemas na ocupação (ou invasão) de pequenas e médias propriedades agrícolas que não estavam incluídas nas determinações legais existentes para a reforma agrária, nas *tomas* de fábricas sem importância econômica e com poucos empregados, além de pequenos comércios e lojas. Grupos mais radicais de esquerda cometeram ataques ao próprio governo e assassinatos contra políticos¹⁹⁶ que prejudicaram a imagem da Unidade Popular entre setores mais moderados da oposição.¹⁹⁷

Os ataques indiscriminados as pequenas e médias propriedades privadas, somadas a não elaboração de uma proposta governamental para a criação de um marco constitucional que defendesse os pequenos e médios proprietários trouxe grandes incertezas¹⁹⁸ a esse

¹⁹⁵ Joan Garcés apresenta uma passagem significativa do erro histórico cometido pela Unidade Popular em dividir o Partido Demócrata Cristão: “Em 18 de julho de 1971 deviam realizar-se na província de Valparaíso eleições complementares para substituir um deputado da DC, recentemente falecido. Tendo a UO obtido três meses antes nessa província, por ocasião das eleições municipais, cerca de 49% dos sufrágios, era óbvio que se a oposição apresentasse dois candidatos, o da UP alcançaria uma tranquila primeira maioria. Por essa razão, o Partido Nacional preferiu abster-se de postular um candidato próprio e preferiu apoiar o da DC, desde que este fosse de sua ala conservadora. Com o que somava suas forças para que a DC se confrontasse diretamente com a UP. Isto é, a direita buscava romper a entente entre o PDC e a UP, que em setembro-outubro de 1970 a havia reduzido ao isolamento. Na perspectiva de que tal inovação se produzisse, Allende pediu em junho de 1971 à direção nacional da UP que considerasse a seguinte fundamentação: [...] 4) A UP devia procurar conservar seu entendimento com o PDC, de forma que a soma de ambas as forças sociais reduzisse à impotência a direita. Em consequência, propunha que a UP propusesse à DC não apresentar candidato próprio para cobrir a vaga deixada pelo deputado democrata-cristão morto, em troca da apresentação pela DC de um dirigente de sua ala popular. E citou, como exemplo, o presidente da juventude DC, Luis Badilla. A direção do PDC estava, em princípio, predisposta a buscar um acordo nesse sentido. [...]. No entanto, a direção da UP pensou de forma diferente que Allende e resolveu apresentar um dirigente do Partido Socialista como candidato à eleição complementar de Valparaíso. O PN, realista, não postulou e fez campanha contra o governo apoiando a candidatura democrata-cristã. [...]. Na noite de 18 de julho de 1971, quando os escrutínios mostraram que o candidato da UP tinha sido derrotado, a zona residencial de Santiago se inundou de uma multidão radiante.” In *Allende e as Armas da Política*. pp. 171 e 172.

¹⁹⁶ O mais famoso desses assassinatos foi contra o democrata cristão Pérez Zujovic, em 8 de junho de 1971, pela Vanguardia Organizada del Pueblo (VOP). Zujovic foi ministro do Interior no governo de Frei e foi responsável pelo massacre de Pampa Ingoin, na cidade de Puerto Montt, em 9 de março de 1969. Muitos pesquisadores não descartam a infiltração de pessoas ligadas à direita e a CIA nesses grupetos de extrema esquerda.

¹⁹⁷ Nathaniel Davis levanta a questão das relações parentais entre Allende e outros membros do governo com integrantes de grupos de extrema-esquerda como sendo um dos motivos para uma posição mais branda do governo nas ações contra esses grupos.

¹⁹⁸ *O conceito de risco está relacionado ao conjunto de variáveis conhecidas sobre um determinado evento,*

setor. A impossibilidade de calcular os riscos existentes em uma economia governada por um conjunto de partidos de esquerda que pretendiam estatizar setores da economia, mas não especificavam legalmente quais seriam esses setores fizeram com que os investimentos privados na manutenção e expansão do setor produtivo diminuíssem. Os grandes ganhos de curto prazo com a política de redistribuição de renda não foram suficientes para substituir o medo de perder sua propriedade para o governo ou para os grupos mais radicais de esquerda.

Mesmo quando o governo, após mais de um ano de sua posse, apresentou uma lista de propriedades que seriam estatizadas, os pequenos e médios proprietários continuaram ampliando sua participação na oposição, pois o governo continuou intervindo em empresas que não constavam na lista devido à pressão de trabalhadores e movimentos mais radicais.

O medo dos setores médios continuou crescendo, principalmente quando os desequilíbrios financeiros se intensificaram e o governo começou a utilizar de medidas administrativas como racionamento, distribuição direta de alimentos, organismos populares de fiscalização de comércios, entre outros mecanismos para favorecer as camadas mais pobres que formavam a sua base eleitoral.

O cenário de desequilíbrios econômicos (inflação, desabastecimento, mercado negro) e a ampliação das intervenções governamentais em pequenas e médias propriedades foram amplamente utilizadas pela oposição para atrair as camadas médias da sociedade para um projeto político que visava derrubar o governo da Unidade Popular. É aí que o aparato midiático e jornalístico da oposição, financiado ilegalmente pelos Estados Unidos, reforçou a ideologia pequeno-burguesa no seio da classe média, que a partir daí passou a defender os grandes proprietários como se eles próprios fizessem parte da classe mais abastada da sociedade. Sobre esse ponto, Carlos Altamirano é preciso em avaliar o impacto da propaganda da direita entre os setores médios,

“Já avançado o processo, até o mais modesto dono de armazém se sentia na obrigação de protestar contra a tentativa de estatização do poderoso monopólio industrial de papel ou cimento...”¹⁹⁹

que permitem calcular sua ocorrência em todas as suas possibilidades de forma combinada, onde os resultados de cada possibilidade podem ser medidos de forma a aceitar ou refutar sua utilização. Já o conceito de incerteza incorpora uma ou mais variáveis que não podem ser "medidas", de forma que o tomador de decisões não tem como saber sobre o "tamanho" do impacto de sua(s) escolha(s). In <http://www.administradores.com.br/artigos/academico/os-conceitos-de-riscos-e-de-incertezas/96423/>

¹⁹⁹ Altamirano, Carlos. *Dialética de uma Derrota. Chile 1970 -1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 77.

Além de utilizar a maioria dos meios de comunicação existentes no Chile, uma das formas mais efetivas de aliciamento dos setores médios para a oposição foi através da organização de grêmios patronais. Essas instituições podem ser entendidas como associações ou sindicatos que unificavam a ação da classe dos proprietários chilenos. A formação dos primeiros grêmios se deu ainda no século XIX, como a Sociedade Nacional de Agricultura, fundada em 1839 para agrupar os latifundiários do país ou a Sociedade de Fomento Fabril, de 1883, para os proprietários das grandes indústrias.

Diferentemente da ação da Unidade Popular que para tentar atrair os pequenos e médios empresários privilegiou as medidas econômicas, como a concessão de empréstimos a juros mais baixos, contratos para garantir a compra da produção e apoio técnico, os grêmios patronais pautaram a sua linha de atuação nos ataques de cunho ideológicos ao governo, apelando para temas como perda da ‘liberdade’, proletarização, controle estatal, entre outros temas que eram caros ao ideal capitalista dos setores médios.²⁰⁰

Durante a segunda metade do século XX e principalmente durante o governo Allende, os grêmios patronais abriram suas portas para os pequenos e médios empresários que durante muito tempo foram deixados de lado por essas organizações. Em 1971, é criada a Frente Nacional do Setor Privado (FRENAP) com o intuito de unir representantes de todos os tamanhos do setor produtivo chileno para defender seus interesses comuns e a manutenção da propriedade privada. Além disso, ficou claro, principalmente a partir da greve de outubro de 1972, que os grandes empresários passaram a usar os pequenos e médios proprietários para compor a linha de frente das mobilizações, devido a maior dificuldade para o governo intervir em centenas de pequenas empresas.

Diante de desequilíbrios cada vez mais fortes na economia e do fortalecimento da oposição, tanto no Parlamento como nas instituições civis, é que surgem as condições necessárias para um grande movimento da oposição visando a derrubada do governo. O auge das manifestações aconteceu em outubro de 1972, com a greve dos caminhoneiros, que só chegou ao fim com a entrada dos militares no governo Allende, como vimos no capítulo anterior.

Diante de um cenário tão adverso que a Unidade Popular enfrentou, qual foi o motivo que levou os militares a permanecerem ao lado do governo e auxiliarem a pôr fim

²⁰⁰ Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 323.

à greve de outubro de 1972? A principal resposta para essa pergunta está na ação da classe trabalhadora para manter a economia funcionando.

A ação conjunta entre governo e CUT permitiu uma grande ofensiva dos trabalhadores contra a greve patronal. Os trabalhadores industriais boicotaram o *lock out* estabelecido pelos seus patrões e mantiveram as fábricas produzindo a todo vapor. Com o confisco de centenas de caminhões de grevistas, a utilização dos caminhões e trens do Estado e a escolta das Forças Armadas, brigadas de voluntários, tanto estudantes como operários, trabalharam na distribuição de toneladas de produtos nas mais diversas regiões do país. Além disso, é importante ressaltar que milhares de caminhoneiros, comerciantes e outros profissionais não aderiram à greve e continuaram em seus postos de trabalho, como o caso dos operários e mineiros ligados a Democracia Cristã e que descumpriram as determinações do partido em solidariedade a classe trabalhadora.

Com o fracasso da tentativa de derrubar o governo através da greve e a presença militar no gabinete presidencial, a oposição passou a mirar as eleições parlamentares de março de 1973 como a última chance de derrubar o governo sem ter que romper com a institucionalidade chilena. O plano da oposição era aproveitar o clima de caos político e econômico para conquistar dois terços das cadeiras no Parlamento, o que permitiria a concretização de um processo legal de impeachment do presidente Allende.

A ideia de conquistar dois terços das cadeiras foi muito difundido pela oposição, principalmente pelo Partido Nacional, que propagavam em suas campanhas que só desta forma o Chile se livraria do colapso econômico e da crise política. Entretanto, tal ideia era muito difícil de se concretizar. Segundo o próprio embaixador americano no Chile, Nathaniel Davis,

O problema da campanha de Jarpa [candidato do Partido Nacional] era que tal vitória era impossível. Nossos cálculos na Embaixada mostraram que a oposição teria que conquistar de 67% a 70% dos votos para obter a maioria de dois terços nas duas Câmaras do Congresso. Embora faltasse apenas duas cadeiras para que a oposição conquistasse a maioria de dois terços no Senado, essas duas cadeiras estavam fora de alcance. Os senadores que concorreriam à eleição haviam sido escolhidos seis meses após a vitória de Frei, em 1964, no auge de sua popularidade. Quanto à Câmara dos Deputados, uma

*maioria de dois terços teria sido ainda mais difícil e exigiria a conquista de oito cadeiras.*²⁰¹

O resultado das eleições de 4 de março de 1973 além de não concretizar as expectativas da oposição em conquistar os dois terços, aumentou o número de votos e de cadeiras da Unidade Popular no Parlamento, que ganhou seis deputados e dois senadores. A contagem final de votos mostrou que a oposição havia recebido 54,2% dos votos (56% dos votos válidos) contra 43,9% (44% dos votos válidos).

Tabela 19 - Comparación de los votos recibidos por la oposición y los partidos de la Unidad Popular em las elecciones parlamentarias de 1969 y 1973²⁰²				
	1969		1973	
Partido	N. de votos	%	N. de votos	%
Unidad Popular				
Socialista	294.448	12,2	678.674	18,4
Comunista	383.049	15,9	595.829	16,2
Izquierda Cristiana			41.432	1,1
Acción Popular Independiente			29.977	0,8
MAPU			90.620	2,5
Radical	313.559	13	133.751	3,6
Lista Unidad Popular			46.100	1,3
Otros	65.378	2,8		
Total	1.056.434	43,9	1.616.383	43,9
Oposición				
Demócrata Cristiano	716.547	29,8	1.049.676	28,5
Nacional	480.523	20	777.084	21,1
Partido Izquierda Radical			65.120	1,8
Democracia Radical			70.582	1,9
Lista Confederación Democrática			33.918	0,9
Total	1.197.070	49,8	1.996.380	54,2
Otros				
Unión Socialista Popular	51.904	2,2	10.371	0,3
Blancos y nulos	98.617	4	57.770	1,6
Inscritos	3.244.892		4.510.060	
Votantes	2.406.129		3.680.307	
Abstenciones	838.763	16,5	829.753	18,4

²⁰¹ Davis, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p. 164.

²⁰² Fonte: Estatísticas eleitorais da Direção de Registro Eleitoral. In Valenzuela, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago de Chile: Flacso, 1978, p. 232.

Para a Unidade Popular, as eleições legislativas de 1973 representaram uma vitória, pois mesmo com a crise generalizada em todos os setores da sociedade a porcentagem de votos em relação a eleição presidencial de 1970 foi maior²⁰³. Já para a oposição, o resultado representou uma grande derrota justamente por todas expectativas criadas na conquista de um grande apoio popular devido as crises enfrentadas pelo governo. Por esse motivo, logo após a apuração, membros da oposição passaram a questionar a lisura do processo eleitoral, tirando o crédito dos resultados obtidos pela Unidade Popular e acusando o governo de fraude, com o objetivo de ampliar a atmosfera de medo na população, principalmente na classe média, acerca das pretensões ‘totalitárias’ do governo²⁰⁴.

Após as eleições parlamentares, a oposição abandonou qualquer forma de diálogo com o governo em busca de uma saída para a crise que havia se instalado. As tentativas fracassadas de diálogo que aconteceram com a Democracia Cristã foram motivadas por intransigência da ala conservadora do Partido, que se utilizou desses momentos para tentar impor sua vontade e tirar as prerrogativas legais que a presidência da República tinha e que foram utilizadas em maior ou menor escala pelos presidentes anteriores.

Com o afastamento da ala progressista do Democracia Cristã da direção do partido e unidade maior entre o Partido Nacional e os democratas cristãos as ações para bloquear o governo ganharam força. Para Sergio Bitar, a oposição atuou em três frentes simultâneas, sendo: 1 – o bloqueio institucional e a paralização do Estado através de acusações no Parlamento de ações inconstitucionais por parte de membros do governo; 2 – agravamento da crise econômica através do fomento de greves como a dos mineiros de El Teniente (abril à julho) e dos trabalhadores do transporte (agosto à setembro); e 3 – da desordem pública e violência com ataques terrorista contra instalações públicas, trens, oleodutos e residências de dirigentes políticos²⁰⁵.

Também é importante ressaltar que não apenas os partidos da oposição estavam alinhados e atuando para derrubar o governo. Os meses finais da Unidade Popular foram marcados por uma ação ampla de todos os grupos que compunham a oposição, incluindo

²⁰³ Em 1970 a votação da Unidade Popular atingiu 36% enquanto em 1973 foi de 44%.

²⁰⁴ O ex-embaixador norte-americano descreve em seu livro as acusações de fraude no processo eleitoral que foram feitas pela oposição. Ver Davis, Nathaniel. op.cit. pp. 167 – 169.

²⁰⁵ Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, pp. 262 – 264.

diversos setores das Forças Armadas e o grupo de extrema-direita *Patria y Libertad*, que muitas vezes atuaram em conjunto em ações ilegais²⁰⁶.

A escalada de tensão no Chile contou com alguns fatos que demonstram a força da organização da oposição e o grau de aglutinação social que eles conseguiram ao longo do governo da Unidade Popular.

Um dos acontecimentos mais importantes que marcaram os momentos finais do governo foi a greve dos mineiros da mina de El Teniente²⁰⁷. Esta greve foi significativa por diversos fatores, entre eles, os principais foram o econômico²⁰⁸ e o simbólico²⁰⁹. Ao longo de mais de dois meses, os mineiros de El Teniente paralisaram suas atividades em virtudes de desentendimento com o governo sobre a forma de reajuste dos salários, visto que El Teniente era uma empresa estatizada. A greve dos mineiros foi acompanhada de paralisações solidárias de outras minas de cobre, como a de Chuquicamata, por confrontos de rua na cidade de Rancagua entre agentes da segurança pública e grevistas, marcha de milhares de mineiros em Santiago, além de diversos confrontos entre militantes do governo e membros da oposição.

O impasse entre governo e mineiros, a manutenção da crise político-econômica, o aumento das ações terroristas da extrema-direita e o descontentamento crescente de diversos setores das Forças Armadas causaram uma tentativa frustrada de golpe militar, conhecida como *Tancazo*. Na manhã do dia 29 de junho de 1973, três grupos de tanques de combate e blindados deixaram os seus quartéis e se locomoveram em direção ao Palácio La Moneda. Devido à pouca organização e o isolamento do grupo que organizou a tentativa de golpe, que não contava com a participação de outros setores das Forças Armadas

²⁰⁶ Na obra de Luiz Alberto Moniz Bandeira encontramos uma vasta documentação, incluindo diversos telegramas diplomáticos, que mostram a aproximação de setores militares contrários ao governo e membros importantes do grupo *Patria y Libertad* para a realização de ações terroristas para desestabilizar o governo e facilitar um golpe de Estado. Em sua obra, Moniz Bandeira relata que “os atentados prosseguiram, 24 em média, por dia, desde 23 de julho, com um saldo de mais de dez mortos. Nessas semanas, em 15 dias, cerca de 200 atentados foram perpetrados. A média foi de um atentado por hora. Os oleodutos de Concón e Concepción foram sabotados pelos militantes de *Patria y Libertad*, sob orientação técnica de oficiais da Armada.” In Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 476.

²⁰⁷ *A mina de cobre El Teniente é a segunda em importância, no Chile, depois de Chuquicamata. Nela trabalhavam 11.000 operários e empregados, e em 1970 produziu 190.000 ton., que correspondiam a 32% da produção da Grande Mineração. A empresa foi nacionalizada em 1971.* Bitar, Sergio. Op. cit. pág. 252.

²⁰⁸ *a paralisação de El Teniente custou ao Chile um milhão de dólares por dia em prejuízos.* Davis, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. p. 175. A greve durou de 19 de abril de 1973 até 2 de julho de 1973.

²⁰⁹ Os trabalhadores das minas sempre foram uma das bases mais sólidas do movimento de esquerda chileno.

chilenas, o *Tancazo* fracassou. O próprio general Prats e alguns militares de alta patente se dirigiram pessoalmente para deter a rebelião²¹⁰.

Figura 4 - Momento simbólico do *Tancazo*: o cineasta Leonardo Henrichsen filmou sua própria morte.

Apesar da vitória nesse embate, a materialização do descontentamento dos militares a partir de uma tentativa de golpe mostrou as várias fragilidades do governo. Primeiramente, como a história revelou, o episódio do *Tancazo* era apenas a ponta do *iceberg* nas tramas internas das Forças Armadas para derrubar o governo. Essa tentativa de golpe serviu como um laboratório para os militares que estavam descontentes com o governo, mas não participaram diretamente da ação, observarem os movimentos dos partidários da Unidade Popular diante para uma revolta militar²¹¹. Também mostrou que o governo enfrentaria forte oposição no Parlamento, pois mesmo diante de uma situação ilegal e inconstitucional a oposição recusou o pedido de estado de sítio encaminhado por Allende.

²¹⁰ Para mais detalhes sobre a organização e desenvolvimento do *Tancazo*, ver In Davis, Nathaniel. Op. cit. pág 197-202 e Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 453 – 458.

²¹¹ “Depois do Golpe de 11 de setembro, o General Yovane, dos carabineiros, comentou: ‘O *tancazo* não foi apenas um episódio dramático. Foi a oportunidade de observar como as forças governamentais agiam. [...] O resultado de 11 de setembro foi fácil de se conseguir, pois eles repetiram exatamente os mesmos movimentos’”. In Davis, Nathaniel. op. cit. p. 201.

Os meses de agosto e setembro marcaram o fim da ‘via chilena’ para o Socialismo. Nos fatídicos dias que antecederam o golpe de 11 de setembro de 1973, o governo teve que enfrentar uma nova greve liderada pelos caminhoneiros e apoiada por toda a oposição. Mesmo com todo apoio da classe trabalhadora, os efeitos dessa nova greve do setor de transportes tiveram um efeito paralisante na economia muito mais forte do que a greve de outubro de 1972, pois a economia já estava em estado crítico de desequilíbrios e o governo já não tinha nenhum tipo de instrumento que pudesse dar conta de balancear o sistema.

Além da greve, o governo participou de diversas rodadas de negociações com a Democracia Cristã, na busca por uma alternativa política que evitasse o golpe militar e acabasse com a paralisia das instituições. Mesmo com as mediações realizadas por militares constitucionalistas e pelo cardeal Raúl Silva Henríquez as negociações não avançaram e o governo continuou sem espaços para atuar no Congresso, sofrendo derrotas sucessivas em votações.

Mesmos com todos os problemas de ordem econômica e política, nós consideramos a renúncia do General Prats ao posto de comandante-em-chefe do Exército como o ponto fundamental para a eclosão do golpe militar em 11 setembro de 1973²¹². A imagem de Prats já estava arranhada nas forças armadas, muito devido as armações dos setores contrários ao governo. Os dois momentos mais conturbados enfrentados pelo general foram arquitetados por membros da oposição com o claro intuito de arrancar sua imagem e tirá-lo da frente das Forças Armadas. O primeiro incidente aconteceu no dia 27 de junho, dois dias antes do *Tancao*. Estando regressando de uma reunião de trabalho, o carro de Prats é emparelhado por outro onde seus ocupantes passam a ofende-lo com palavras e gestos. Temeroso de estar sofrendo um atentado, assim como aconteceu com o general Schneider, Prats atirou no carro. Entretanto, ao sair do veículo com a arma em punho, o general percebeu que quem dirigia o outro carro era uma mulher com feições masculinas e cabelos curtos, chamada Alejandrina Cox. Mesmo com os pedidos de desculpas por parte do

²¹² Levando em consideração o estágio de decomposição do poder político do governo, o descontentamento dos militares e a pressão da oposição em todas as esferas da sociedade, nós não acreditamos que o governo da Unidade Popular teria um outro fim que não a sua própria queda. A presença do general Prats no comando das Forças Armadas poderia ter ajudado Allende a se manter no poder por mais algum tempo, mas não evitaria o fim do governo popular. Na pior das hipóteses, a eclosão de um golpe militar com a presença de Prats no comando levaria o Chile a uma guerra civil, confrontando setores constitucionalista do exército e civis apoiadores do governo, contra grande parcela dos militares sediciosos e os grupos paramilitares de direita. Na melhor das hipóteses, acreditamos que a permanência de Prats no governo teria dado uma sobrevida a Unidade Popular que pudesse levá-la até o plebiscito que Allende proporia à Nação no dia em que o golpe foi realizado. Entretanto, partindo dos resultados eleitorais de março de 1973, provavelmente o governo sairia derrotado em uma consulta popular.

general, um grupo de pessoas mobilizadas pelo grupo *Patria y Libertad* passaram a insultar Prats e danificar seu carro oficial. Apesar de todo o mal-estar causado por esse desentendimento, Prats continuou em seu cargo.

O segundo momento difícil para Prats e que acabou resultando em sua renúncia foi quando, no dia 21 de agosto de 1973, centenas de esposas de oficiais das Forças Armadas se dirigiram para a frente da casa do general para insultá-lo, jogando milho em sua calçada e gritando palavras de baixo calão. Esse fato foi a gota que faltava para Prats pedir sua renúncia, deixando seu lugar para o general Augusto Pinochet.

Como o próprio Pinochet declarou posteriormente: *el comandante em Jefe del Ejército era el mayor obstáculo que se debía enfrentar, pues era totalmente adicto a Allende*²¹³. Com esse obstáculo removido, não haviam mais resistência organizadas para conter o ímpeto daqueles que a tempos tramavam para derrubar o governo através de um golpe militar.

Assim, em 11 de setembro de 1973, os militares, sem encontrar qualquer tipo de resistência organizada, desfecham o golpe e derrubam o governo.

2 – A decomposição do governo e a classe trabalhadora

2.1 A política econômica após outubro de 1972 e a paralisação do governo

Entre o período que vai da greve de outubro de 1972 e o golpe militar de 11 de setembro de 1973, a situação política e econômica do governo Allende piorou de forma considerável. Como veremos, a Unidade Popular perdeu todos os mecanismos para deter a deterioração da economia e da política. Sem contar com um forte apoio internacional dos países do bloco socialista, sem ter um apoio considerável dentro das Forças Armadas e não contando com uma política paramilitar no seio da classe trabalhadora que pudesse fazer

²¹³ Pinochet Ugarte, Augusto. *El día decisivo. 11 de setembro de 1973*. Santiago de Chile: Estado Mayor del Ejército/Departamento de Relaciones Internas/Memorial del Ejército del Chile, Vol. LXVII, 1982, p. 108, apud Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 441.

frente a organização dos militares, o governo enfrentou seus últimos meses à deriva, refém dos movimentos da oposição.

No final da greve de outubro de 1972, Allende nomeou um novo gabinete composto de militares e civis. Esse novo gabinete teve como meta resolver os problemas econômicos que assolavam o país e concretizar um acordo político que permitisse acabar com a crise gerada pela lei das áreas de propriedade social e privada. O governo contava com a força e influência dos militares nomeados para o gabinete como um sinal claro para a oposição de que os acordos firmados seriam respeitados.

As medidas econômicas adotadas pelo novo gabinete focaram na contenção da queda dos salários e no controle da inflação. Essas medidas, essencialmente defensivas, já apontavam para um papel de espectador daquilo que estava transcorrendo no país e para a incapacidade de superar as limitações causadas pelo isolamento político.

Para a Unidade Popular, a greve dos caminhoneiros representou um duro golpe na possibilidade de manter uma política de aliança de classes. A partir dessa constatação, os partidários do governo chegaram à conclusão de que as medidas econômicas deveriam favorecer a classe trabalhadora. Segundo a análise de Sergio Bitar, o governo só tinha dois caminhos para tomar: no primeiro, uma política ortodoxa que faria subir fortemente os preços enquanto os salários seriam congelados; no segundo, o governo garantiria a distribuição direta de bens para os mais pobres, controlaria as grandes empresas e extrairia todos os recursos disponíveis das classes altas e médias. A primeira opção estava fora de questão por prejudicar os trabalhadores e favorecer os empresários. Entretanto, a única opção possível, a segunda, apresentava uma viabilidade muito precária, pois necessitaria de um aparato estatal e um apoio organizado da classe trabalhadora da qual o governo não contava.²¹⁴

O desafio do governo era enorme e as possibilidades de inverter os desequilíbrios eram cada vez menores. Para tentar melhorar as margens de manobra econômica e ocupar o espaço deixado pelo capital norte-americano que praticamente desapareceu do país, Allende aproveitou a relativa calma proporcionada pelo gabinete composto por militares e, alguns dias depois do fim da greve dos caminhoneiros, realizou uma viagem

²¹⁴ Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 240.

internacional que passou por vários países, entre os mais importantes estavam os Estados Unidos e a União Soviética.

Em Nova York, Allende discursou nas Nações Unidas e apresentou um forte relato da situação de seu país e dos esforços norte-americanos para desestabilizá-lo. Em sua passagem pelos Estados Unidos, a comitiva presidencial não foi recebida pelo presidente americano e nenhum grande evento foi programado. Já em sua passagem pela União Soviética a recepção foi outra. Allende foi recebido pela cúpula soviética, incluindo Leonid Brejnev.

Figura 5 - Allende é recebido por Brejnev durante sua visita à União Soviética

O principal interesse do governo chileno ao visitar Moscou era econômico. Allende e muitos partidários da Unidade Popular acreditavam que a União Soviética e o conjunto de países do bloco socialista poderiam substituir os Estados Unidos como maior parceiro econômico do Chile. Porém, essa visão estava alicerçada *sobre bases simplistas e plenas de idealismos*²¹⁵, que não levava em conta a correlação de poder existente na geopolítica internacional. Para a União Soviética, o Chile não figurava entre as suas principais preocupações. Problemas de maior envergadura como a Guerra no Vietnam, a crise com a

²¹⁵ IBIDEM, p. 214.

China e os acordos com os países ocidentais para o trânsito em Berlim eram mais importantes para Moscou do que o financiamento de um instável governo socialista dentro da área de influência norte americana.

As expectativas da comitiva chilena era de voltar para casa com cerca de \$500 milhões em empréstimos dos soviéticos, entretanto, a soma conseguida foi muito aquém da planejada. Segundo os dados apresentados por Nathaniel Davis²¹⁶, a União Soviética forneceu entre \$30 e \$50 milhões em crédito de curto e médio prazo, mais \$180 milhões em crédito a longo prazo para aquisição de equipamentos e artigos essenciais e a renegociação de débitos bilaterais que totalizavam \$103 milhões²¹⁷.

Independente das motivações da União Soviética em não querer sustentar mais um governo socialista na América Latina, assim como já fazia com Cuba, a questão central é que o governo de Allende não conseguiu conter a sangria de suas contas, que durante todo o período da Unidade Popular aumentou a dívida chilena em cerca de \$2 bilhões de dólares²¹⁸. Mesmo com tanto dinheiro gasto em tão pouco tempo, a Unidade Popular não conseguiu nem estabilizar a economia, nem resolver a questão do poder, ficando refém da negociação de créditos e renegociações de dívidas passadas.

Com a não concretização de grandes empréstimos soviéticos, o governo Allende precisou se debruçar sobre sua realidade e tentar superar suas limitações para evitar um desequilíbrio cada vez maior de sua economia. As medidas pensadas pelo gabinete civil-militar já não encontravam respaldo na realidade. O controle da inflação não era possível de ser feito, pois a capacidade do aparato estatal em fiscalizar as indústrias e comércios já havia sido superado em muito, permitindo que os proprietários cometessem diversas irregularidades, desde o aumento abusivo de preços até açambarcamento de produtos, sem medo de sofrer qualquer tipo de punição. A ineficiência do Estado também cooperou para o desvio de mercadorias de indústrias, redes de distribuição e comércios para o mercado negro.

²¹⁶ Davis, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p. 155.

²¹⁷ Os dados apresentados por Sergio Bitar são substancialmente menores que o apresentado por Nathaniel Davis. “*Os resultados foram muito modestos, conseguindo-se refinar os \$80 milhões devidos e obter \$20 milhões adicionais de livre disponibilidade, mais 27 milhões como crédito de provisão de matérias-primas e alimentos.*” In Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 213.

²¹⁸ Davis, Nathaniel. Op. cit. p. 153.

Diante da dificuldade cada vez maior em conter os desajustes através do mercado e de medidas financeiras, o governo partiu para a discussão e elaboração de mecanismos de distribuição direta de produtos para a população mais pobre, que formava a sua base eleitoral²¹⁹. As novas medidas voltadas a distribuição direta foram anunciadas, de forma precipitada, pelo novo ministro da Fazenda, Fernando Flores, no mês de janeiro de 1973 e causou diversos problemas, como: renúncia do representante da Marinha no gabinete presidencial, aumento da tensão entre os setores da Unidade Popular, críticas políticas da oposição e uma corrida aos supermercados por parte da população para comprar e estocar alimentos devido ao medo de racionamento²²⁰.

O cenário para a Unidade Popular era cada vez mais tenebroso. A fraqueza da liderança política e a falta de unidade interna eram problemas crônicos. Além disso, a aproximação das eleições parlamentares de março de 1973 adicionava outro elemento ao complexo jogo político chileno. Como demonstramos em diversos trechos de nossa pesquisa, o processo eleitoral era um ponto chave da estratégia política da esquerda chilena e fator determinante na condução das medidas governamentais. Em outros momentos do governo de Allende, pudemos ver que medidas econômicas foram ampliadas ou evitadas segundo as perspectivas eleitorais que poderiam ser conseguidas com elas. Isso ficou claro, com as medidas redistributivas acima das capacidades de absorção do setor produtivo chileno, visando a eleição municipal em abril de 1971, ou o retardamento na adoção das medidas corretivas da economia após a reunião de Lo Curro devido as eleições na CUT e na Universidade do Chile.

Nos meses que antecederam as eleições parlamentares de março de 1973 o governo continuou a seguir sua linha e privilegiou os futuros resultados eleitorais em detrimento de ajustes econômicos. Para Sergio Bitar,

*o próprio processo eleitoral se transformou numa camisa de força para a política econômica. Era impossível exigir sacrifícios dos trabalhadores, quando a estabilidade do Governo dependia tanto da eleição parlamentar de março de 1973.*²²¹

²¹⁹ Para realizar grande parte dos serviços de distribuição direta, o governo utilizou a estrutura das JAP (Juntas de Abastecimento e Preços) que já existiam como organismo popular de fiscalização de comércios locais. Mais à frente falaremos mais especificamente das JAP.

²²⁰ Bitar, Sergio. Op. cit. pp. 234-235.

²²¹ Bitar, Sergio “*Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*”. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980, p. 237.

Os preparativos para a eleição parlamentar fizeram com que o governo gastasse mais com medidas de cunho eleitoral e se descuidasse em manter uma política mais austera com os gastos públicos. Essas ações geraram diversas críticas por parte da oposição e previsões de fome e caos após as eleições.

Como apresentado na primeira parte deste capítulo, a oposição não conseguiu o seu objetivo de conquistar dois terços das cadeiras no Parlamento para poder depor Allende. Já o governo enxergava nos 44% dos votos obtidos uma vitória política importante.

O fim das eleições parlamentares também trouxe mudanças no gabinete presidencial. Os militares renunciaram aos seus cargos após apresentarem diversas exigências ao governo que não foram atendidas²²². Em seus lugares, um novo gabinete composto apenas por civis foi nomeado em abril.

O novo gabinete assumiu o governo diante de uma situação econômica que piorava mês a mês. No primeiro trimestre de 1973 a produção industrial caiu 10.5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A taxa de inflação atingiu 22% nos três primeiros meses, enquanto a quantidade de dinheiro subiu 43,3%. Os déficits fiscal e da área social continuavam subindo descontroladamente.

As medidas econômicas adotadas pelo novo gabinete não tinham diferenças substanciais em relação ao gabinete civil-militar nomeado em novembro de 1972. A linha geral era a mesma: conter a inflação, manter o consumo de produtos essenciais e minimizar o desabastecimento.

Porém, os meses que transcorreram após a nomeação do novo gabinete não trouxeram novidades positivas ao governo que pudessem alterar a conjuntura política. Pelo contrário, a greve dos mineiros de El Teniente e a tentativa de golpe militar, o *Tancazo*, enfraqueceram mais ainda o governo, levando ao fracasso total as tentativas de implementação da política econômica propostas após as eleições de março. Os dados econômicos dos primeiros sete meses não foram nada animadores: de janeiro a julho a

²²² Entre os pontos apresentado estão: a) Desanuviar a crise institucional e chegar a um acordo com a DC, sobre as áreas da economia; b) Desarmar os grupos de direita e de esquerda; c) Ordem Pública. Não permitir as desordens que irrompiam diariamente; d) Ordem nos serviços públicos. Cumprimento das decisões do Governo por parte dos funcionários; e) Melhorias das relações com os Estados Unidos. Ver. Bitar, Sergio. Op. cit. p. 243.

inflação foi de 114%, o dinheiro total cresceu 126,2%, a produção industrial baixou 9,4% e os insumos para construção caíram 9%.²²³

Tabela 20 - Tasas anuales de inflación, diciembre 1970 - septiembre 1973²²⁴	
Período	Porcentaje de aumento de precios
Diciembre 1970 - diciembre 1971	22,1
Junio 1971 - junio 1972	40,1
Julio 1971 - julio 1972	45,9
Agosto 1971 - agosto 1972	77,2
Septiembre 1971 - septiembre 1972	114,3
Octubre 1971 - octubre 1972	142,9
Noviembre 1971 - noviembre 1972	149,8
Diciembre 1971 - diciembre 1972	163,4
Enero 1972 - enero 1973	180,3
Febrero 1972 - febrero 1973	174,1
Marzo 1972 - marzo 1973	183,3
Abril 1972 - abril 1973	195,5
Mayo 1972 - mayo 1973	238,4
Junio 1972 - junio 1973	283,4
Julio 1972 - julio 1973	323,2
Agosto 1972 - agosto 1973	303,6
Septiembre 1972 - septiembre 1973	286
Octubre 1972 - octubre 1973	528,4
Abril 1973 - abril 1974	746,2

Nesses últimos momentos, diante da completa paralisia do governo que só se mantinha no poder em virtude dos preparativos das Forças Armadas para a realização do golpe militar, os focos de resistência da esquerda chilena eram as organizações de trabalhadores que se formaram e se fortaleceram usando tanto os espaços aberto pelo governo como agindo a margem da institucionalidade. Entre o *Tancazo* e o golpe militar de 11 de setembro, a classe trabalhadora chilena ocupou diversas indústrias, propriedades agrícolas e empresas comerciais. Entretanto, não havia tempo, recursos e conjuntura para transformar os trabalhadores em um grupo armado e disciplinado para enfrentar a oposição política e o profissionalismo dos militares chilenos.

Entretanto, para entender os motivos que levaram a classe trabalhadora a articular uma via de atuação independente ao governo e a CUT, precisamos analisar mais

²²³ IBIDEM. p. 259.

²²⁴ Fonte: Instituto Nacional de Estadística In Valenzuela, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago de Chile: FLACSO, 1978, p. 157.

detalhadamente sua estrutura e seu comportamento ao longo da ‘via chilena’, apontando sua relação com os partidos políticos e suas contradições com as propostas apresentadas pelo governo.

2.2 – A classe trabalhadora durante a “via chilena para o Socialismo”

O Chile na década de 70 era um dos países com as maiores taxas de urbanização em todo o continente americano. O grande êxodo rural e o forte processo de industrialização por substituição das décadas anteriores fizeram com que mais de dois terços da população chilena morasse em áreas urbanas. O destaque era a região da Grande Santiago que possuía mais de 2 milhões e 800 mil habitantes e concentrava grande parte das plantas industriais e dos prestadores de serviços do país.

A classe trabalhadora como um todo era composta de cerca de 2 milhões e 200 mil trabalhadores, sendo que por volta de 20%, ou seja, um pouco mais de meio milhão, eram sindicalizados, em 1970. Do total de trabalhadores chilenos, apenas 380 mil eram operários que ocupavam postos no setor industrial, no setor mineiro e na construção civil, os setores com o maior apoio ao governo da Unidade Popular²²⁵.

Sobre a estratificação da classe trabalhadora chilena, é importante ressaltar que a legislação fazia uma diferenciação entre operários e empregados²²⁶. Além dessa nomenclatura diferenciar aqueles trabalhadores braçais (operários) dos trabalhadores intelectuais (empregados), os empregados recebiam maiores salários e obtinham mais benefícios em suas negociações com os patrões. Os empregados compunham grande parte da classe média chilena e representavam 24% da força de trabalho das indústrias de transformação, 49% do setor de serviços e 29% do setor de comércio²²⁷. Predominantemente, o grupo de empregados apoiavam partidos de centro e centro direita, identificando-se inicialmente com o Partido Radical e, a partir da década de 60, com o

²²⁵ Cancino, Hugo. Chile. *La problemática del poder popular en el proceso de la vía chilena al socialismo 1970-1973*. Denmark: Aarhus University Press, 1988. pág 213-214. Apud Jara, Mariano Vega. *Movimento operário, cordões industriais e poder popular: experiência e consciência de classe durante a Unidade Popular*. p. 147.

²²⁶ A eliminação completa das diferenças entre operários e empregados só foi concretizada na presidência de Michele Bachelet, em 2017.

²²⁷ Angell, Allan. *Chile: 1958 – c. 1990*, In Bethell, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Volume IX – *A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 856.

Partido Demócrata Cristão. A aliança de classes proposta pela Unidade Popular visava trazer esse grande grupo, que não era antagônico a esquerda chilena, para a base de apoio do governo.

Tabela 21 - Empregados e Operários por atividade econômica, 1970²²⁸		
	Empregados	Operários
Agricultura	3,60%	28,80%
Mineração	2,40%	4,60%
Indústria	13,50%	20,30%
Construção	2,80%	10,00%
Outros produtos (eletric., gás, água, transp., comunicação)	12,60%	4,20%
Comércio, serviços, financeiro, outros	65,10%	32,10%
Total (% = n. de trabalhadores)	100% = 735.100	100% = 1.092.600

Apesar do discurso da Unidade Popular ser focado no operariado chileno, nem todos eles estavam comprometidos com as mudanças propostas pelo governo. Segundo Sergio Bitar, a conclusão que se chega através de uma análise mais minuciosa da classe trabalhadora é de que o núcleo mais orgânico e organizado não chegava a 10% do total dos trabalhadores, pois mesmo entre aqueles que compunham o setor industrial, uma das categorias mais engajadas com a Unidade Popular, a maior parte eram funcionários de empresas médias e pequenas, com sindicatos fracos e com pequena coesão ideológica.²²⁹

Tabela 22- Número de estabelecimentos industriais segundo pessoas ocupadas, 1967²³⁰						
1 a 4	5 a 9	10 a 49	50 a 99	100 e mais	s.d.	Total
21.450	4.251	5.353	694	692	2.780	35.220

²²⁸ Fonte: Instituto Nacional de Estadística, IV Censo Nacional de Población y III de Vivienda, Santiago. Apud Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980. p. 313.

²²⁹ IBIDEM, p. 312.

²³⁰ Fonte: Bitar, Sergio. "El efecto de las Areas de Propiedad Social y Mixta em la Industria Chilena", Trimestre Económico, N. 163, julho-setembro 1974 Apud IBIDEM, p. 296.

Como podemos perceber pela análise da Tabela 22, do total de estabelecimentos industriais existentes no Chile em 1967, 88% eram empresas que empregavam entre 1 e 49 funcionários. Mais surpreendente ainda é que cerca de 61% das 35.220 empresas industriais empregavam entre 1 e 4 funcionários.

Mesmo com a ampliação da sindicalização na década de 60 e 70, principalmente através de um conjunto de modificações nas legislações que permitiam a sindicalização de camponeses, o número de trabalhadores sindicalizados não chegou a um terço de toda a classe trabalhadora. O grande número de pessoas não sindicalizadas e de pessoas sindicalizadas, mas pertencentes a sindicatos mais fracos e menos participativos levou a uma fragilização da proposta política da Unidade Popular e uma perda da efetividade da aliança com a CUT, pois milhares de trabalhadores acabaram ficando a margem da ação institucional do governo.

A importância que a CUT passou a dar a questões políticas nacionais e demandas gerais da classe trabalhadora (como alteração em legislações nacionais) somada a sua burocratização e hierarquização acabou causando o seu afastamento em relação as reivindicações locais, contribuindo para o descontentamento de muitos trabalhadores, de forma muito especial aqueles que eram de empresas menores e de setores menos modernos.

Outro grande problema que nos deparamos quando confrontamos a proposta da Unidade Popular e a realidade do mundo do trabalho no Chile é a diferença entre a vida e condições de trabalho dos funcionários das empresas que compunham a Área de Propriedade Social e aqueles que estavam na Área de Propriedade Privada. Mariano Vega Jara aponta que os trabalhadores da área social estavam em condições privilegiadas (melhores salários, melhores condições de contrato, seguro doenças e melhores condições de negociação coletiva) enquanto os funcionários do setor privado estavam excluídos dos benefícios da Unidade Popular²³¹.

O vácuo produzido pelo governo e pela CUT na construção de uma relação mais próxima e participativa com os trabalhadores dos setores privados e pela falta de efetividade na proposta de criação da Área de Propriedade Social, que não afetaria diretamente a maioria dos trabalhadores chilenos, abriu as portas para que movimentos de extrema-

²³¹ Jara, Mariano Vega. *Movimento operário, cordões industriais e poder popular: experiência e consciência de classe durante a Unidade Popular*. pp. 148 e 149.

esquerda penetrassem e radicalizassem as ações e reivindicações dos trabalhadores, principalmente daqueles que não seriam afetados pelas estatizações propostas pelo governo por estarem em empresas que não eram monopólicas ou estratégicas.

A ação de grupos mais radicais, como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e a ala mais esquerda do Partido Socialista, aos poucos fomentou uma ação mais autônoma dos trabalhadores, que muitas vezes se contrapunha com os objetivos da Unidade Popular e de seus setores mais moderados. Esses grupos auxiliaram nas ocupações de indústrias e propriedades agrícolas sem levar em consideração os marcos legais para desapropriação ou mesmo se o governo tinha a intenção ou não de passar as propriedades para a Área de Propriedade Social. Esse conjunto de ações estava em desacordo com a proposta de aliança de classes da Unidade Popular, pois muitas propriedades (rurais e industriais) eram controladas por pequenos e médios proprietários. Além disso, essas atitudes mais radicais não levavam em consideração se o governo teria condição técnica e econômica de gerir essas novas empresas.

As ações independentes de trabalhadores e movimentos de esquerda foram descritas por Peter Winn como a ‘revolução vinda de baixo’, que se contrapunha a ‘revolução vinda de cima’. Para Winn,

*Essa revolução vinda de baixo com frequência coincidia com, ou complementava, mas cada vez mais divergia da revolução legalista e modulada vinda de cima, em um processo mais espontâneo e interativo das bases que não era facilmente controlado de cima. Se a marca registrada da revolução vinda de cima era seu legalismo, a marca registrada da revolução vinda de baixo era a toma, a apropriação da propriedade, ação formalmente ilegal mas socialmente justa.*²³²

Concomitantemente ao enfraquecimento do poder governamental, as ações populares e independentes ao governo ganharam mais força e amplitude. A incapacidade de Allende de resolver as querelas políticas (internas e externas a sua coligação) e chegar a um acordo que destravasse o Parlamento somada a dificuldade em sanar os problemas econômicos que aumentavam a cada dia e a indefinição dos rumos da ‘via chilena’ levou a classe trabalhadora a buscar ações que, no seu entendimento, pudessem auxiliar no avanço das conquistas.

²³² Winn, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 89.

Entretanto, quanto mais ações fora da legalidade eram tomadas mais a imagem do governo era impactada e mais longe a Unidade Popular ficava dos objetivos iniciais. Desta forma, como o governo não incentivava nem fomentava as ações ilegais como uma estratégia para concretizar seus planos políticos e construir o Socialismo, cada vez que uma indústria ou uma propriedade agrícola era tomada pelos trabalhadores (sejam seus motivos válidos ou não), uma avalanche de ataques da oposição, seja através do mídia ou do Parlamento, eram direcionados as lideranças da Unidade Popular, ocasionando mais medo dos setores médios e restringindo os investimentos privados que poderiam auxiliar no aumento da produção de bens de consumo.

2.3 A fraqueza do governo e a ação independente dos trabalhadores

Ao longo de nossa pesquisa pudemos notar que a premissa básica do programa da Unidade Popular para o campo político, ou seja, a viabilidade de construir uma aliança com os setores médios, não vingou e, além disso, jogou cada vez mais a classe média de uma postura ‘neutra’ para um antagonismo em relação ao governo e a esquerda, de modo geral.²³³ Existem várias hipóteses que, isoladas ou conjuntamente, explicam esse fracasso. Em nosso estudo abordamos alguns temas que ajudam na explicação de como se deu a crise na “via chilena” a partir de erros cometidos pela Unidade Popular, seja através da condução política ou econômica do país.

Para além daquilo que podemos chamar de ‘erros de condução’ nos campos políticos e econômicos cometidos pelo governo, outros três fatores impactaram para o fracasso da ‘via chilena’ para o Socialismo. O primeiro deles é a fraqueza demonstrada pelo governo em liderar a ‘via chilena’ dentro da ideia central que ela representava, ou seja, uma transição para o Socialismo através da democracia e do respeito as limitações apresentadas pelas instituições burguesas. Essa fraqueza derivava da própria falta de coesão interna da coligação, que apresentava grupos que, apesar de fazerem parte da Unidade Popular, não acreditavam na viabilidade do caminho escolhido para alcançar o objetivo de construir uma sociedade socialista. Essas divergências internas resultaram em uma liderança fraca e sem poder para determinar a adoção de medidas claras e condizentes com a proposta original.

²³³ De forma alguma defendemos que a “via chilena” para o Socialismo estava fadada ao fracasso, mas sim que a condução do processo foi o fator determinante para o fracasso.

A falta de coesão interna da Unidade Popular levou a uma luta incessante entre os partidos de esquerda por ‘protagonismo’ na liderança da classe trabalhadora. Cada um imprimia em seus grupos de influência as características ou princípios teóricos que mais lhe convinham para a concretização de suas ambições políticas. Isso tornou o movimento operário desunido e com táticas de luta distintas uns dos outros.

O reflexo dessa crise de liderança pode ser visto em diversas entrevistas feitas com trabalhadores que viveram os anos de governo da Unidade Popular.²³⁴ Em muitas dessas entrevistas, os entrevistados relatam as desconfianças e desavenças existentes em relação a trabalhadores que militavam em outros partidos políticos, mesmo que esses fossem do campo da esquerda.

O segundo fator que impactou no fracasso da ‘via chilena’ foi a atuação independente de parte dos trabalhadores em relação aos planos elaborados pela direção da Unidade Popular. Atuação essa que ganhou o nome de ‘revolução vinda de baixo’, como já assinalamos anteriormente.

Os atos apartados de parte da classe trabalhadora eram motivados e fomentados justamente pela crise de liderança e de coesão da própria Unidade Popular. Às ações de setores mais radicais do governo podemos somar aquelas planejadas e executadas por organizações de esquerda que agiam de forma independentemente aos partidos governistas, como era o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

Sob a liderança dos movimentos que não compactuavam com uma via democrática e pluralista para o Socialismo, diversos grupos de trabalhadores se lançaram à ações mais radicais, como ocupação de pequenas e médias empresas que não estavam nos planos de estatização ou ocupação de propriedades agrícolas que não entravam nas especificações da lei de Reforma Agrária para serem expropriadas. Esses movimentos autônomos conflitavam com os planos e princípios elaborados pelos setores dominantes da Unidade Popular, ou seja, os partidários de Allende, o Partido Comunista, o Partido Radical e parte do Partido Socialista.

Como abordamos ao longo de diversas páginas de nossa pesquisa, essas ações criaram diversos problemas ao governo, como: 1 – fornecer material para ser explorado pelo jornalismo sensacionalista da oposição que era financiado por dinheiro norte-

²³⁴ Entre os vários autores que utilizam entrevistas em suas pesquisas podemos citar Peter Winn, Franck Gaudichaud, Marcia Carolina de Oliveira Cury, Elisa de Campos Borges.

americano; 2 – ampliação do medo dos pequenos e médios proprietários sobre a real intenção do governo na área econômica, o que acabou levando a diminuição dos investimentos em construções, ampliações e manutenção nas plantas empresariais, assim como a fuga de capitais e bens para o estrangeiro²³⁵; 3 – superação da capacidade técnica do Estado em gerir e planificar a produção em dezenas de empresas de segmentos e tamanhos distintos; 4 – aumento significativo do déficit público a partir da responsabilidade estatal de gerenciar e sustentar financeiramente um número muito grande de empresas e propriedades estatizadas ou sob intervenção.

O terceiro ponto que ajudou no fracasso da experiência chilena foi a confusão entre o mundo ideal e as condições reais da sociedade, típica. Esse idealismo fez com que a realidade existente naquele momento histórico específico fosse distorcida para caber dentro da leitura idealista e romantizada feita por diversos setores da esquerda chilena.

Em diversos momentos dos três anos da Unidade Popular, vários exemplos demonstram que a presença de uma visão idealizada de ‘revolução’, ‘classe trabalhadora’, ‘democracia’, ‘luta de classes’ entre outros, dificultou uma análise crítica e racional da conjuntura existente no Chile no início da década de 70. Entre os exemplos citados em nossa pesquisa podemos retomar a visão idealizada e romantizada da União Soviética como ‘*el hermano mayor*’²³⁶ que supriria todas as suas necessidades financeiras para a manutenção da “revolução chilena” em substituição aos empréstimos norte-americanos.

Outro exemplo de idealismo, e nesse caso iremos nos deter mais profundamente, foi ‘crença’ na existência de uma classe trabalhadora unida, consciente de seu papel na luta de classes, abnegada e voluntariosa com as causas e lutas da esquerda. Essa tentativa violenta de encaixar o real dentro dos desejos irreais ilusórios criados a partir de imagens ideais ou conceitos teóricos estáticos levaram tanto os grupos mais ‘conservadores’ da esquerda como os grupos mais ‘radicais’ ao erro. Enquanto os ‘conservadores’ partiram da concepção que a classe trabalhadora das pequenas e médias empresas se contentaria pacificamente em seguir as ordens do governo e da CUT para apenas aumentar a produção enquanto viam os trabalhadores das empresas que compunham a Área de Propriedade

²³⁵ No cenário de forte importação de alimentos enfrentado pelo governo, um fato significativo foi a transferência ilegal de milhares de cabeças de gado feita por pecuaristas chilenos através da fronteira entre o Chile e a Argentina.

²³⁶ Allende utiliza essa expressão para se referir a União Soviética durante uma ceia no Kremlin. In In Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 392.

Social receberem melhores salários, bonificações e outros benefícios inexistentes na Área de Propriedade Privada, os grupos mais ‘radicais’ partiam da ideia de que a mobilização dos trabalhadores era motivada por uma consciência elevada da luta por uma sociedade socialista abstrata e não por questões pontuais nascidas da experiência cotidiana de tentar melhorar a sua vida e a de seus familiares no presente vivido.

Vários dados e relatos demonstram o equívoco em tratar os trabalhadores como um bloco monolítico e inteiramente consciente de seu papel na luta de classe. Essa visão ideal e romântica pode ser desfeita a partir da análise de diversos acontecimentos.

Para entender a nossa primeira consideração sobre esse tema, devemos retomar um ponto exposto no capítulo anterior sobre as requisições de empresas realizadas pelo governo. Como dissemos, a requisição foi um instrumento utilizado pelo governo para tomar o controle de empresas que apresentassem conflitos que prejudicassem o interesse comum. Entre esses conflitos estavam inclusos conflitos trabalhistas não resolvidos. Desta forma, os trabalhadores utilizaram diversos argumentos para justificar o pedido de intervenção do governo e a passagem da empresa para a Área de Propriedade Social. Acerca da atuação de diversos grupos de trabalhadores, Marcia Carolina de Oliveira Cury apresenta em sua tese que,

*Inúmeras eram as estratégias adotadas pelos trabalhadores para conseguirem a intervenção do governo ou o confisco das empresas. Suas ações incluíam a paralisação da produção, a ocupação da empresa, a denúncia de não resolução dos conflitos trabalhistas, de más condições de trabalho, de recursos dos empresários para paralisar ou reduzir a produtividade, a comercialização com o mercado negro, enfim, qualquer elemento que justificasse a intervenção do Estado na empresa em questão.*²³⁷

Entre diversos exemplo citados pela autora, acreditamos ser didático apresentar o caso da indústria têxtil Crecea:

Na indústria têxtil Grecea, seus 6 operários tentaram estatizá-la a partir de denúncia encaminhada ao Ministério do Trabalho, que apontava irregularidades na produção, com a sua diminuição, a comercialização com o mercado negro e fraude no fluxo da matéria prima. Além disso, denunciavam o descumprimento de acordos trabalhistas referentes às tarifas e condições de

²³⁷ Cury, Marcia Carolina de Oliveira. *O Protagonismo Popular: Experiências de classe e momentos sociais na construção do Socialismo chileno (1964 – 1973)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 2013, p. 217.

*trabalho, e se queixavam da falta de segurança. Por todas essas infrações solicitavam a passagem da empresa à Área de Propriedade Social.*²³⁸ [grifos nossos]

Como é possível ver, a atuação dos trabalhadores, em muitos casos auxiliado por setores da esquerda, chocava-se frontalmente com a proposta inicial do governo e criava dificuldades políticas, econômicas e administrativas. Muitas vezes, o interesse pessoal dos trabalhadores em ganhar melhores salários, ter condições de trabalhos mais dignas e se libertar imediatamente das relações capitalistas de trabalho extrapolavam o gradualismo da concepção da ‘via chilena’ defendida pela Unidade Popular.

Além da pressão dos trabalhadores pela estatização de suas empresas, outro fato recorrente no governo Allende foram as greves.

Tabela 23 - Número de greves entre 1964 e 1972²³⁹				
Ano	Número de greves	Dias de greve no total	Total de Participantes	Dias-homem perdidos no total
Setor Privado				
1964	564		138.476	
1969	977	275.425	972.382	
1971	2.377	18.153	251.966	1.281.834
1972	2.474	11.097	262.105	1.177.186
Setor Público				
1971	322	1.088	50.431	132.479
1972	815	2.881	135.037	476.965

Diferentemente dos movimentos grevistas enfrentados pelos presidentes anteriores, podemos notar a partir dos dados apresentados na Tabela 23 que a Unidade Popular teve

²³⁸ IBIDEM, p. 220.

²³⁹ Fonte: Angell, Alan. Chile, 1958- 1990. In: Bethell, L. *Historia de América Latina. El cono Sur desde 1930*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002. v. 15. p. 284 Apud Jara, Mariano Vega. *Movimento operário, cordões industriais e poder popular: experiência e consciência de classe durante a Unidade Popular*. p. 147.

que lidar com um aumento significativo das greves em pequenas e médias empresas. Essa afirmação fica clara quando analisamos os dados relacionados as greves na década de 60 e 70. Apesar do grande aumento no número de greves no setor privado da economia, podemos perceber uma acentuada queda no número de grevistas se relacionarmos aos dados do ano de 1969, ou, se compararmos ao ano de 1964, temos um aumento de grevista percentualmente menor do que o número de greves. Apesar do governo ter lidado com milhares de greves, as mesmas contavam com um número reduzido de participantes, o que também é explicado pela força da CUT dentro das grandes empresas chilenas. Outro dado que podemos tirar dessa tabela, é que o governo atuou prontamente na resolução dos conflitos, visto que o total de dias paralisados devido às greves caiu abruptamente. Isso denota certa preocupação do governo em atender sua base eleitoral e garantir apoio político, mesmo que isso tenha contribuído para o comprometimento das contas públicas²⁴⁰.

Outro ponto que demonstra claramente que muitos trabalhadores não apresentavam a consciência política esperada pelos dirigentes políticos é vista em um discurso de Allende proferido em 30 de março de 1971. Além de apontar para reivindicações ‘mirabolantes’ no aumento dos salários, como os trabalhadores da indústria de papel e de aço que pediram 190% de aumento enquanto os trabalhadores do setor público haviam recebido 35%, o presidente advertiu sobre o aumento do absenteísmo. Segundo ele, cerca de 50% dos trabalhadores não tinha comparecido ao trabalho, no meio da semana, mas apresentavam atestado médico e recebiam mais do que se houvessem trabalhado. Além disso, a indisciplina social era registrada quando o peso da economia se deslocava para o setor público²⁴¹.

O absenteísmo, a indisciplina e as profundas mudanças causadas pelas intervenções estatais, greves e as mudanças de propriedade alteraram o nível de rendimento do setor produtivo. Um dado bastante interessante sobre a queda de produtividade no setor estatal de exploração de cobre é apresentado por Sergio Bitar. Segundo sua narrativa,

O baixo rendimento de trabalho, nas grandes minas de cobre, durante a UP, fica patente quando se observam os aumentos de produção atingidos no mês seguinte ao golpe de Estado. Em outubro de 1973, Chuquicamata produziu

²⁴⁰ Podemos lembrar o caso do aumento de 22% nos salários determinado pelo governo no início do ano de 1972, mas que após as negociações setoriais alcançaram mais de 40% de reposição, contribuindo para aumentar o déficit público e o processo inflacionário.

²⁴¹ Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 271.

*24.500 toneladas, enquanto que a média mensal durante o ano de 1972 foi de 19.500 ton. Em El Teniente a produção subiu a 20.100 ton., em outubro de 1973, e a 21.300, em novembro de 1973, enquanto que em 1972 a média mensal foi de 15.800 ton.*²⁴²

Além da redução na produtividade dos setores estatizados, outro ponto que mostra a falta de sintonia entre parte da classe trabalhadora e o projeto da ‘via chilena’ para o Socialismo foi a prática adotada por alguns grupos de trabalhadores em desviar de mercadorias de suas fábricas para o mercado negro. Como nos mostra Marcia Carolina Oliveira Cury,

*Foi neste contexto que um importante número de sindicatos elaborou uma estratégia para colaborar com o controle sobre o abastecimento. Eles passaram a se organizar para disponibilizarem produtos cuja distribuição se via afetada. A dificuldade encontrada foi que muitos trabalhadores se viram envolvidos com o mercado negro. Isso se dava porque alguns sindicatos exigiam uma parte do salário em espécie para se protegerem da inflação e obterem ganhos com os produtos elaborados nas fábricas. Estes produtos eram trocados entre sindicatos, mas às vezes eram vendidos no mercado negro.*²⁴³

Os ‘desvios’ na atuação de parte da classe trabalhadora dentro do processo de construção do Socialismo chileno não se restringiram ao setor industrial e cuprífero. Diversos autores também apresentam ações dos trabalhadores rurais contrárias ao posicionamento esperado pelos movimentos de esquerda. Sergio Bitar discorre sobre uma das atitudes que os camponeses que habitavam e trabalhavam em propriedades coletivas tinham,

os camponeses começavam a dedicar seu tempo, e também alguns insumos coletivos à exploração da terra que lhes era atribuída individualmente [em toda propriedade reformada deixava-se uma pequena porção de terra para exploração individual]. O mercado negro de alimentos, onde os camponeses vendiam seus produtos mais caros do que ao preço oficial, também os levou a concentrar-se em suas propriedades individuais e a descuidar as terras coletivas. Muitos trabalhadores agrícolas procediam como capitalistas em sua

²⁴² Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980. p. 292.

²⁴³ Cury, Marcia Carolina de Oliveira, *O Protagonismo Popular: Experiências de classe e momentos sociais na construção do Socialismo chileno (1964 – 1973)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 2013, p. 259.

*horta individualmente e como funcionários no restante do imóvel desapropriado.*²⁴⁴

Já Marcia Carolina de Oliveira Cury apresenta uma outra ação dos setores camponeses que influenciavam na manutenção e desenvolvimento do mercado negro e na fragilização do governo e a sua precária distribuição de alimentos para a população mais pobre, que não tinha condições financeiras para adquirir produtos no comércio paralelo. Para Cury *‘Na agricultura apareceram canais de distribuição de alimentos paralelos aos estatais. Especuladores adiantavam dinheiro aos camponeses para financiar os custos da produção em troca da entrega desta a um preço combinado. Os produtos eram depois vendidos aos consumidores a preços superiores aos oficiais.*’²⁴⁵

Mesmo diante desses exemplos que demonstram os choques entre a proposta/expectativa governamental e a ação dos trabalhadores, é inegável que um percentual muito grande da classe trabalhadora apoiou e defendeu o governo da Unidade Popular. Desde trabalhadores filiados a Democracia Cristã até trabalhadores dos movimentos considerados mais radicais, como aqueles pertencentes ao MIR, deram suporte e reconheciam o governo como sendo ‘seu’²⁴⁶.

É a partir da mobilização dos trabalhadores que ações governamentais foram suportadas e ampliadas e novos mecanismos de discussão, decisão e participação são criados. Dois grandes exemplos da força dos trabalhadores como agentes da mudança da sociedade chilena foram as *Juntas de Abastecimiento y Precios (JAP)* e os *Cordones Industriales*.

As JAP foram uma proposta governamental anunciada pelo ministro da economia Pedro Vuskovic, em julho de 1971 e regulamentada em abril de 1972 que visava controlar os preços e o abastecimento das mercadorias através da participação popular em seus bairros e *poblaciones*. As JAP são pensadas e desenvolvidas como um mecanismo para congrega a participação de diversos setores sociais, tanto trabalhadores como pequenos e médios comerciantes, para deter o avanço da inflação, do mercado negro e do

²⁴⁴ Bitar, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 193.

²⁴⁵ Cury, Marcia Carolina de Oliveira, *O Protagonismo Popular: Experiências de classe e momentos sociais na construção do Socialismo chileno (1964 – 1973)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 2013, pp. 258-259.

²⁴⁶ Em um cartaz do *Movimiento de Acción Popular Unitario (MAPU)*, encontramos a seguinte frase “*Este gobierno puede ser una mierda, pero es el mio...*”

açambarcamento de produtos. Desta forma, o governo procurava não apenas conter os desequilíbrios econômicos, mas incluir de uma forma mais ativa a população em suas estruturas de poder e também se aproximar das camadas médias da sociedade dentro de sua proposta de aliança de classes.

Porém, com o aumento das dificuldades econômicas, a falta de produtos básicos e o avanço da oposição em vários setores da vida social, a população passou a exercer um papel mais ativo nas JAP, contrastando com a proposta inicial pretendida pelo governo. Desta forma, Marcia Carolina de Oliveira Cury afirma que,

Impulsionada pela falta de suprimentos básicos e pelas dificuldades em adquiri-los, enfrentando filas gigantescas para adquirir, por exemplo, um frango, a população assumiu duas frentes de ação: a pressão institucional e a organização do abastecimento direto. Em alguns lugares, a população passou a adotar um cartão de racionamento para que se controlasse a quantidade de alimento comprada por cada família ao longo das semanas, era a implantação do abastecimento direto através das chamadas canastas populares. Estas iniciativas se somaram aos atos de ocupação de supermercados para exigir interventores e o controle popular do comércio local, num claro enfrentamento à propriedade privada.²⁴⁷

A JAP passou a ser um ponto de discussão e discórdia entre o governo e a população. Enquanto um desejava manter o funcionamento da JAP dentro das limitações do conceito original, o outro exigia maior poder para fiscalizar, multar e aplicar outras penas, como intervenção estatal, para empresas que desrespeitassem as regras legislativas e prejudicassem o bem coletivo. Para parte da população e alguns grupos do governo, as JAP deveriam atuar na distribuição direta de alimentos e produtos básicos para a população, eliminando assim os intermediários existentes entre produtores e consumidores finais²⁴⁸. Essa disputa sobre o papel das JAP era apenas mais uma manifestação da falta de coesão e liderança do governo dentro processo político que se dava no Chile durante a Unidade Popular e, como tantos outros assuntos, não foram resolvidos a contento e acabaram sendo interrompidos pelo golpe militar.

²⁴⁷ Cury, Marcia Carolina de Oliveira, *O Protagonismo Popular: Experiências de classe e momentos sociais na construção do Socialismo chileno (1964 – 1973)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 2013, p. 263. (grifos do original)

²⁴⁸ Em janeiro de 1973, o futuro novo ministro da Economia, Fernando Flores, apresentou a ideia da distribuição direta de produtos para a população. O ministro apontou a JAP como umas das instituições que teriam papel importante para a concretização de sua proposta.

Outro movimento de trabalhadores e da população mais carente foi a formação dos *Cordones Industriales*. Podemos definir os *Cordones Industriales* como uma região que concentrava diversas atividades industriais de vários setores produtivos distintos e que se formaram em zonas periféricas e, por isso, eram ligadas ao resto da cidade através de grandes avenidas ou outras formas de via expressa que ajudavam na chegada de matérias-primas e escoamento da produção. Desta forma, originalmente, os *Cordones Industriales* eram apenas setores com uma alta concentração de empresas. A transformação desse termo em sinônimo de organização trabalhadora se dará ao longo do governo da Unidade Popular.

Para Sandra Castillo Soto, '*Los Cordones Industriales fueron la respuesta no solo a los ataques provenientes de la derecha, sino también a la incapacidad del gobierno de responder ante ellos*'.²⁴⁹ Essa incapacidade do governo deve ser estendida para a CUT que, como dissemos anteriormente, apesar de sua força em discutir e pautar questões relacionadas aos trabalhadores no nível nacional tinha sérios problemas em atuar eficientemente em suas bases. Desta forma, a partir de sua organização vertical, atuando sempre no sentido de unir todas indústrias de um mesmo ramo dentro do território nacional, a CUT não fomentava uma ação unificada de setores de diferentes ramos produtivos, mas que dividiam o mesmo setor territorial.

Uma das grandes novidades da ação dos *Cordones Industriales* foi justamente sua ação horizontal dentro de uma mesma territorialidade. Essa nova forma de organização trabalhista privilegiava a união dos trabalhadores de indústrias dos mais variados setores produtivos, mas que dividiam o mesmo território ou bairro. Essa nova perspectiva de atuação também permitiu que pessoas que não eram trabalhadores das empresas também participassem das ações dos *Cordones*, como, por exemplo, trabalhadores rurais, jovens, desempregados e donas de casa que residissem dentro dos limites do *Cordón*.

O fortalecimento dessa nova organização de trabalhadores e populares ganhou força a partir da greve de outubro de 1972, momento em que diversos setores produtivos contrários à greve tiveram que se unir para manter a produção e a distribuição de produtos em níveis razoáveis. Essa forma de ação prosseguiu após o término da greve e se ampliou de diversas maneiras como na '*troca de mercadorias e peças, na união de diferentes fábricas para a venda de produtos nas poblaciones em feiras populares, como mostramos*

²⁴⁹ Soto, Sandra Castillo. *Sociabilidad y Organización Política Popular: Cordón Industrial Cerrillos-Maipú (Santiago, 1972)*. In Cuadernos de Historia 32, Departamento de Ciencias Históricas – Universidade de Chile. Marzo 2010: 99 – 121. p. 111.

no item anterior, e em atos de solidariedade, como na ação conjunta em tomas, e com pobladores’²⁵⁰.

Outro ponto interessante sobre a organização territorial dos *Cordones Industriales* é apontado por Sandra Castillo Soto:

*Hay que señalar que el carácter territorial de la organización de los Cordones Industriales también les permitió la utilización de su posición estratégica en arterias de circulación clave en la ciudad de Santiago. Esto era de vital importancia, ya que al interrumpir las vías de acceso a estos sectores con barricadas, les otorgaba un control sobre los accesos y la circulación a la zona, lo que repercutía y ejercía aún más presión a las autoridades para la solución de los problemas.*²⁵¹

A forma de participação política dentro dos *Cordones Industriales* era mais direta e democrática do que através dos meios legais e tradicionais, como a CUT e os partidos políticos. Os dirigentes eleitos para cargos no *Cordón* poderiam ser destituídos da função se assim a Assembleia entendesse que eles não estavam representando os trabalhadores a contento.

Ser uma organização mais livre e independente das determinações do governo e da CUT também possibilitou os *Cordones Industriales* estarem mais abertos a presença de setores mais radicais da esquerda e, assim, se lançarem a ações reprovadas pela presidência e pelos setores dirigentes da CUT, como ocupação de indústrias que não estavam na lista de estatizações elaboradas pelo governo, greves consideradas ilegais, entre outras ações.

Tanto as JAP como os *Cordones Industriales* surgem a partir de problemas no desenvolvimento do processo da ‘via chilena’ que não foram resolvidos pelo governo. A radicalização dessas organizações é reflexo da crise enfrentada pela Unidade Popular em todas as suas facetas.

...

²⁵⁰ Cury, Marcia Carolina de Oliveira, *O Protagonismo Popular: Experiências de classe e momentos sociais na construção do Socialismo chileno (1964 – 1973)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 2013, p. 286.

²⁵¹ Soto, Sandra Castillo, *Sociabilidad y Organización Política Popular: Cordón Industrial Cerrillos-Maipú (Santiago, 1972)*. In Cuadernos de Historia 32, Departamento de Ciencias Históricas – Universidade de Chile. Marzo 2010: 99 – 121. p. 114.

Os últimos meses do governo Allende foram marcados pela crise generalizada da economia, paralisia nas esferas legislativas e judiciárias, ataques terroristas de paramilitares de direita e um forte descontentamento das Forças Armadas. Esse estado caótico levou ao esfacelamento da autoridade do Estado chileno e escancarou a participação da oposição nos esforços para derrubar a esquerda política do controle do Poder Executivo Nacional.

Após meses de preparo e do acompanhamento constante de desenrolar do jogo político, as Forças Armadas, sob a liderança do general Augusto Pinochet e contando com o apoio de grande parcela dos militares, desferiu um golpe de Estado, no dia 11 de setembro de 1973.

Durante os primeiros momentos do levante militar, em que o governo não sabia a magnitude do evento e ainda esperava que as movimentações fossem apenas um ato isolado de setores descontentes das Forças Armadas, Salvador Allende e outros membros do governo rumaram para o Palácio La Moneda e lá permaneceram no intuito de articularem a resistência dos militares constitucionalistas e da classe trabalhadora.

Com o desenrolar da manhã do dia 11 de setembro, ficou claro a unidade e coesão das Forças Armadas, restando à Salvador Allende a resistência simbólica de permanecer no interior da sede do governo mesmo diante de tiros e bombardeios que acabaram por destruir e incendiar o palácio. Acuado e sem a possibilidade de utilizar a sua famosa “muñeca” Allende é morto, sendo que os acontecimentos de seus últimos momentos de vida até hoje estão envoltos em perguntas e dúvidas se ele foi assassinado pelos militares ou se cometeu suicídio.

A falta de um planejamento militar da Unidade Popular, da esquerda chilena e da classe trabalhadora ficou claro tanto durante as primeiras horas do golpe, como nos dias e semanas que sucederam o 11 de setembro. O que se seguiu ao golpe militar foi um verdadeiro massacre da classe trabalhadora e da esquerda política chilena. Nos três meses últimos meses de 1973, milhares de trabalhadores e militantes dos partidos da Unidade Popular foram presos, torturados e mortos pelo novo governo militar de direita que era sustentado pelos Estados Unidos e por outros países, como o Brasil.

Além de cometer crimes contra a humanidade, o governo militar chileno levou a cabo uma forte política de liberalização da economia, desestatização e enfraquecimento das instâncias sindicais, o que impediu a luta por melhores condições de trabalho, melhores salários e outras demandas da classe trabalhadora.

Tabela 24 - Reformas estructurales básicas de la economía chilena. Década del 70²⁵²	
Situación em 1972-73	Post-1973
1. Privatización	
El Estado controla más de 400 empresas y bancos.	En 1980, 45 empresas (incluyendo un banco) pertenecen al sector público
2. Precios	
Control generalizado de precios.	Precios libres (excluyendo salarios y tipo de cambio.
3. Régimen Comercial	
Tipo de cambio múltiple. Existencia de prohibiciones y cuotas. Tarifas elevadas (promedio 94% y 220% arancel máx.). Depósitos previos de importación (10.000%).	Tipo de cambio único. Arancel parejo de 10% (excluyendo automóviles). No existen otras barreras comerciales.
4. Régimen Fiscal	
Impuesto ("cascada") a la compraventa. Elevado empleo público. Elevado déficit público.	Impuesto al Valor Agregado (20%). Reducción del empleo público. Superávit público (1979-81).
5. Mercado Interno de Capitales	
Control de la tasa de interés. Estatización de la banca. Control del crédito.	Tasa de interés libre. Reprivatización de la banca. Liberalización del mercado de capitales.
6. Cuenta de Capitales	
Total control del movimiento de capitales. El Gobierno es el principal deudor externo.	Gradual liberalización del movimiento de capitales. El sector privado es el principal deudor externo.
7. Régimen Laboral	
Sindicatos poderosos com gran poder de negociación. Ley de inamovilidad. Reajustes salariales obligatorios. Altos costos laborales no salariales (40% de los salarios).	Atomización sindical com nulo poder de negociación. Facilidad de despido. Drástica reducción de salario real. Bajos costos laborales no salariales (3% de los salarios).

²⁵² Meller, Patricio "Un siglo de economía política chilena (1890 – 1990), Editorial Andres Bello – Santiago de Chile, 1998, p. 186.

Liderados por economistas liberais formados na famosa Universidade de Chicago, os “Chicago Boys”, como ficaram conhecidos, transformaram o Chile em um laboratório para o neo-liberalismo mundial, já que a forte repressão vinda do Estado detinha qualquer movimentação contrária às políticas liberais colocadas em prática.

Ao longo da década de 80, começou a se organizar e se manifestar em favor do reestabelecimento da democracia no Chile. A luta pelo fim da ditadura militar se encerrou na década de 90 quando acontecem as primeiras eleições livres para presidência da República.

Nessa nova fase democrática, a esquerda chilena voltou a ocupar a cadeira presidencial por algumas vezes, mas com políticas econômicas e sociais que em nada, ou muito pouco, lembram o *Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular* e a experiência da “via chilena” para o Socialismo.

Conclusão

*A lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções, e particularmente pelas três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam transformações; para a revolução é necessário que os exploradores não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando os “**de baixo**” não querem e os “**de cima**” não podem continuar vivendo à moda antiga, somente então é que a revolução pode triunfar. Em outras palavras, esta verdade se exprime do seguinte modo: a revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete explorados e exploradores).²⁵³*

Ao chegarmos às páginas finais desta pesquisa a nossa expectativa é de que aqueles que futuramente dediquem algumas horas de suas vidas para lê-las possam encontrar em nossa narrativa um pouco do prazer que foi poder realizar este estudo que, de forma preliminar, se encerra com este texto.

Como dissemos no início, um tema tão rico, com diversas facetas para serem exploradas e analisadas, não se encerraria nesse pouco mais de uma centena de páginas. Diversos temas que necessitariam de uma pesquisa específica foram cortados de nosso texto ou foram abordados de forma residual devido o recorte que decidimos privilegiar.

Quando optamos por iniciar o nosso texto analisando o contexto histórico das décadas anteriores à conquista do poder pela Unidade Popular, fizemos por acreditar ser importante apresentar ao leitor as condições históricas que permitiram a construção de uma unidade mínima entre as esquerdas chilenas no processo de conquista do poder pela via eleitoral. Como vimos, os partidos mais importantes da esquerda, o Partido Socialista e o Partido Comunista, já acumulavam anos de experiência em eleições, alianças com partidos representantes dos setores médios e, em menor escala, participação na administração pública. Foi na experiência dos governos da Frente Popular que a esquerda chilena encontrou mais liberdade para expandir suas fileiras e ampliar a força dos sindicatos. A

²⁵³ Lenin, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 130.

vitória presidencial de Allende, em 1970, foi resultado de anos de participação política, seja nos partidos, sindicatos, *poblaciones*, universidades ou eleições. Essa luta permitiu a esquerda figurar durante anos entre as três maiores forças políticas do Chile e alcançar o comando do Poder Executivo do país, mostrando o grau de evolução do sistema político chileno.

Além do retrospecto histórico, o início de nossa pesquisa também apresentou as bases do projeto de governo da Unidade Popular. A partir da análise do documento Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular, pudemos perceber como os partidos da coligação compreendiam o desenvolvimento político e econômico do Chile e quais ideias norteariam o projeto político, econômico e social da esquerda chilena rumo à construção de uma sociedade socialista. Para os signatários do Programa da Unidade Popular, o atraso e a dependência econômica do país só poderia ser superada com o início do socialismo, que devido as peculiaridades do caso chileno poderia ser alcançada sem uma revolução armada.

Nossa pesquisa avança com pelo governo de Allende, que apesar de todas as pressões externas e internas, conseguiu ser confirmado pelo Congresso e tomar posse. Nossa análise privilegiou as ações tomadas no nível da economia, mas sem deixar de lado os aspectos políticos-eleitorais que, claramente, interferiram na condução econômica do país. Apresentamos as medidas estruturais tomadas pelo governo em seu primeiro ano e que resultaram em avanços significativos dos indicadores do país. Como vimos, os resultados excepcionais ao longo do primeiro ano dificultaram não apenas as mudanças na orientação econômica quando os primeiros sinais de crise começaram a aparecer, mas também um acordo inicial com parte da oposição democrática que existia no Chile e não era antagônica as mudanças estruturais propostas pelo governo.

O ano de 1972 foi o ano chave para a sobrevivência da Unidade Popular, pois, o governo ainda tinha margem para negociar com setores menos conservadores da Democracia Cristã e a economia não se encontrava em frangalhos, como em 1973. Entretanto, foi justamente no início da crise econômica que as divergências internas da esquerda chilena se ampliaram, opondo os partidários de um avanço mais rápido na estatização da economia e os partidários da consolidação do que já havia sido conquistado. Desta forma, as fraquezas da aliança política do governo começaram a se intensificar e a falta de uma direção única na administração pública, na condução da política econômica e

no seio da classe trabalhadora resultaram em uma fragmentação da ação coletiva em torno de um projeto comum rumo ao socialismo.

Ao mesmo tempo em que a esquerda se dividia em projetos distintos, a direita superava suas desavenças iniciais e formava um forte grupo de pressão contra a administração Allende. Como demonstrado em nosso estudo, a oposição recebeu forte apoio financeiro, logístico, midiático e de inteligência do governo dos Estados Unidos. Apesar de refutarmos a ideia de que a Unidade Popular caiu devido a essa ajuda, excluindo os erros cometidos pela própria esquerda e a força e organização que a direita chilena sempre teve, é inegável que a ação norte-americana foi importante para manter ativa uma grande rede de atores contrários ao governo além, é claro, da pressão e embargos econômicos sobre as finanças chilenas, seja pelo corte de financiamentos ou pelas dificuldades criadas para compra de produtos e peças essenciais para a manutenção do setor mais importante da economia chilena, o cobre.

A união da direita, tanto por erros da esquerda em isolar os setores antagônicos e se aproximar dos setores democráticos quanto por instinto de sobrevivência da classe social a que eles pertenciam, permitiu que gradualmente a oposição deixasse os bastidores e as Casas de leis para ganhar as ruas com manifestações sociais de setores privilegiados, como a caso da Marcha das Panelas Vazias, ou a Greve de Caminhoneiros, que parou a economia chilena por todo o mês de outubro de 1972.

O cenário de caos político e econômico vivido pelo Chile, em 1973, se tornou insustentável. Apesar das grandes manifestações de trabalhadores, dos aumentos das ocupações de fábricas, fazendas e outras propriedades o governo Allende já não tinha mais condições de liderar o processo de construção do socialismo. A Unidade Popular (e a classe trabalhadora como um todo) se encontrava dividida sobre como manter e avançar nas conquistas e as ideias defendidas pelos dois grupos dominantes da esquerda eram incompatíveis uma com a outra. Nesse contexto, as ações da oposição eram mais efetivas para paralisar o governo, que já não tinha mais um apoio consistente dentro das Forças Armadas.

É diante dessa situação crítica que o governo Allende chega violentamente ao fim. O acúmulo de força conseguido pela esquerda chilena entre a classe trabalhadora e os grupos historicamente marginalizados não foi suficiente para desestabilizar criticamente os setores que detinham o poder econômico, político e militar.

Os estudos realizados ao longo dos últimos 45 anos apresentam conclusões muito variadas acerca dos motivos que levaram a um resultado tão dramático da experiência da “via chilena” ao socialismo. Enquanto alguns pesquisadores afirmam a inviabilidade teórica de uma via pacífica para o socialismo, entre eles encontramos setores das duas extremidades do espectro político, a extrema-esquerda e a extrema-direita, outros pesquisadores focam as análises na condução das questões políticas, econômicas e sociais do período que abordamos em nossa pesquisa.

Nosso estudo acompanha os direcionamentos dados por aqueles pesquisadores que não descartam a viabilidade da “via chilena” como caminho pacífico para a construção do socialismo. Ao longo de nosso texto, fizemos diversos apontamentos que demonstram pontos fracos na condução da política econômica e na construção de um compromisso nacional e histórico entre a Unidade Popular e os setores democráticos do Partido Democrata Cristão, que como vimos no início de nossa pesquisa apresentava grandes setores progressistas e de esquerda entre suas fileiras. A falta de um compromisso entre esses dois grupos, resultado, como vimos, de um sectarismo e de propostas de poder hegemônico presentes nos três grandes grupos políticos (direita, centro e esquerda), levou a Unidade Popular a desconsiderar o papel ideológico que a Democracia Cristã exercia como representante da classe média e excluí-los da participação em um projeto político que para ser viável dependeria de uma maioria parlamentar consistente.

Assim, os erros apontados ao longo dessa pesquisa representam, em nosso entender, os motivos básicos para a “via chilena” ter chegado ao fim sem concretizar seus objetivos.

Nessas linhas finais, acredito ser importante sinalizar questões que acredito serem importantes para o aprofundamento em futuras pesquisas. Nem todos os assuntos podem ser incluídos de pronto em um estudo de história econômica, mas ajudariam a dissipar a bruma que ainda está envolta de alguns temas.

Os estudos mais recentes sobre o período abordado em nossa pesquisa focam na classe trabalhadora e sua participação na “via chilena”. Entretanto, acredito ser importante um aprofundamento quantitativo das organizações sindicais e dos movimentos sociais e seu real impacto na sociedade chilena. Esse questionamento surgiu da inquietação causada pela dificuldade em confrontar dados apresentados em diversas pesquisas com o que ele de fato significava. Em várias oportunidades frases como “a quantidade de JAP chegou a X unidades em determinado mês de 1972”, ou “foram organizadas Y poblaciones”. Por si só

os números que eram apresentados não traziam nenhuma base para comparação com a realidade, pois não dá para saber se X de algo era significativo ou não no cenário político-econômico do Chile, entre 1970 e 1973.

Outro ponto que pode ser aprofundado por novos estudos seria a análise da distribuição dos bens de consumo durante a Unidade Popular. Como pudemos demonstrar em nossa pesquisa, o Chile enfrentou um grande desabastecimento a partir de 1972 que exigiu da população e do governo a elaboração de medidas que pudessem diminuir a intensidade dessa desregulação. Porém, essas medidas, assim como as ações organizadas pela oposição para intensificar o desabastecimento, não foram até agora aprofundadas com a atenção necessária e poderiam ser um bom tema para futuras pesquisas.

Acredito que apesar do governo de Salvador Allende, experiência tão peculiar da história do Chile e do mundo, ter ganhado a atenção de centenas de pesquisadores ao longo dos quase 50 anos do fatídico golpe de 11 de setembro de 1973, muita coisa ainda pode e deve ser estudada para o resgate e manutenção da história e memória desse momento único na história de nosso continente.

Fontes

Fontes Primárias

- **PROGRAMA BASICO DE GOBIERNO DE LA UNIDAD POPULAR** – *Candidatura presidencial de Salvador Allende*. Santiago: 17 de dezembro de 1969.
- **LAS PRIMERAS 40 MEDIDAS DEL GOBIERNO POPULAR.**
- **U.S SENATE** – *Intelligence Activities – Senate Resolution 21 – Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate, vol. 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Printing Office, 1976. Appendix A – 94th Congress, 1st Session – Covert Action in Chile – 1963-1974. Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. 94th Congress, 1st Session, U.S. Printing Office, December 18, 1975.*
- **Declaración Política y Bases Programáticas para el Gobierno D.C. 1970-1976** – Radomiro Tomic candidato presidencial. Agosto de 1969.

Fontes Secundárias

Sites na internet:

- **Biblioteca Clodomiro Almeyda.** Disponível em: <http://www.socialismo-chileno.org/>
- **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile (BCN).** Disponível em: <http://www.bcn.cl>
- **Biblioteca Nacional de Chile - Memoria Chilena.** Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl>
- **Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME).** Disponível em: <http://www.archivochile.com>
- **Centro de Estudios Públicos (CEP).** Disponível em: <http://www.cepchile.cl>
- **Centro Documental Blest.** Disponível em: <http://www.blest.eu/>
- **Chile: Breve imaginería política.** Disponível em: <http://www.abacq.net/imagineria/>

- **Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).** Disponível em:
<http://www.cepal.org/es>
- **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).** Disponível em:
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/>
- **Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO).** Disponível em:
<http://www.flacsochile.org/>
- **“Portal de Libros Electrónicos” da Universidad de Chile.** Disponível em:
<http://www.libros.uchile.cl>
- **Rebelión.** Disponível em: <http://www.rebelion.org>
- **Salvador Allende Gossens.** Disponível em: <http://www.salvador-allende.cl>
- **The National Security Archive.** Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/>
- **Universidade de São Paulo (USP).** Disponível em: <http://dedalus.usp.br>
- **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).** Disponível em:
<http://www.sbu.unicamp.br/>
- **Universidade Estadual Paulista (UNESP).** Disponível em:
<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/>

Filmografia:

- **Chile, la memoria obstinada.** Diretor: Patricio Guzman. Santiago, 1997.
- **Chove sobre Santiago.** Diretor: Helvio Soto. França/Bulgária, 1975.
- **El diario de Augustín – El Mercurio Miente.** Direção: Ignacio Agüero. Santiago, 2008.
- **Isla 10 Dawson.** Direção: Miguel Littín. Chile, 2009.
- **La Batalla de Chile. Parte I: La insurrección de la burguesía.** Direção: Patricio Guzmán, Santiago, 1975.
- **La Batalla de Chile. Parte II: El golpe de Estado.** Direção: Patricio Guzmán, Santiago, 1976.
- **La Batalla de Chile. Parte III: El Poder Popular.** Direção: Patricio Guzmán. Santiago, 1979.
- **Machuca.** Direção Andres Wood. Chile/Espanha, 2004.
- **Ya no Basta con rezar.** Direção: Aldo Francia. Santiago, 1972.

Referências Bibliográficas

- AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo – A experiência chilena*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- _____. *Um Lugar no Mundo – Estudos de história política latino-americana*. Brasília: Editora Contraponto, 2015.
- ALLENDE, Salvador. *Chile hacia el socialismo*. Madri: Zero, S. A. Teleche, 1971.
- _____. *A experiência chilena. O pensamento de Salvador Allende*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- _____. *La revolución chilena*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1973.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma derrota. Chile 1970-1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AMAR, Mauricio... [et al.]. *Salvador Allende: Vida Política y parlamentaria 1908-1973*. Santiago de Chile: Ediciones Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 2008.
- AMARAL, Marisa Silva. “*Teorias do Imperialismo e da Dependência: A atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*”. Tese de Doutorado – FEA/USP. São Paulo, 2012.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental / Nas trilhas do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ANTUNES, Marília Mattos. *A Revolução guiada: os Cuadernos de Educación Popular e o projeto de formação da consciência revolucionária do trabalhador, Chile, 1970-1973*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP – 2017.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A Surda*. São Paulo: Com-Arte Editora Laboratório, 2013.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

- BENATTI, Adriana Souza. *Processo de Substituição de Importações: Uma estratégia de Desenvolvimento para a América Latina – Experiências Comparadas – Brasil e México (1929 – 1980)*, Dissertação de Mestrado – PROLAM/USP. São Paulo, 2010.
- BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade*. São Paulo: Edusp, 2009.
- _____. *História da América Latina: A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo: Edusp, 2015.
- BITAR, Sergio. *Transição, Socialismo e Democracia. Chile com Allende*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- BOORSTEIN, Edward, *An Inside View... Allende's Chile*. Nova York: International Publishers, 1977.
- BORGES, Elisa de Campos. *O projeto da via chilena ao socialismo do Partido Comunista Chileno: “Nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas.”*. Dissertação de mestrado – PUC-SP. São Paulo, 2005.
- _____. *!Con la UP ahora somos Gobierno! A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*. Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.
- _____. *O governo de Salvador Allende no Chile: A atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. Vol. 47. Maio/Agosto de 2013.
- BRAGA, Márcio Bobik. *O “Velho Regionalismo” e o Debate Estruturalista sobre o Desenvolvimento da América Latina*. Tese de Livre Docência. Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, 2007.
- CARLOS, Newton et al. *Chile com Allende. Para onde vai?* Rio de Janeiro: Gernasa, 1970.
- CASTILLO SOTO, Sandra. *Cordones industriales: nuevas formas de sociabilidad obrera y organización política popular (Chile, 1970-1973)*. Concepción: Ediciones Escapate, 2009.
- COFRÉ SCHMEISSER, B. *Campamento Nueva La Habana: El Mir y el Movimiento de Pobladores, 1970-1973*. Concepción: Ediciones Escapate, 2007.

- CORREA, M.; MOLINA, R. O.; YAÑEZ, N. F. *La reforma agraria y las tierras mapuches: Chile, 1962 – 1975*. Santiago: LOM, 2005.
- CORVALÁN Lpez, Luis. *El gobierno de Salvador Allende*, Santiago: LOM, 2003.
- _____. *Nuestra va revolucionaria*. Santiago de Chile: s/e, 1964.
- CURY, Marcia Carolina Oliveira. *O Protagonismo Popular: Experincias de Classe e Movimentos Sociais na construo do socialismo chileno*. Tese de doutoramento. Instituto de Filosofia e Cincias Humanas – UNICAMP, 2013.
- _____. *Sindicatos e cordes industriais: a construo de novas relaes sociais na construo do socialismo chileno (1972 – 1973)*. Anais do IV Simpsio Lutas Sociais na Amrica Latina, Londrina, 2010.
- DALMS, Carine. *Brigadas Muralistas e Cartazes de Propaganda da experincia Chilena (1970-1973)*. Dissertao de Mestrado – USP. So Paulo, 2006.
- DAVIS, Nathaniel. *Os dois ltimos anos de Salvador Allende*. Rio Janeiro: Civilizao Brasileira, 1990.
- DIAS, Marcelo Francisco. *Do Estruturalismo da CEPAL Teoria da Dependncia: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento perifrico*, Dissertao de Mestrado – FFLCH/USP. So Paulo, 2012.
- DRAGO, Tito. *Allende. Un mundo posible*. Santiago de Chile: Ril Editores, 2003.
- ESPINOSA, Juan. G.; ZIMBALIST, Andrew. *Democracia Economica: La participacin de los trabajadores en la industria chilena 1970-1973*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1984.
- FARIAS, Victor. *La Izquierda Chilena (1969 – 1973): Documentos para el Estudio de su Lnea Estratgica*. Tomo I a VI. Santiago: CEP, 2001.
- FUENTES WENDLING, Manuel. *Memorias secretas de Patria y Libertad y algunas confesiones sobre la Guerra Fra en Chile*. Santiago de Chile: Editorial Grijalbo, 1999.
- GALDAMES, Osvaldo Silva. *Breve histria contempornea de Chile*. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Econmico, 2000.
- GARCS, Joan. *Allende e as armas da poltica*. So Paulo: Editorial Scritta, 1993.

- GARCÉS, Mario. *Tomando su sitio: el movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970*. Santiago: LOM, 2002.
- GARRETÓN, Antonio M., MOULIAN, Tomás. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago de Chile: CESOC-LOM, 1993.
- GAUDICHAUD, Franck. *Poder popular y cordones idustriales: Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago: LOM, 2004.
- _____. *La CUT, las luchas obreras y los Cordones Industriales en el período de la UP en Chile (1970-1973)*.
- GONZÁLEZ, Carlos Prats. *Memorias: Testimonio de un soldado*. Santiago: Pehuén, 1985.
- HARNECKER, Marta. “Reflexiones sobre el gobierno de Allende. Estudiar el pasado para construir el futuro”. 5 de junho 2003. Disponível em <http://www.rebellion.org>
- _____.; SWEEZY, Paul; VUSKOVIC, Pedro; HINKELAMMERT, Franz; SANTOS, Theotónio dos. *Problemas da Transição para o Socialismo. A Transição para o Socialismo à luz da experiência chilena*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
- HARVEY, David. *Para entender O Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- HERRERA, Genaro Arriagada, *De la via chilena a la via insurreccional*. Santiago: Ed. Del Pacifico, 1974.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era das Revoluções 1789 – 1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *Era do Capital 1848 – 1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *Era dos Impérios 1875 – 1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- _____. *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JARA, Mariano Vega. *Movimento operário, cordões industriais e poder popular: experiência e consciência de classe durante a Unidade Popular*. Revista Outubro – Edição 21. Fev. 2013.
- KALLÁS, Ana Lima. *Paz Social e a Defesa da Ordem. A igreja Católica, o governo Allende e o golpe militar de 1973*. Dissertação de Mestrado – UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

- KORNBLUH, Peter (ed.). *The Pinochet File A desclassified Dossier on Atrocity and Accountability*. Nova York: The New Press, 2003.
- LABARCA, Eduardo. *Salvador Allende. Biografia sentimental*. Santiago de Chile: Catalonia, 2007.
- LAWNER, Miguel (Org.). *Salvador Allende: Presencia en la ausencia*. Santiago: LOM, 2008.
- LENIN, Vladimir Illich. *Esquerdismo Doença Infantil do Comunismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.
- _____. *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.
- _____. *Que fazer? Problemas cadentes do nosso movimento*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.
- LÖWY, Michael. *El marxismo en America Latina (De 1909 a nuestros días)*. Antologia. México: Ediciones Era, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Siglo XXI Editores, Buenos Aires, 2015.
- MARTNER, Gonzalo. *El pensamiento económico del Gobierno de Allende*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1971.
- MARX, Karl. *O Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *Contribuições à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução*, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- _____. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1984.
- MELLER, Patricio. *Un siglo de economia política chilena (1890 – 1990)*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 2002.
- MERMELSTEIN, Waldo. *O Poder Popular durante o governo Allende*. Disponível em www.ifch.unicamp.br.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos. A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- PINO, Miguel G.; FONTAINE, Arturo T. (Org). *Los mil días de Allende – Tomo 1 e 2*. Santiago de Chile: CEP, 1997.
- PINTO, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago; LOM, 2005.
- POLLITZER, Patrícia. *Altamirano*. 4ª Ed. Santiago de Chile: Ed. Meliquiades/ Ed. B/ Grupo Zeta, 1990.
- PREBICH, Raúl. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Nações Unidas/CEPAL.
- PUCCIO, Oswaldo. *Un cuarto de Siglo con Allende. Recuerdos de su Secretario Privado*. 2ª ed. Santiago de Chile: Editorial Emisión, 1987.
- QUIROGA ZAMORA, Patricio. *Compañeros. El GAP: la escolta de Allende*. Santiago de Chile: Aguilar, 2001.
- ROJAS, Robinson. *Estos mataron a Allende*. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1974.
- ROLLE, C (Ed.). *1973: La vida cotidiana de un año crucial*. Santiago: Planeta, 2003.
- SALGADO-D., Andrés. “Alcances y limitaciones de la política económica del gobierno popular de Chile”. Nueva Sociedad, nº 13, julio-agosto 1974, pp. 73-88.
- SELSER, Gregorio. *De cómo Kissinger desestabilizó a Chile*. Buenos Aires: Hernandez Editor, 1975.
- SIGMUND, Paul E. *The overthrow of Allende and the Politics of Chile, 1964-1976*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977.
- SMIRNOW, G. *The Revolution Disarmed; Chile, 1970-1973*. Nova York: Monthly Review, 1979.
- SOUZA, A. C. A. *Salvador Allende e o mito da estabilidade chilena*. (CENIGRI ONLINE), vol III, p.n. 6, 2007.
- STALLINGS, Bárbara. *Class Conflict and Economic Development in Chile, 1958-1973*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1978.
- STEENLAND, K. *Agrarian Reform Under Allende. Peasant Revolt in the South*. Albuquerque, NM: University of New Mexico Press, 1977.
- SUTULOV, Alexander. *El cobre chileno*. Santiago de Chile: Corporación del cobre, 1975.

- TEITELBOIM, Volodia; CADEMARTORI, José; ALLENDE, Salvador; ENRIQUEZ, Miguel e RODRIGUEZ, Nelson. *O dilema chileno*. Coimbra: Ed. De Rui Namorado (autor da tradução), 1972.
- TIRONI, Eugenio. *La torre de Babel – ensayos de crítica y renovación política*. Santiago de Chile: SUR, 1984.
- THIEME, Roberto – *El rebelde de Patria y Libertad*. Santiago de Chile: Editorial Mare Nostrum, 2007.
- TRONCOSO, Hugo Cancino. *Chile: la problemática del Poder Popular en el proceso de la vía chilena al socialismo – 1970 -1973*. Bélgica: Ed. AARHUS, University Press, 1988.
- ULIÁNOVA, Olga e FEDIAKOVA, Eugenia. “*Algunos aspectos de la ayuda financiera del Partido Comunista de la URSS al comunismo chileno durante la Guerra Fría*”. Estudios Públicos, 72. Chile: Centro de Estudios Políticos. Disponível em <http://www.cepchile.cl>
- UGARTE, Augusto Pinochet. *El día Decisivo*. Santiago: Instituto Geográfico Militar de Chile, 1982.
- URIBE, Armando. *The Black Book of american Intervention in Chile*. Boston: Beacon Press, 1974.
- VALDIVIA, V. *Nacionales y gremialistas. El “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: LOM, 2008.
- VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago de Chile: FLACSO, 1978.
- VEGA, Luís. *La caída de Allende. Anatomia de un golpe de Estado*. Israel: La Semana Publicaciones Ltda., 1983.
- VENEROS, D. R. T. *Allende*. Santiago: Sudamerica, 2004.
- VERDUGO, Patricia. *Chile, 1973. Como os EUA derrubaram Allende*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. *Interferencia secreta. 11 de Septiembre de 1973*. Santiago de Chile: Editorial Sadamericana, 1998.
- VYLDER, Stefan de. *Allende’s Chile. The political economy o frise and fall of the Unidad Popular*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

- WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- _____. *Tejedores de la revolución: los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004.
- ZAGNI, Rodrigo Medina. *Identidades em Guerra: Imperialismo e cultura nas relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Segunda Guerra Mundial [os casos de Brasil, Argentina e México]*. Curitiba: Editora CRV, 2015.
- ZAPATA, Francisco. *Las relaciones entre el movimiento obrero y el gobierno de Salvador Allende*. Mexico: Centro de Estudios Sociológicos, 1976.
- ZAVALETA, René. *El poder dual en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1974.